

Currículo
em **Ação**

VOLUME 2

LIVRO DO ESTUDANTE

2ª edição



História

Geografia

Língua Inglesa

2ª
série

VOLUME 2

LIVRO DO ESTUDANTE

2ª edição

História
Geografia
Língua Inglesa



Nome: _____



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário da Educação

Renato Feder

Secretário Executivo

Vinicius Mendonça Neiva

Chefe de Gabinete

Juliana Velho

Subsecretário da Subsecretaria Pedagógica

Daniel Barros

Subsecretário da Subsecretaria de Gestão Corporativa

Sergio Sobral de Oliveira Neto

Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Fabricio Moura Moreira

Apresentação

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apresenta sua nova coleção de materiais didáticos, que alia o melhor do mundo digital com a facilidade dos livros impressos.

Desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade, essa coleção foi cuidadosamente elaborada para atender às demandas do ensino contemporâneo. Além de conteúdos atualizados, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Paulista, este livro oferece uma abordagem prática e interativa, incentivando o protagonismo dos estudantes e apoiando os professores com ferramentas que tornam o processo de ensino-aprendizagem cada vez mais eficaz.

Conheça seu livro

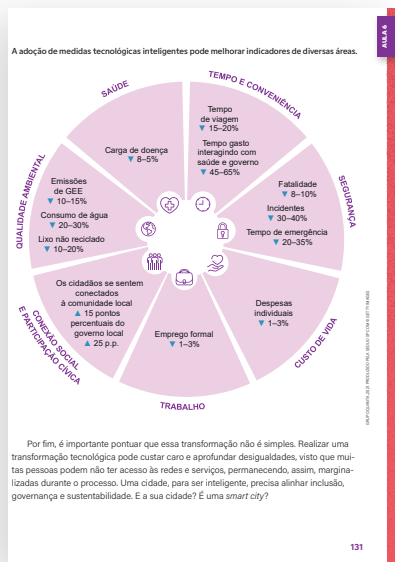
Este livro foi criado para apoiar seus estudos, tanto em sala de aula quanto de forma autônoma. Totalmente integrado ao material digital, ele oferece um resumo dos principais conceitos abordados, atividades para praticar o que foi aprendido e exercícios para aprofundar seus conhecimentos.

Resumo

Summary

Sistematiza os principais conceitos abordados na aula, garantindo que você fixe o que aprendeu e construa uma visão clara e estruturada do conteúdo.

Esse selo estará na seção "Resumo" quando houver itens correspondentes à aula no "Caderno de Exercícios".



Abertura das aulas

Número da aula

Título da aula

AULA
11

PESQUISA E CENÁRIO
AGRÍCOLA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento agrícola, atuando como **motor de inovação, produtividade e sustentabilidade**. Ela impulsiona o agronegócio, criando tecnologias para enfrentar desafios como mudanças climáticas e segurança alimentar.

Principais contribuições

- **Produtividade:** desenvolve sementes e técnicas mais eficientes, usando menos recursos para maior produção.
- **Sustentabilidade:** reduz impactos ambientais com controle biológico e uso otimizado de água e solo.
- **Tecnologia:** agricultura de precisão, drones e IA melhoram o gerenciamento das lavouras.
- **Melhoramento genético:** cria plantas mais resistentes a pragas e variações climáticas.
- **Competitividade:** mantém o Brasil como líder em exportações agrícolas.

No Brasil, o **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)** é essencial nesse processo, garantindo uma agricultura **moderna e sustentável**. A pesquisa continua a ser a chave para alimentar o mundo sem esgotar nossos recursos.



Colheitadeira de algodão, Mato Grosso do Sul, 2008.

148

Ícone que identifica as aulas complementares que podem ser ministradas como aprofundamento.

AULA 6

Numeração lateral

Número das aulas nas laterais, para localização rápida ao longo do livro.

Na prática

Atividade 1

Análise a ideia de branqueamento da sociedade brasileira com base na obra de Modesto Brocos, nos textos e na legislação, seguindo o roteiro proposto.

Giro colaborativo	
Pergunta 1	A qual contexto histórico a obra de Brocos está fazendo referência? Qual a relação entre os textos e a pintura? Como o quadro expõe, visualmente, a ideia de branqueamento da sociedade brasileira?
Pergunta 2	O título da pintura remete à passagem bíblica em que Noé amaldiçoou seu filho Cam. Por que o nome dado à obra foi <i>A redenção de Cam</i> ? Qual a relação dessa denominação com as teorias científicas daquele contexto?
Pergunta 3	Qual era a importância da imigração europeia para o projeto republicano que almejava uma nova "identidade nacional"? Explique a partir do Decreto de 1890.

Fonte 1

A Redenção de Cam



Fica a dica: a pintura do artista espanhol Modesto Brocos y Gómez (1852-1936) aborda as teorias do racismo científico no fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo embranquecimento gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação. Modesto Brocos y Gómez foi um pintor e desenhista espanhol radicado no Brasil na década de 1890.

A redenção de Cam, óleo sobre tela de Modesto Brocos, 1895.

30

Na prática

Time to practice

Oferece atividades que permitem aplicar e consolidar os conhecimentos adquiridos na aula, ajudando a transformar o que você aprendeu em habilidades concretas.

Na prática

Análise a ideia de branqueamento da sociedade brasileira com base nos textos, na legislação e na obra de Modesto Brocos, seguindo o roteiro proposto.

GIRO COLABORATIVO	
PERGUNTA 1	A qual contexto histórico a obra de Brocos está fazendo referência? Qual a relação entre os textos e a pintura? Como o quadro expõe visualmente a ideia de "branqueamento" da sociedade brasileira?
PERGUNTA 2	O título da pintura remete à passagem bíblica da maldição lançada por Noé sobre seu filho, Cam. Por que o nome dado à obra foi <i>A redenção de Cam</i> ? Qual a relação dessa denominação com as teorias científicas daquele contexto?
PERGUNTA 3	Qual era a importância da imigração europeia para o projeto republicano que almejava uma nova "identidade nacional"? Explique a partir do Decreto de 1890.

Material digital

Sempre que uma atividade do material digital apresentar a indicação "Veja no livro!", significa que ela estará aqui para sua resolução.

Atividade 1

Veja no livro!

Referências às atividades a serem realizadas no livro.

Cadernos de Exercícios / Workbook

Apresenta questões com níveis de dificuldade variados para que você possa testar seu entendimento, se desafiar e se preparar para as avaliações.

Segundo Reinado e Primeira República

Aula 1 a 9

1 (ENEM 2015 - Adaptada)

Estimativa do número de escravizados africanos desembarcados no Brasil entre 1845 e 1852.

Ano	Número de escravizados africanos desembarcados no Brasil
1845	84 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	79 827
1850	37 972
1851	7 038
1852	1 254

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Euzébio de Queiroz que, em 1850:

- aboliu a escravidão no território brasileiro;
- definiu o tráfico de escravizados como pirataria;
- elevou as taxas para importação de escravizados;
- aboliu os escravizados com mais de 60 anos;

2 (ENEM 2013 - Adaptada)

A cessação do tráfico lampou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mas cedo ou mais tarde estaria escrito, tanto mais quanto os índices de mortalidade entre os escravizados eram extremamente baixos e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravidão existente e, ao mesmo tempo, pensar numa nova solução para o problema da mão de obra.

COELHO, C. *Uma História da República*. Rio de Janeiro: Litterata, 2010.

Em 1850, a Lei Euzébio de Queiroz extinguiu o tráfico transatlântico de cativos e colocou em evidência o problema da falta de mão de obra para a lavoura. Para os calculadores positivistas, a medida que representou uma solução efetiva desse problema foi(a):

- valorização dos trabalhadores nacionais livres;
- busca por novas fontes fomentadoras de cativos;
- desenvolvimento de uma economia urbano-industrial;
- incentivo à imigração europeia;
- escravidão das populações indígenas.

3 (ENEM 2013 - Adaptada)

Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como não há pontos suprassum-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas precisam alimentadas pela aquisição de escravizados, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam do braço à sua custa, e se é possível obtê-lo ainda, por que motivo não há de procurar alijança-las pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manoel Feliciano de Sousa e Melo, entre quem por Tomaz Pires de Sousa Vargas de Albuquerque, L. F. (1824). *Memórias de uma grande fazenda no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Atualizado.

O fragmento do discurso dirigido ao parlamento do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de:

- fomentar ações públicas para ocupação de terras do interior;
- estabilizar o regime aristocrático para proteção da mão de obra estrangeira;
- definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração;
- regularizar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas;

4 (ENEM 2016)

Financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.



BROCOS, M. A. *A redenção de Cam*, 1895.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época que era a de:

- defesa da democracia racial;
- idealização do universo rural;
- crise dos valores republicanos;
- constatação do atraso sertanejo;
- embranquecimento da população.

Sumário

HISTÓRIA

Aula 1	Segundo Reinado: uma abolição gradual?	10
Aula 2	Economia no Segundo Reinado: café e “modernização conservadora”	16
Aula 3	A “Babel” de imigrantes	23
Aula 4	A “imagem” do Brasil na Primeira República: um retrato da exclusão	29
Aula 5	Do outro lado residem “os outros”: questões sociais e agrárias no Brasil.....	35
Aula 6	A guerra que veio de trem: qual o caminho da Brazil Railway Company?.....	41
Aula 7	O Brasil do sertão Aula complementar	46
Aula 8	“Uma Paris tropical”: a modernização do Rio de Janeiro via “bota-abaixo”	53
Aula 9	“A capital insalubre”: higienismo e a Revolta da Vacina	63
Aula 10	Os povos indígenas e o papel do Estado Republicano	69
Aula 11	“A democracia racial” e a negação do racismo no Brasil	76
Aula 12	Da “casa-grande” ao mito da democracia racial	82
Aula 13	O patriarcalismo no Brasil: família, açúcar e a violência da escravidão Aula complementar	88
Aula 14	Patrimonialismo: as raízes “cordiais” do Brasil	97

GEOGRAFIA

Aula 1	A expansão da urbanização no Brasil ao longo dos séculos	106
Aula 2	Impactos socioambientais da urbanização	111
Aula 3	Urbanização mundial.....	115
Aula 4	Urbanização acelerada	120
Aula 5	Problemas urbanos e desigualdades socioespaciais.....	124
Aula 6	Desafios contemporâneos das cidades.....	129
Aula 7	Transformações e contrastes no espaço agrário brasileiro.....	133
Aula 8	Modelos agrícolas em contraste	138

Aula 9	A ONU e os desafios do cenário agrário mundial.....	141
Aula 10	O agronegócio e a expansão das novas fronteiras agrícolas	144
Aula 11	Pesquisa e cenário agrícola Aula complementar	148
Aula 12	O Brasil no cenário agrícola Aula complementar	152
Aula 13	Territórios indígenas.....	154
Aula 14	Demarcações dos territórios indígenas	158

LÍNGUA INGLESA

Aula 1	Science revolution – Part 1.....	164
Aula 3	Science revolution – Part 2.....	167
Aula 5	Science revolution – Part 3.....	171
Aula 7	Science revolution – Part 4.....	175
Aula 9	Science revolution – Part 5.....	178
Aula 11	Science revolution – Part 6.....	181
Caderno de Exercícios	185
	História.....	185
	Geografia.....	193
	Língua Inglesa	211
Anexos	215

HISTÓRIA

SEGUNDO REINADO: UMA ABOLIÇÃO GRADUAL?

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

O Brasil foi o último país do Ocidente a abolir a escravidão, um processo prolongado e gradual que se desenvolveu simultaneamente ao início da imigração europeia. Mais do que uma mera concessão das elites ou resultado de pressões externas, a abolição foi profundamente marcada pela resistência negra (fugas, organização de quilombos e de movimentos abolicionistas) e por intensos conflitos internos.

UMA ABOLIÇÃO GRADUAL?

1831

Lei Feijó

Estabeleceu o fim do tráfico de escravizados

1850

Lei Eusébio de Queirós

Reforçou a proibição do tráfico de escravizados

Lei de Terras

Regulamentou o acesso à terra, permitindo que ela fosse adquirida apenas por compra, excluindo os mais pobres e ex-escravizados de sua posse.

1871

Lei do Ventre-Livre

Concedeu liberdade aos filhos de escravizados nascidos após essa data.

1885

Lei dos Sexagenários

Libertou os escravizados com mais de 60 anos, um número pequeno de trabalhadores que sobreviveram aos anos de escravidão.

1888

"Não há mais escravos no Brasil, revogam-se as posições em contrário"

A abolição da escravidão no Brasil foi um processo longo e complexo, marcado por intensa mobilização social e política, e não apenas pela assinatura da Lei Áurea em 1888.



O divórcio entre a legislação e a realidade prática revelou uma contradição fundamental do Estado imperial, que reiteradamente subordinou princípios abolicionistas aos imperativos econômicos das elites. Apesar de sua ineficácia imediata, esse percurso legal simboliza as tensões de uma nação que promulgava leis contra a escravidão, mas mantinha uma dependência estrutural desse sistema. O tráfico transatlântico persistiu em grande escala até 1850, quando a Lei Eusébio de Queirós, implementada com medidas mais rigorosas, finalmente interrompeu o comércio internacional de escravizados, ainda que tenha incentivado o tráfico interno entre províncias.

Neste contexto, muito antes da Lei Áurea (1888), uma sequência de medidas legislativas – incluindo a Lei Feijó (1831), a Lei Eusébio de Queirós (1850), a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) – tentaram restringir progressivamente o tráfico e a escravidão no Brasil. A aplicação concreta dessas normas, porém, esbarrou constantemente nos interesses econômicos e políticos dos proprietários rurais, cujo poder político e influência institucional garantiam a perpetuação do modelo escravocrata. Essa oposição das elites demonstra como o abolicionismo foi um processo gradual e cheio de contradições, pontuado por concessões ao *status quo*. A existência de leis, portanto, mostrou-se insuficiente para transformar uma estrutura social profundamente enraizada na ausência de genuína vontade política e de transformações econômicas substantivas. Além disso, o Império consolidou a Lei nº 601 de 1850 que, ao estabelecer a compra como única forma de acesso à terra, impossibilitou que a população negra e os pobres em geral se tornassem proprietários, perpetuando assim a desigualdade e a dependência econômica.

A abolição não foi um ato benevolente, mas sim uma conquista tensionada por resistências, revoltas e organização política negra. Isso tornou inevitável o fim da escravidão, ainda que dentro de um quadro de continuidades e novas formas de exclusão.

Na prática

Atividade 1

Leia as fontes e siga o roteiro da **Rotação por Estações**.

Estação 1

Fonte I

A força da escravidão

Afinal, nas duas décadas seguintes à promulgação da lei [de 7 de novembro de 1831, de proibição do tráfico africano de escravizados], mais de 750 mil negros foram introduzidos no território nacional por contrabando, permanecendo ilegalmente escravizados, assim como seus descendentes. [...] Manter tanta gente escravizada ao arripio da lei exigiu do Estado imperial medidas de várias espécies, pertinentes ao âmbito legislativo, ao cotidiano da administração pública, à conduta do Judiciário, tudo isso com repercussões sobre as relações entre senhores e escravos e quanto à experiência de liberdade dos africanos e seus descendentes na sociedade brasileira oitocentista.

CHALHOUB, S. **A força da escravidão**: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 30.

Fonte II

Disputas e políticas pela manutenção do tráfico negreiro

Desta forma, as pesquisas têm demonstrado que a lei de 1831 não foi uma “lei para inglês ver” e que, de modo geral, houve uma crença na sua efetiva aplicação. De acordo com Parron, na primeira fase da ilegalidade do tráfico, correspondente ao período compreendido entre 1831 e 1835, houve um contrabando residual. Isso se deve [...] ao fato de que durante essa fase, as “atividades do comércio não contaram com apoio explícito ou maciço de parlamentares, e o discurso a respeito do tráfico o repelia fortemente”. Além disso, fatores como as perseguições britânicas e a necessidade de reestruturação do tráfico no período da clandestinidade certamente tiveram influência sobre a diminuição no volume de desembarques. O terceiro momento do tráfico teve início no meado da década de 1830. A partir de então ocorreu a segunda fase de ilegalidade do comércio negreiro e o contrabando adquiriu um caráter sistêmico: contando com o suporte de parlamentares engajados na defesa da escravidão, de autoridades locais e da população, o tráfico voltou a crescer, tendo permanecido ativo até a década de 1850.

SANTOS, S. A. S. Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (c. 1831-c. 1850). **Revista História** (São Paulo), n. 177, a08317, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/hpXjCVGjwTVBLH7grXBTgrj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

- 1 Quais foram as disputas envolvidas na aprovação da lei de 1831, que proibiu, pela primeira vez, o tráfico de escravizados ao Brasil? Quais os mecanismos encontrados no país para contornar essa lei?

Os interesses britânicos na expansão do capitalismo industrial levaram à repressão ao tráfico, com a Inglaterra usando sua Marinha de Guerra e seu poder econômico para pressionar outros países a seguirem essa diretriz. O Brasil negociou com a Grã-Bretanha durante anos e, em 1831, aprovou uma lei de proibição do tráfico de escravizados no país. Durante os primeiros anos após sua implementação, o governo brasileiro, de fato, se viu coagido a essa lei. Entretanto, com a pressão dos grupos de traficantes e dos senhores de escravizados, que passaram a compor o próprio governo, o Estado usou seu aparato para acobertar o contrabando e facilitar as transações comerciais. Com isso, o comércio de escravizados no Brasil cresceu entre os anos de 1835 e 1850.

Estação 2

Fonte I

Tráfico de escravizados em meados do século XIX no Brasil

Escravizados vindos da África		Escravizados vindos de outras províncias e vendidos no Rio de Janeiro	
Ano	Nº de escravizados	Ano	Nº de escravizados
1845	19 463	1852	4 409
1846	50 354	1853	2 209
1847	56 172	1854	4 418
1848	60 000	1855	3 532
1849	54 000	1856	5 006
1850	23 000	1857	4 211
1851	3 287	1858	1 993
1852	700	1859	963
Total	266 976	Total	26 622

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

STEIN, S. J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Fonte II

Lei Eusébio de Queirós

Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850

Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império.

[...] Art. 3º São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem, e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou que concorrerem para ocultar ao conhecimento da Autoridade, ou para subtrair á apreensão no mar, ou em acto de desembarque, sendo perseguido.

[Grafia original].

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Planalto. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM581.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

Fonte III

Uma complexa estrutura fundiária

Findo o tráfico, era inevitável, em algum momento, o fim da própria escravidão. Fazia-se, então, necessário pensar em alternativas para a mão de obra escrava. O assunto ocupava o governo desde 1842, quando foi apresentado à Câmara um projeto de regulamentação da estrutura fundiária, que previa a venda de terras públicas para o financiamento da contratação de trabalhadores livres na Europa. O projeto arrastou-se no Congresso sem conseguir ser aprovado. Em 1850, o governo o transformou em lei. Mas foi tal a resistência de proprietários e de autoridades locais à sua aplicação, sobretudo no dispositivo que previa mediação e venda de terras públicas, que a lei pouco resultado teve.

SCHWARCZ, L. M. **A construção nacional:** 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 100.

Fonte IV

Lei de Terras, 1850

Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de **sesmaria** sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título **oneroso**, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. [...]

Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente. [Grafia original].

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

Sesmaria: porção de terra que era doada (não vendida) pelo rei português a particulares durante o período colonial.

Título oneroso: obtido mediante um pagamento, uma obrigação, um ônus.

1 A partir de qual data houve uma queda no número de escravizados trazidos da África para o Brasil? Por qual razão isso ocorreu?

A partir de 1850, quando foi assinada a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico de escravizados. O tráfico interno de escravizados que vinham do Nordeste para o Sudeste (conforme exposto na Fonte I), aumentou após a Lei Eusébio de Queirós. Com o tempo, novas soluções tiveram que ser implementadas. Um projeto que existia desde a época da independência do país era a vinda de imigrantes para trabalharem como colonos em fazendas. Embora tivesse havido algumas medidas anteriores, essa proposta ganhou força a partir da década de 1870, quando o governo financiava a vinda de imigrantes para trabalhar nas fazendas de café do Sudeste.

2 Qual a relação entre a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850?

A relação entre as leis está associada ao fim do tráfico de escravizados e à necessidade de se pensar em opções para a substituição da mão de obra escravizada. Enquanto a Lei Eusébio de Queirós visava reprimir o tráfico de escravizados, a Lei de Terras buscava regular a estrutura fundiária do país. O projeto original de regulamentação fundiária previa a venda de terras públicas para o financiamento da contratação de trabalhadores livres na Europa, e somente reconhecia como propriedade as terras adquiridas por meio da compra. Os negros, por exemplo, por não terem recursos para comprar terras, poderiam adquiri-la apenas por meio de posse. Assim, ambas as leis de 1850 refletiam os esforços do governo brasileiro para enfrentar as questões relacionadas à escravidão e à mão de obra, após o fim do tráfico. A resistência por parte de proprietários e de autoridades locais, no entanto, especialmente em relação à venda de terras públicas, limitou a efetividade da Lei de Terras e contribuiu para a manutenção de uma estrutura fundiária complexa e desigual, perpetuando a exclusão socioespacial dos negros, mesmo após a abolição da escravidão.

ECONOMIA NO SEGUNDO REINADO: CAFÉ E “MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República



Carregadores de Café, 1846, de Eduard Hildebrandt.



Construção da Estrada de Ferro Santos -Jundiaí. Fotografia de Augusto de Azevedo Militão, c. 1864.



Locomotiva a vapor Baldwin, primeiro modelo da Companhia Mogiana.



Escravidados na colheita de café, c. 1882, fotografia Marc Ferrez.



Estabelecimento da Iluminação a gás no Rio de Janeiro, fundada por Mauá, gravura de L. Therier.

ECONOMIA NO SEGUNDO REINADO Café e “modernização conservadora”

A primeira muda de café arábica chegou em Belém, em 1727, escondida na bagagem do Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta.

O Brasil começou a exportar café em 1810, em pequenas quantidades, mas em 1830, ele já passou a ser o principal produto de exportação, desbancando o açúcar. A partir de 1825, a cultura do café se tornou a principal atividade econômica no Vale do Rio Paraíba, entre São Paulo e o Rio de Janeiro.

1850 - 1875

A extinção definitiva do tráfico transatlântico (formalmente proibido desde a década de 1831) e, em especial, o rápido desenvolvimento da lavoura cafeeira inauguraram um novo ciclo econômico. O “ouro verde” assumiu o posto de principal produto de exportação brasileiro. Capitais antes imobilizados pelo comércio de escravizados foram aplicados na construção das primeiras ferrovias e telégrafos. Indústrias, ainda que rudimentares, começaram a operar. Também foi um período de grandes investimentos em infraestrutura urbana no Rio de Janeiro.

A exportação do café foi a grande responsável pelo desenvolvimento do Sudeste brasileiro e principalmente de São Paulo, que não era capital, mas cresceu tanto com o dinheiro do café, que se aburguesou e se tornou o principal centro financeiro do país. No final do século XIX, rodovias foram construídas para escoar café e as cidades cresceram também no interior com a intensificação da imigração, principalmente com o fim da escravidão, em 1888.

Na prática

Atividade 1

Analise as fontes e reflita com base nos questionamentos.

Texto I

O café

A *coffea arabica* fora introduzida no Brasil no começo do século XVIII. Por volta de 1790, a exploração comercial da planta era bem-sucedida nas encostas próximas ao Rio de Janeiro. Em 1830, os cafezais cobriam vastas áreas do Vale do Paraíba, atravessando os limites da província de São Paulo e alcançando Jacareí. Não é difícil compreender por que a cultura do café substituiu a da cana-de-açúcar nas grandes propriedades. Em primeiro lugar, a demanda mundial de café era bastante mais acentuada do que a do açúcar em quase toda a primeira metade do século XIX. Além disso, os custos de produção eram um pouco mais baixos. O café exigia menos mão de obra [...] e a cana tinha de ser replantada a cada três anos, geralmente, enquanto um cafeeiro poderia durar 30 ou 40. [...] Finalmente, o café resultava em maior margem de lucro, afora o custo do transporte até o porto de Santos. Seu valor por quilo era superior, e era menos sujeito a deterioração no processo de transporte. [...] Somente após 1840 se deu início ao plantio em larga escala de café no Oeste Paulista, de Campinas até Rio Claro.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Warren Dean (1932-1994) foi professor de História na Universidade de Nova York. Morreu em 1994, em um trágico acidente em Santiago do Chile, logo após concluir a obra **A ferro e fogo** sobre a Mata Atlântica brasileira.

Fonte I

Mapa: expansão da lavoura cafeeira no Sudeste, séculos XIX e XX



Fonte II

Porcentagem do café brasileiro na produção mundial

Década	Porcentagem
1820-1829 – 18%	1870-1879 – 49%
1830-1839 – 30%	1880-1889 – 56%
1840-1849 – 40%	1890-1899 – 63%
1850-1859 – 52%	1900-1904 – 63%
1860-1869 – 49%	

NORMANO, J. F. *Evolução econômica*. São Paulo: Nacional, 1939.

Texto II

“Modernização de fachada”

Na segunda metade do século XIX ocorrem alguns fenômenos importantes que irão introduzir algumas modificações na estrutura econômica e social do país [...]. Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes [...]. O aperfeiçoamento do sistema de transportes (substituição do transporte em lombo de burro e carro de boi pelas ferrovias, a generalização do uso do navio a vapor, na segunda metade do século XIX) coincide com a demanda crescente de café pelo mercado internacional, acarretando uma especialização crescente da produção cafeeira. Rompia-se a estreita autossuficiência do latifúndio, o que estimularia o comércio interno, permitindo uma relativa distribuição de riqueza. [...] Nas regiões mais distantes onde não chegaram o telégrafo nem as ferrovias, o ritmo de vida não se alterou. Os benefícios do progresso concentraram-se nos grandes centros que se modernizaram rapidamente, acentuando-se a diferença entre este e os núcleos do interior. [...] A tendência à concentração de capitais em certas áreas, cuja economia estava em expansão (regiões cafeeiras), irá motivar uma modernização mais rápida dessas regiões. [...] Estruturalmente não há conflitos fundamentais entre os industrialistas e os representantes dos setores agrários. O proprietário de terras converte-se em empresário, e o empresário não raro investe em terras. O conflito fundamental se dará entre os representantes de setores arcaicos e decadentes e os representantes dos setores onde o capital se concentra (conflitos internos entre setores da oligarquia rural), faltando a oposição clássica entre “burguesia” e “aristocracia”. [...].

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999.

Emília Viotti da Costa (1928-1917) foi professora livre-docente de História na Universidade de São Paulo (USP). “Aposentada” pela ditadura civil-militar brasileira (AI-5), foi para os Estados Unidos lecionar na Universidade de Yale. Recebeu o título de professora emérita por ambas as universidades. Entre suas obras mais importantes estão **Da monarquia à República** e **Da senzala à colônia**.

1 Quais os argumentos do texto de Warren Dean (Texto I) para o investimento da cultura do café no Brasil?

Demanda mundial: o café apresentava uma demanda global muito maior do que a do açúcar durante a primeira metade do século XIX.

Custos de produção mais baixos: em comparação com a cana-de-açúcar, o café tinha custos de produção um pouco mais baixos em virtude de exigir menos mão de obra para ser cultivado.

Enquanto a cana-de-açúcar precisava ser replantada a cada três anos, os cafeeiros podiam durar até 30 ou 40 anos, o que reduzia os custos de replantio.

Margem de lucro maior: o café oferecia uma margem de lucro superior em comparação com a cana-de-açúcar. Além disso, o café era menos suscetível à deterioração durante o transporte.

Expansão geográfica: inicialmente, o cultivo do café foi bem-sucedido nas encostas próximas ao Rio de Janeiro, no entanto, como também observado no mapa, a cultura do café se expandiu para vastas áreas do Vale do Paraíba, ultrapassando os limites da província de São Paulo e alcançando Jacareí.

Posteriormente, o plantio em larga escala de café também foi iniciado no Oeste Paulista, de Campinas até Rio Claro. Essa expansão geográfica demonstra a viabilidade e o potencial econômico da cultura do café.

- 2** A partir de que núcleo o café se expandiu? Que direção seguiu, segundo a observação do mapa (Fonte I)? Analisando-se os dados da porcentagem da produção mundial (Fonte II), qual era a participação do café brasileiro na produção mundial na segunda metade do século XIX?

A partir do Rio de Janeiro, o café se expandiu para o Vale do Paraíba e a Zona da Mata mineira (de 1840 a 1870), depois, ao centro-oeste paulista (de 1870 a 1930), norte do Paraná e sudeste do Mato Grosso do Sul (após 1930). A Mata Atlântica, que originalmente cobria essa região, foi destruída com a expansão cafeeira. Na segunda metade do século XIX, o café brasileiro correspondia a cerca de 50% da produção mundial, e, no início do século XX, a cerca de 60% da produção mundial.

- 3** A partir da segunda metade do século XIX houve uma série de modificações na estrutura econômica e social do país, segundo a historiadora Emília Viotti da Costa. Essas mudanças, no entanto, não trouxeram uma “modernização” capitalista clássica para o país. Quais argumentos a autora utiliza para justificar essa ideia? Explique.

Segundo Emília Viotti da Costa, o Brasil do final do século XIX passou por mudanças importantes, como a abolição do tráfico de escravizados, o aumento da imigração e a renovação do transporte, mas isso não o levou à “modernização” capitalista completa. A concentração dos avanços nos grandes centros urbanos e nas regiões cafeeiras aprofundou as desigualdades regionais e econômicas.

Além disso, faltou uma divisão clara entre burguesia e aristocracia; as elites agrárias adaptaram-se ao modelo capitalista, integrando-se e investindo em novos setores, o que evitou o surgimento de conflitos de classe típicos do capitalismo industrial clássico.

Atividade 2

Leia o texto historiográfico e a interpretação da Fonte I para analisar a questão da mão de obra escravizada no contexto do fim do tráfico e do início do processo de imigração europeia para o Brasil.

Texto I

Controle senhorial da liberdade: concessão, não conquista!

Diante do agravamento da situação [fugas, revoltas e abandono coletivo de senzalas], os representantes conservadores dos “terríveis” fazendeiros paulistas aproximam-se finalmente da causa da liberdade, liderados por Antônio Prado, propondo a concessão particular de alforrias condicionais, estabelecendo um prazo de três anos para a libertação final da província. Entre fevereiro e março, a quase totalidade dos fazendeiros paulistas tinha se convertido à ideia da alforria incondicional e à defesa da abolição imediata como a única forma de restabelecer a ordem e salvar a safra de 1888. [...]. A onda de alforrias em massa consistiu, na verdade, **numa estratégia** até a defesa do **direito de propriedade**, na tentativa de recuperar **o controle senhorial do processo**. [...] Uma carta de um conhecido fazendeiro e político conservador paulista procurava fazer com que seus colegas de outras províncias percebessem a necessidade e o alcance dessa mudança tática. É importante notar que a carta do político e fazendeiro paulista **Paula Sousa** [...] aponta para [...] uma estratégia senhorial para evitar a ameaça da desordem. [...] O objetivo seria a permanência dos escravos após a liberdade, e haveria apenas dois fatores capazes de conservá-los na própria fazenda após a libertação. Em primeiro lugar, ela já deveria ser concedida incondicionalmente pelo senhor, antes que aquela fazenda tivesse sido tomada pela indisciplina e pelas fugas em massa. Deveria ser uma concessão e não uma conquista. Em segundo lugar, mesmo nesse contexto, os cativos somente permaneceriam se possuíssem relações afetivas e familiares estáveis no local do antigo cativo.

[...] a defesa da alforria em massa não se confundia necessariamente com a defesa da abolição imediata e incondicional por medida legislativa. Era proposta como uma medida preventiva, **que preservasse a autoridade moral dos senhores** [...]. Era pensada como condição para a retomada do controle senhorial do processo [...] à estrutura produtiva e à **manutenção do controle social no mundo rural**.

MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Unicamp, 2013.

Carta de Paula Sousa, 1888

Desde primeiro de janeiro não possuo um só escravo! Libertei todos, e liguei-os à casa por um contrato igual ao que tinha com os colonos estrangeiros e que terei com os que de novo ajustar. Bem vêes que o meu escravismo é tolerante e suportável. [...] Dei-lhes liberdade completa, incondicional e no pequeno discurso que lhes fiz ao distribuir as cartas falei-lhes dos graves deveres que a liberdade lhes impunha [...] A exceção de três, todos ficaram comigo. [...] Os paulistas teriam decidido pela libertação em massa não por terem sentimentos humanitários maiores que os demais brasileiros, mas por bom senso, convencidos da inevitabilidade da extinção da escravidão, para evitar a desorganização do trabalho. [...] indispensável lançar mão do meio mais seguro de fixar, pela gratidão e pelo interesse, o escravo à fazenda onde tem trabalhado. Se a condição deste mudar-se de um dia para o outro, só por disposição de lei, difícil será conservá-lo aí [...].

(Carta do político e fazendeiro paulista Antônio Francisco de Paula Sousa (1843-1917) a César Zama, divulgada em abril em **O País**, mar. 1888).

MATTOS, H. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas: Unicamp, 2013.

Como a carta de Antônio Francisco de Paula Sousa, publicada em diferentes jornais do país, esclarece a estratégia dos fazendeiros paulistas pela alforria em massa de seus escravizados? Como a análise historiográfica interpreta esse “aconselhamento” aos demais fazendeiros de outras regiões a fazerem o mesmo? Explique.

Paula Sousa aconselhava os fazendeiros de outras regiões a libertarem seus escravizados de forma planejada, apresentando a alforria como uma concessão dos senhores para manter sua autoridade e a lealdade dos trabalhadores (“pela gratidão e pelo interesse, o escravo à fazenda onde tem trabalhado. Se a condição deste mudar-se de um dia para o outro, só por disposição de lei [abolição], difícil será conservá-lo aí”).

Sousa, que não era afeito ao trabalho imigrante, expressou que a saída para mão de obra é libertá-los voluntariamente, que isso asseguraria a permanência nas fazendas por gratidão e vínculos familiares, evitando rupturas na estrutura produtiva. O texto historiográfico, por meio da fonte, analisa, em suas especificidades, as formas de controle senhorial dos cafeicultores paulistas dos escravizados no contexto de fins da escravidão. Embora houvesse processos “graduais” de libertação que tivessem a consciência de que a abolição viria, as áreas rurais tradicionais do Sudeste e seu inconformismo com o fim do cativeiro mantiveram seu funcionamento com a “libertação incondicional” em nome da ordem, ou seja, do controle moral e da manutenção de estruturas sociais (mesmo após a abolição), evitando a desordem nas fazendas e garantindo a continuidade do trabalho dos negros.

A “BABEL” DE IMIGRANTES

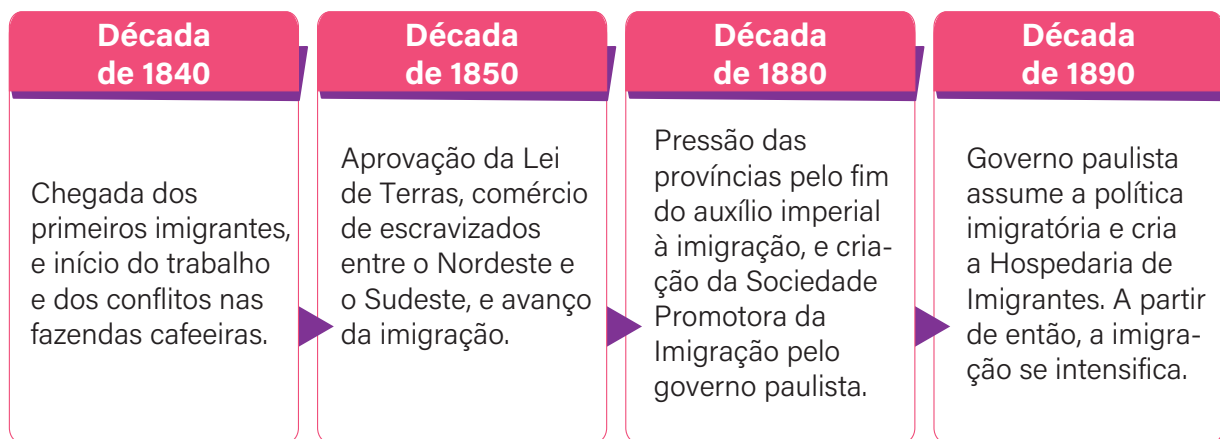
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

A partir da metade do século XIX, o fluxo de imigrantes tornou-se cada vez mais expressivo, e só não foi ainda maior devido à posição da elite político-agrária exportadora que, em 1850, aprovou a **Lei de Terras**. A Lei foi central para a manutenção da estrutura fundiária no Brasil, pois formalizou a propriedade privada das “terras devolutas” – terras públicas sem títulos de posse – por meio de compra e registro, limitando drasticamente o acesso à terra para a população livre, especialmente **imigrantes** e **ex-escravizados**. Ao invés de incentivar a distribuição de terras, como em outros países que buscavam atrair imigrantes, a lei brasileira consolidou a concentração fundiária ao beneficiar as elites agrárias, que passaram a adquirir grandes extensões, antes de domínio público.

Para os imigrantes, essa restrição significava que a alternativa viável era o trabalho nas grandes fazendas, especialmente no sistema de parceria ou, posteriormente, o colonato, no qual continuavam atrelados aos fazendeiros sem perspectiva de ascensão social. Da mesma forma, os ex-escravizados, libertos em um contexto de escassez de oportunidades, foram excluídos do acesso à terra, o que os impediu de estabelecer uma base de subsistência e independência econômica.

A Lei de Terras, ao consolidar interesses das elites agrárias, moldou o desenvolvimento econômico e social do Brasil em uma estrutura de alta concentração fundiária, pouca mobilidade social e desenvolvimento desigual. Esse modelo limitou o surgimento de pequenos proprietários e impediu o desenvolvimento de um mercado interno consistente, retardando a diversificação econômica e a formação de uma classe média rural. O impacto foi duradouro, consolidando desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira até os dias atuais.



Na prática

Atividade 1

Leia a legislação, o texto historiográfico e analise o que se pede.

Fonte I

Lei de Terras, 1850

Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. [...]

Art. 1º – Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (terras do Estado) por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente. [Grafia original].

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 22 nov. 2024.

Texto I

A Lei de Terras e a política imigrantista

Em 18 de setembro de 1850, 14 dias após a votação da Lei Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico negreiro, foi promulgada a **Lei de Terras**. A lei determinava que a ocupação de terras públicas – **devolutas**, sem cultivo, só poderia ocorrer, dali em diante, por meio da compra, em **hasta pública** do Estado. As terras doadas em sesmarias e as posses sem títulos legais seriam legalizadas por meio dos Registros Paroquiais de Terras, desde que se comprovasse estarem cultivadas, e não com simples roçados. Historiadores interpretaram essa determinação do pagamento pela terra devoluta como uma estratégia do Estado para dificultar a ocupação de terras por parte de trabalhadores livres, principalmente imigrantes. Segundo expressão consagrada do sociólogo **José de Souza Martins**, substituía-se o cativo do trabalhador pelo cativo da terra. A regulamentação da Lei de Terras ocorreu em 30 de janeiro de 1854, com a obrigatoriedade de cadastramento de todas as terras ocupadas por meio do Registro Paroquial de Terras, então realizado em todo o Império entre 1855 e 1860. Os conflitos, entretanto, estavam longe de cessar. As lutas pelas demarcações dos limites das terras registradas eram frequentes, assim como têm sido nos dias de hoje.

VAINFAS, R. *et al.* **História**: Conecte live. São Paulo: Saraiva, 2018.

Hasta pública: leilão.

Terras devolutas: áreas sem proprietário particular, sem cultivos; terras públicas, do Estado.

Qual é a crítica apresentada pelo historiador em relação imigração e às questões associadas ao acesso à terra, com a expressão “cativo da terra”, tendo em vista o contexto analisado? Explique.

A terra, no Brasil, era ocupada pela posse (uso simples) ou pelo regime das sesmarias (doação).

A Lei de Terras transformou as terras públicas (sem dono) em capital para o Império, já que só seriam reconhecidas como propriedade aquelas que tivessem títulos de doação do período colonial (sesmarias) ou cujos ocupantes (posseiros) mostrassem melhoramentos na terra. Quem não atendesse a essas condições só poderia adquirir terras por compra, portanto, além da dificuldade dos imigrantes em adquirir suas próprias terras, outros grupos sociais, como roceiros ou pequenos lavradores que

dependiam delas (negros libertos, mestiços, brancos pobres e indígenas), também poderiam ser expulsos dessas áreas. A ironia apresentada na Fonte I está na fórmula que o país inventou para a manutenção dos latifúndios: “da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”, como analisou o sociólogo José de Souza Martins, citado. A partir de então, para ter direito à terra passou a ser necessário comprá-la, o que não acontecia antes da Lei de Terras. Isso afastou a população pobre de ter sua própria casa e terra para plantar e viver.

Atividade 2

Com base na fonte a seguir, redija uma matéria jornalística, a ser publicada no jornal **Gazeta de Notícias**, com as denúncias feitas por Thomas Davatz acerca da vida dos imigrantes na Casa Vergueiro em Ibicaba, São Paulo.

Para a produção textual, considere: Thomas Davatz tinha a missão oficial de produzir relatórios à Suíça acerca das condições de vida e trabalho na colônia que servissem de orientação às autoridades sobre a política de emigração. Foi um crítico contundente da mentalidade dos fazendeiros paulistas sobre o trabalho agrícola e a opressão sobre os trabalhadores. Segundo o colono, a opressão se revestia de um sentimento de equiparação ao escravizado, cuja condição era comparável à sua; o evento levou ao motim na Fazenda de Ibicaba, desdobrando-se na revogação do modelo de imigração em sistema de parceria.



PRODUZIDO PELA SEDUC COM © GETTY IMAGES

Fonte I

Relação das queixas dos colonos

1º — A casa Vergueiro reduz a moeda brasileira as dividas contrahidas em suas terras pelos colonos que imigraram com adeantamentos de suas municipalidades e contractos com a mesma companhia, baseando-se em cálculos taes que os colonos saem na maioria dos casos prejudicados [...].

2º — Quando um colono chega aqui com uma divida e paga-a na mesma moeda em que o empréstimo fora feito inicialmente, essa moeda é cotada a um cambio mais baixo do que o da divida [...].

4º — A casa Vergueiro debita aos colonos que receberam de suas municipalidades adeantamentos sem onus para a viagem, juros de 6%, desde o principio. Em conclusão: embolsa quantias que não lhe pertencem e lesam com isso os pobres colonos.

5º — A casa Vergueiro declara na Europa, por intermédio de seus agentes ou nos ajustes para a viagem, que chegando á America o colono não terá nenhuma taxa a pagar, e nada diz a respeito de qualquer commissão a ser paga. Sem embargo disso, porém, onera aqui cada pessoa de mais de 8 a 10 annos e cada duas crianças de menos do que essa idade, até um anno, com dez mil reis. Essa taxa é chamada dinheiro de commissão.

6º — A casa Vergueiro debita aos colonos, pela viagem de Santos á colónia, sommas exageradas, que devem ser qualificadas de illegaes visto como, segundo nos consta, os colonos deveriam ser transportados gratuitamente desde aquelle porto até ás fazendas. Nada figura em nossos contractos a respeito da necessidade de tal pagamento.

7º — A casa Vergueiro cobra por uma péssima casa de residência, onde o morador é obrigado constantemente a fazer melhoramentos e concertos, afim de que não venha quasi abaixo e onde durante os fortes temporaes tudo fica encharcado, o aluguer annual de doze mil reis. Esse aluguer annual é cobrado mesmo áquelles que tiveram promessa de habitação gratuita. Os colonos recém-chegados são forçados por vezes a esperar longo tempo por uma casa e emquanto não a obtêm são mettidos nas habitações dos mais antigos ou de preferencia no prédio destinado á escola, onde se encurralam três, seis e até dez famílias, expostas, assim, a toda espécie de doenças e epidemias. Nas habitações definitivas, pelas quaes se cobra o aluguer acima referido, compete ao colono fazer tudo pois são fornecidas apenas com quatro paredes, o telhado, duas portas e duas janellas. Compete-lhe limpar a casa do capim e das toucieras, que crescem livremente no interior, aplainar o chão tosco; erguer as paredes internas; fazer um fogão etc. Quasi sempre falta o curral e o cercado, e quando existem eleva-se o aluguer. [Grafia original].

DAVATZ, T. **Memórias de um colono no Brasil (1850)**. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

GAZETA DE NOTÍCIAS

26 de maio de 1856

Terra Prometida ou cativo velado? Colonos europeus denunciam as péssimas condições de trabalho e vida na Fazenda de Ibicaba.

Por nosso correspondente.

LIMEIRA, SP – O sonho de "fazer a América" tem se transformado em um pesadelo de dívidas intermináveis e condições degradantes para centenas de colonos europeus recrutados para trabalhar nas fazendas do senador Nicolau Vergueiro, em São Paulo. Um manifesto, assinado pelo pastor e professor suíço Thomas Davatz e apoiado por dezenas de famílias, expõe uma série de práticas que os imigrantes classificam como fraudulentas e abusivas, contradizendo as promessas feitas nos contratos de parceria.

De acordo com o documento, os colonos, majoritariamente suíços e alemães, são recebidos por um sistema de cobranças duvidosas assim que desembarcam. A principal queixa reside na conversão arbitrária da moeda. As dívidas contraídas na Europa são recalculadas à taxa que mais beneficia a administração da fazenda, tornando o pagamento quase impossível.

Condições insalubres e cobranças ilegítimas

Além das questões financeiras, o texto detalha uma realidade de precariedade. As habitações fornecidas são descritas como "péssimas", obrigando os colonos a gastarem com reparos constantes. Um aluguel anual de doze mil réis é cobrado, mesmo daqueles a quem foi prometida moradia gratuita.

A reportagem ouviu um colono que preferiu não se identificar por medo de represálias: – "Vimos com a promessa de terra e prosperidade. Em vez disso, encontramos uma dívida que cresce mais rápido que o café e um casebre que não nos protege do tempo. Somos tratados não como parceiros, mas como servos".

O manifesto ainda lista outras cobranças surpresa, como uma "comissão" paga por pessoa ao chegar e valores exorbitantes pelo transporte de Santos até a fazenda, serviços que, segundo os colonos, deveriam ser gratuitos.

Um sistema em xeque

As denúncias lançam uma sombra sobre o sistema de parceria, tido como a solução moderna para a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. As acusações de Davatz sugerem que, na prática, o modelo pode estar perpetuando uma nova forma de dependência e exploração. Procurada, a administração da Casa Vergueiro não se manifestou sobre as acusações até o fechamento desta edição. A questão coloca em xeque o futuro da imigração subsidiada e levanta uma pergunta crucial: **o progresso paulista será construído sobre o arcabouço de velhas injustiças, apenas disfarçadas de modernidade?**

AULA

4

A “IMAGEM” DO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UM RETRATO DA EXCLUSÃO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

Com a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República no ano seguinte, a elite branca passou a se preocupar com a questão de “o que fazer” com a população negra recém-liberta. Para isso, diversas teorias foram importadas e adaptadas ao contexto brasileiro.

Entre elas estava a teoria do branqueamento ou embranquecimento, ou seja, por meio de sucessivos casamentos inter-raciais, o fenótipo negro seria gradualmente eliminado. Em poucas gerações, imaginava-se que a população brasileira se tornaria inteiramente branca, ignorando completamente os povos indígenas, que eram eliminados, assimilados culturalmente ou relegados a periferias urbanas e ao interior remoto.

Essa teoria ganhou força ao se apoiar na ideologia cientificista do final do século XIX e início do século XX, incorporando elementos do evolucionismo darwinista e do darwinismo social. O branqueamento foi apresentado como uma “teoria científica” moderna, e a raça foi definida por tal ciência a partir de critérios biológicos e morfológicos, pelos aspectos físicos, e não mais pelos religiosos, linguísticos, jurídicos ou culturais. Sua essência racista carregava, contudo, formas intrínsecas de violência ao inferiorizar a população negra e ao propor, em última análise, sua extinção. A mestiçagem, presente desde o início da colonização portuguesa, era alvo de severas críticas por parte de intelectuais europeus. No Brasil, a aceitação dessa “ciência”, que sustentava a suposta superioridade da “raça branca”, criava um dilema que frequentemente abalava a confiança no futuro do país. Nesse cenário, os termos “raça”, “povo” e “nação” tornaram-se centrais nas discussões políticas da época. Muitos intelectuais questionavam como o Brasil poderia alcançar o progresso e a civilização com a composição populacional que apresentava.

A ideologia do branqueamento encontrou expressão também nas artes, sendo representada de forma emblemática no quadro **A redenção de Cam**, pintado em 1895 pelo artista espanhol radicado no Brasil Modesto Brocos y Gómez (1852-1936).

Na prática

Atividade 1

Analise a ideia de branqueamento da sociedade brasileira com base na obra de Modesto Brocos, nos textos e na legislação, **seguindo o roteiro proposto**.

Giro colaborativo	
Pergunta 1	A qual contexto histórico a obra de Brocos está fazendo referência? Qual a relação entre os textos e a pintura? Como o quadro expõe, visualmente, a ideia de branqueamento da sociedade brasileira?
Pergunta 2	O título da pintura remete à passagem bíblica em que Noé amaldiçoa seu filho Cam. Por que o nome dado à obra foi A redenção de Cam ? Qual a relação dessa denominação com as teorias científicas daquele contexto?
Pergunta 3	Qual era a importância da imigração europeia para o projeto republicano que almejava uma nova "identidade nacional"? Explique a partir do Decreto de 1890.

Fonte I

A Redenção de Cam



REPRODUÇÃO MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES

Fica a dica: a pintura do artista espanhol Modesto Brocos y Gómez (1852-1936) aborda as teorias do racismo científico no fim do século XIX e o fenômeno da busca pelo embranquecimento gradual das gerações de uma mesma família por meio da miscigenação. Modesto Brocos y Gómez foi um pintor e desenhista espanhol radicado no Brasil na década de 1890.

A redenção de Cam, óleo sobre tela de Modesto Brocos, 1895.

Fonte II

Um país de futuro branco ou branqueado

Foi só com a proximidade do fim da escravidão e da própria monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia. Até então, como “propriedade”, o escravo era por definição o “não cidadão”. No Brasil, é com a entrada das teorias raciais, portanto, que as desigualdades sociais se transformam em matéria da natureza [...]. A “raça” era introduzida, assim, com base nos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos segundo seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania e do arbítrio [...]. Dessa maneira, em vista da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela nova República de 1889. [...] Depois de uma “era de libertações”, da promessa do fim de todas as formas de cativeiro, o final do XIX trazia agora o “embaraço da exclusão” e o retorno, em bases renovadas (porque biológicas), de novos modelos de diferenciação social.

SCHWARCZ, L. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Fonte III

O pensamento racista e as artes

Os escritores e intelectuais das últimas décadas do século XIX também se entregaram ao debate sobre os supostos inconvenientes da presença negra na formação brasileira. Embaladas pela recepção do pensamento científico-racialista, a herança africana e as mestiçagens foram objetos de intenso debate, marcados por profunda negrofobia. A discussão chegou também às artes plásticas. É bem conhecido o quadro **A Redenção de Cam** (1895), de Modesto Brocos y Gómez (1852-1936), pintor galego radicado no Rio de Janeiro, com passagem pela Academia Imperial de Belas Artes. No momento em que a igualdade jurídica estava em vias de alcançar a letra da lei, o discurso cientificista renovou e modernizou o racismo brasileiro, agora com tintas científico-biológicas.

SCHNEIDER, A. L. Machado de Assis e Silvio Romero: escravismo, “raça” e cientificismo em tempos de campanha abolicionista (década de 1880). **Almanack**, [s. l.], n. 18, p. 451-488, abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/DLHSpsVgnSjfGbGfHkd6Xwz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Fonte IV

O projeto de imigração republicana, 1890

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO DE IMMIGRANTES

Art. 1º. É inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Art. 2º. Os agentes diplomaticos e consulares dos Estados Unidos do Brazil **obstarão** pelos meios a seu alcance a vinda dos immigrants daquelles continentes, communicando immediatamente ao Governo Federal pelo telegrapho quando não o puderem evitar.

Art. 3º. A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos [...].

Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 — [Grafia original].

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890.** Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Obstar: opor-se, criar impedimento.

Fonte V

A imigração e o branqueamento

A solução encontrada para lidar com o problema do excesso de sangue negro e da carência de civilização da população brasileira foi a implantação de uma política de incentivo à imigração, que objetivava atrair o maior número de indivíduos europeus da raça branca, que, mediante a mistura com o nacional, daria ensejo à criação de um povo de qualidade biológica – e, conseqüentemente, cultural e laborativa – superior. A entrada do imigrante europeu, portanto, garantiria a “correção” dos componentes étnicos que

fundaram o Brasil, produzindo um “tipo” racial brasileiro mais **eugênico**, porque possuidor de maior quantidade de sangue branco.

RAMOS, J. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre a imigração da década de 20. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: CCB, 1996.

Eugênico: que diz respeito à eugenia, processo que pretende “aprimorar” a genética humana. O termo foi criado pelo cientista inglês Francis Galton, em 1883.

- 1** A qual contexto histórico a obra de Brocos está fazendo referência? Qual a relação entre os textos e a pintura? Como o quadro expõe, visualmente, a ideia de branqueamento da sociedade brasileira?

A pintura de Brocos foi produzida logo após a abolição da escravidão e a instituição da Primeira República. No caminho para um suposto progresso, para a “civilização”, o Brasil adotava a Europa branca como referência. Sua população era diferente da europeia. O negro representava, aos olhos de boa parte da intelectualidade, o passado e o atraso. Surgiram, no século XIX, as chamadas teorias científicas do branqueamento, propondo como solução para o “problema” misturar a população negra com a branca, incluindo os imigrantes europeus, geração por geração, até mudar o perfil racial do país de negro para branco. Os ex-escravizados, à margem da sociedade, somaram-se à população pobre, miscigenada, e se tornaram os indesejados dos novos tempos, os deserdados da República. A obra de Brocos é considerada uma representação visual das teorias racistas de sua época, como afirmou o médico e diretor do Museu Nacional brasileiro, João Batista de Lacerda: “o negro passando a branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento de raças”

- 2** O título da pintura remete à passagem bíblica em que Noé amaldiçoa seu filho Cam. Por que o nome dado à obra foi **A redenção de Cam**? Qual a relação dessa denominação com as teorias científicas daquele contexto?

Na Bíblia, encontra-se uma explicação para a “diversidade humana”, classificando a humanidade em três grandes grupos, cada um deles representados por um dos filhos de Noé: Jafet seria o ancestral

dos brancos; Sem, dos amarelos; e Cam, pai de Canaã, seria o ancestral dos negros. O **Gênesis**, primeiro livro da Bíblia, narra a aliança que Deus fez com Noé e seus filhos, que sobreviveram à devastação do dilúvio e reiniciaram a vida na terra.

Noé, diante da zombaria feita por Cam para os irmãos em relação à sua nudez e embriaguez, amaldiçoa-o dizendo que Canaã, filho de Cam, e os filhos deste seriam escravizados pelos filhos de seus irmãos: "Maldito seja Canaã, disse ele; que ele seja o último dos escravos de seus irmãos!"

(9, 25-26-27). Ao contrário da passagem bíblica que faz alusão à "maldição" do filho de Noé, a obra de Brocos traz a ideia de "salvação" dos descendentes de Cam, que se daria por meio da extinção via branqueamento. A imagem é de extrema violência, pois sugere a extinção como "redenção", ou seja, o branqueamento seria um caminho para a "emancipação nacional".

3 Qual era a importância da imigração europeia para o projeto republicano que almejava uma nova "identidade nacional"? Explique a partir do Decreto de 1890.

As políticas migratórias foram estabelecidas dentro deste contexto: os imigrantes europeus eram vistos como um meio para aumentar rapidamente a proporção de brancos no país, já que possuíam o "capital eugênico" necessário para o processo de civilização nacional. A concepção republicana para a imigração branca era vista como uma "política de desenvolvimento" do país, na qual raça e racismo se relacionavam diretamente com o progresso da nação.

O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, regulariza a política imigratória no território nacional, impedindo a entrada de africanos e asiáticos, enquanto favorece a livre entrada e a circulação de trabalhadores europeus no Brasil.

DO OUTRO LADO RESIDEM “OS OUTROS”: QUESTÕES SOCIAIS E AGRÁRIAS NO BRASIL

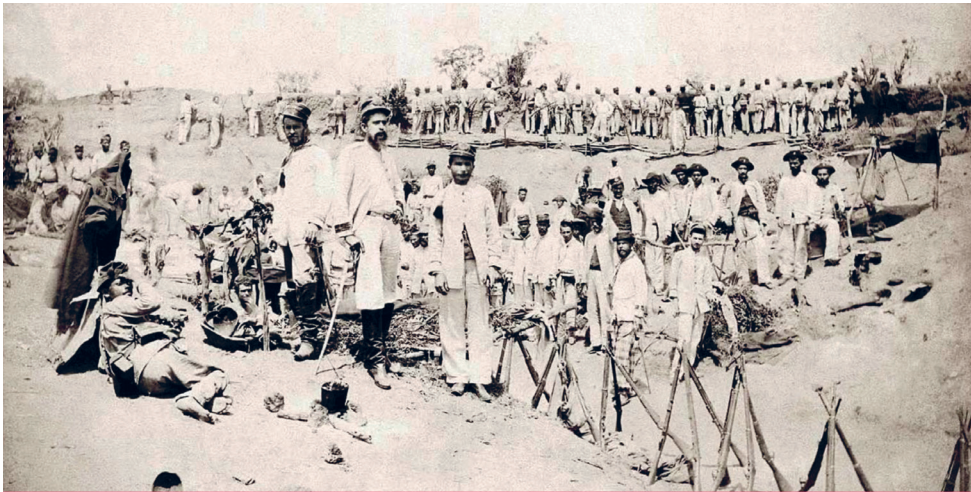
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

No contexto da Primeira República, o Brasil era um país acima de tudo rural e marcado por uma pluralidade de culturas formada por ex-escravizados de origem africana, grupos indígenas de diferentes matrizes étnicas, imigrantes europeus e mestiços, “caboclos”, “sertanejos” e “caipiras”, entre alguns exemplos. A novata república foi palco de inúmeros conflitos relacionados à diversidade cultural, principalmente em virtude do domínio das oligarquias, que defendiam os interesses das elites regionais.

O sistema republicano e o pensamento político do contexto, ao idealizarem uma representação do país, ainda carregavam a ideia de que a mestiçagem seria nociva e retardaria o progresso brasileiro. A oposição entre o meio rural, visto como “atrasado”, e o “progresso” das cidades litorâneas, que se almejava, construía uma imagem das populações rurais de arcaísmo e inaptidão socioeconômica.

Entre as insurreições do contexto, destaca-se Canudos (1896-1897). Para os ideais republicanos, os quais associavam o progresso e a civilização a uma elite branca ou às classes médias urbanas, o Brasil rural, marcado pelo atraso e pela mestiçagem, era visto como um obstáculo à construção de uma nação “moderna” e ao desenvolvimento do país. Canudos tornou-se um exemplo emblemático das condições socioeconômicas das populações excluídas desse projeto de “civilização”. Dessa forma, o arraial incomodou o governo republicano e os grandes proprietários de terras por representar uma forma alternativa de organização social e política. Embora não fosse uma comunidade igualitária, o trabalho em Canudos seguia princípios de uso coletivo da terra e de distribuição dos recursos produzidos. A liderança de Antônio Conselheiro não dependia da Igreja Católica, e o arraial estava livre do controle dos chefes políticos locais, desafiando a ordem dominada pelo latifúndio e o poder centralizado.



REPRODUÇÃO/FLÁVIO DE BARROS/BRASILIANA FOTOGRAFICA

5º Corpo de Polícia da Bahia na trincheira. Fotografia de Flávio de Barros, 1897. Acervo Museu da República.

Na prática

Atividade 1

A partir da leitura dos textos, em uma **Rotação por Estações**, analise.

Estação 1: A terra e o homem

Texto I

A terra: o meio e a raça euclidiana

[...] Euclides da Cunha encontrou em Canudos um “laboratório vivo” para dar vazão às suas inquietações sobre a formação da nação brasileira [...]. Canudos era a representação do **paroxismo** a que o atraso poderia levar o país, caso o Brasil não assumisse o claro compromisso de se unir ao mundo civilizado. Ao abandonar uma justificativa eminentemente política para uma resistência sertaneja tão determinada, [...] **meio** e a **raça** foram os elementos que permitiram o equacionamento euclidiano para o desastre de Canudos, combinação que teve por base um conjunto de teorias muito em voga na passagem do século XIX para o XX no Brasil. [...] O processo evolutivo que Euclides acreditava reger a história da civilização esteve presente na própria elaboração da estrutura narrativa de **Os sertões**, que inicia com a descrição do meio sertanejo: **a terra**. Descendo a detalhes da formação geológica e morfológica do sertão baiano, Euclides ressaltou a aspereza do solo, a secura dos ares, a configuração topográfica e climática que deu origem ao sertanejo. Tal como a natureza, inóspita e acuada por agressões permanentes, seculares, o homem do sertão nasceu desse “martírio” e da luta cotidiana pela sobrevivência,

tendo por isso uma força física extraordinária e uma capacidade “inata” para domar as dificuldades geográficas e climáticas. Mas esse homem forte, viril, possuía uma degenerescência primordial, uma formação racial nefasta, que o torna fraco moralmente.

HERMANN, J. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: NOVAIS, F.; SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Paroxismo: auge, maior intensidade, ponto mais elevado.

Texto II

O homem

[...] A gênese das raças mestiças do Brasil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos. [...] Abstraiamos de inúmeras causas perturbadoras, e consideremos os três elementos constituintes de nossa raça em si mesmos [índios, negros e brancos], intactas as capacidades que lhes são próprias.

[...] Os elementos iniciais não se resumem, não se unificam; desdobram-se; originam número igual de subformações – substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em uma **mestiçagem embaralhada** onde se destacam como produtos mais característicos o **mulato**, o **mameluco** ou **curiboca**, e o **cafuz**. [...] Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. [...] A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

1 Qual a relação entre “o meio e a raça” na formação do homem sertanejo, que, para Euclides da Cunha, inviabilizavam o processo de civilização e desenvolvimento do país?

Influenciada pelos referenciais evolucionistas e cientificistas (racismo científico), a questão racial, para

Euclides da Cunha, caminhava lado a lado com o desenvolvimento do Brasil. Como o país não tinha uma

“unidade de raça”, não poderia ter uma unidade social. Na famosa frase: “ou progredimos, ou desapare-

ecemos”, defende a evolução (biológica, social, civilizacional), que era inviabilizada pelo atraso do Norte, re-

presentado pelo “mestiço”, ainda que em diferentes trechos da obra “separa” o mestiço do Sul (mulato) do

sertanejo (misto de europeu e indígena que seria uma “sub-raça”). O sertanejo, segundo Euclides, seria

uma síntese do clima, do solo, das raças, das múltiplas mestiçagens, embora observasse que, sem fardas,

os homens do Exército republicano não se diferenciavam dos “jagunços”. O autor considerava necessária a formação de uma “raça histórica”, o que poderia demorar anos, para que o Brasil pudesse constituir uma civilização de fato. O sertão ainda seria os “outros”

Estação 2: A luta

Texto III

O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso

Esse conjunto de transformações [abolição, imigração estrangeira, práticas de trabalho assalariado] gerou um amplo processo de desestabilização da sociedade e cultura tradicionais, cujo sintoma mais nítido e mais **excruciante**, pelos custos implicados no desejo das novas elites de promover a modernização “a qualquer custo” foi o episódio da Revolta de Canudos, de 1893 a 1897. As autoridades republicanas foram alertadas sobre a existência do povoado de Canudos, no sertão da Bahia, nesse ano de 1893, pois até então ele nem sequer constava dos mapas oficiais.

Os dirigentes no Rio de Janeiro receberam a queixa das autoridades baianas, relativas a um núcleo de “fanáticos religiosos” comandados “por um indivíduo Antônio Vicente Mendes Maciel, que pregando doutrinas subversivas fazia grande mal à religião e ao Estado, distraíndo o povo e arrastando-o após si, procurando convencer de que era o Espírito Santo, insurgindo-se contra as autoridades constituídas, às quais não obedecia e manda desobedecer”. [...] Por fim foi enviada do próprio Rio de Janeiro uma expedição militar fortemente armada, [...] comandada pelo general Moreira César, notório pelo entusiasmo sanguinário com que suprimia grupos rebeldes. Para espanto geral, não só a expedição foi totalmente desbaratada, como o general Moreira César foi abatido pelo fogo inimigo. Pânico geral! A única maneira de justificar a catástrofe foi atribuir aos revoltosos a imagem de conspiradores monarquistas, decididos a derrubar o novo regime, mantidos, organizados e fortemente armados a partir do exterior por líderes expatriados do regime imperial. Aniquilá-los por completo era, portanto, uma questão de vida ou morte para a jovem República.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. **História da vida privada no Brasil**, v. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Excruciante: aflitivo; que é doloroso; que consome, atormenta e tortura.

Texto IV

Últimos dias

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até o esgotamento completo. **Expugnado** palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. Forremo-nos à tarefa de descrever os seus últimos momentos. [...]

Caiu o arraial a 5. No dia 6 acabaram de o destruir desmanchando-lhe as casas, 5 200, cuidadosamente contadas. Antes, no amanhecer daquele dia, comissão **adrede** escolhida descobrira o cadáver de Antônio Conselheiro. Jazia num dos casebres anexos à latada, e foi encontrado graças à indicação de um prisioneiro [...]; mal o reconheceram os que mais de perto o haviam tratado durante a vida.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

Adrede: previamente.

Expugnar: tomar à força de armas, levar de assalto; dominar, vencer; expugnar uma fortaleza.

1 Quais argumentos o historiador Nicolau Sevcenko apresenta para analisar o Conflito de Canudos (Texto III)? Por que a sociedade e a cultura tradicional, na Primeira República, não representavam o ideal de nação?

O projeto nacional da Primeira República e seus ideais de modernidade, progresso e civilização "de cima para baixo" consideraram a cultura tradicional, representada pela população de Canudos, um retrocesso, "um perigo", já que, supostamente, desafiava a autoridade do Estado (oligarquias) e, notadamente, a religião oficial, com seu núcleo de "religiosos fanáticos" liderados por Antônio Conselheiro. Grandes fazendeiros (oligarquias) sentiram-se incomodados com o êxodo de trabalhadores da região, que privou as fazendas de mão de obra (após a abolição), já que inúmeros ex-escravizados e indígenas (que trabalhavam compulsoriamente nas comunidades jesuíticas) juntaram-se a Conselheiro.

A narrativa oficial atribuiu aos revoltosos de Canudos a imagem de conspiradores monarquistas, alegando que eles eram organizados e fortemente armados por líderes expatriados do regime imperial. Eles desafiavam a recente república, ameaçando a unidade nacional e os interesses das elites republicanas. A violência utilizada pelo governo na tentativa de eliminar Canudos demonstra a fragilidade e a intolerância do regime republicano do período.

2 Em nota preliminar à primeira edição de **Os sertões** (Campanha de Canudos), Euclides conclamou a denúncia. Lendo o fragmento (Texto IV), é possível identificar a crítica do autor em relação ao desfecho da guerra? Argumente.

Como um "observador-viajante", Euclides da Cunha iniciou sua experiência no sertão com a mesma perspectiva sudestina e letrada de um republicano diante de uma "conspiração monarquista".

Findada a guerra, sua percepção foi outra. Ainda que envolvido com as teorias científicas, acabou vendo o sertanejo, "bárbaro" e "inferior" para o discurso civilizatório, com simpatia. Escandalizado com a atuação violenta das forças militares, condena a repressão exacerbada e considera-a moralmente condenável, um crime de seus companheiros republicanos.

AULA

6

A GUERRA QUE VEIO DE TREM: QUAL O CAMINHO DA BRAZIL RAILWAY COMPANY?

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

Alguns anos depois do fim de Canudos, surgiu um novo movimento messiânico, que ficou conhecido como Contestado, dessa vez no sul do Brasil, em uma área disputada entre Santa Catarina e Paraná. Nessa região, os coronéis ampliavam suas propriedades dedicadas à pecuária e à produção de erva-mate, forçando a expulsão de posseiros e dos povos indígenas.

A situação se agravou a partir de 1910, quando a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul desalojou centenas de famílias. Após a conclusão da obra, os 8 000 trabalhadores contratados foram dispensados, agravando o problema social. No mesmo período, uma grande empresa estadunidense adquiriu cerca de 180 000 hectares de terras na região para exploração de madeira, o que resultou na expulsão de mais moradores e na falência de pequenos produtores e madeireiros locais.

Nesse contexto de injustiça, floresceu um movimento messiânico liderado pela figura do monge José Maria, que ofereceu uma resposta religiosa e política ao desamparo, convertendo o descontentamento em um projeto de sociedade, “uma monarquia celestial na Terra”. Sua morte em combate, em vez de extinguir o movimento, fortaleceu-o simbolicamente e atraiu mais adeptos, incluindo ex-combatentes, que agregaram táticas militares à resistência. A repressão do Estado foi brutal, envolvendo uma operação de guerra em larga escala com milhares de soldados e até o uso de aviões. A estratégia final de cerco implacável e terra arrasada, destruindo os redutos pela fome e pelo fogo, resultou na morte de mais de 9 000 sertanejos. O conflito, mais longo e sangrento que Canudos, representou o violento fim de um mundo caboclo tradicional, esmagado pela combinação da modernidade com base em um capitalismo predatório, de “civilização” pautada no determinismo racial e da força coercitiva de um Estado Republicano excludente, cujas sequelas permanecem na memória e na formação social da região.



REPRODUÇÃO/MUPA

Guerra do Contestado. Forças legais defendendo a Serraria Lumber, em Três Barras, 1912/1916. Fotografia de Claro Jansson.

Na prática

Atividade 1

Analise as fontes e textos para responder às perguntas a seguir.

Fonte I

Bugreiros e os indígenas Xokleng



REPRODUÇÃO/BBC NEWS

Em pé, "bugreiros" posam com mulheres e crianças do povo Xokleng, capturadas após ataque a acampamento.

Fica dica: na imagem, observe a postura e as expressões das pessoas. Quem sustenta posição superior e quem se encontra submisso? Ao fundo, estão os “bugreiros”, milicianos contratados para dizimar indígenas. Abaixados, os indígenas, chamados “bugres”, termo racista que vigorava na época.

Texto I

A riqueza do Contestado

[...] Se para os Xokleng e Kaingang a araucária figurava como uma importante fornecedora de alimentos, para os não indígenas, ou seja, os colonos [europeus] e “caboclos”, o valor da araucária era outro, bastante diferente, pois as qualidades da madeira da araucária se prestam a uma infinidade de utilidades.

[...] Logo, a disputa pelo território de araucárias deixou de ser apenas entre duas etnias indígenas, mas também pelo não indígena. [...] A utilização da madeira caracteriza seu uso já no século XX, quando o valor comercial da madeira, bem como a possibilidade de sua exportação, fez com que a floresta de araucárias fosse explorada em larga escala.

PERES, J. A. **Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92792>. Acesso em: 7 out. 2025.

Texto II

A Lei de Terras: o legado da exclusão

Em 1850 o governo decreta a Lei de Terras, que beneficiou diretamente os latifundiários e companhias colonizadoras, a partir do momento em que estabelece que só por meio da compra poderia ter sua posse. Assim sendo, indígenas e pequenos colonos que não possuíam escrituras tiveram desregulamentado o seu direito à terra. A discussão em torno dos indígenas nesse contexto deixou de ser essencialmente sobre sua “humanidade” ou “animalidade”, e se cabia exterminá-los, “desinfetando os sertões”, ou se era mais cabível civilizá-los e incluí-los na sociedade brasileira, para servir como mão de obra. Agora a questão que regia os debates acerca dos indígenas era referente às terras habitadas, afinal fazia-se necessário para a expansão e modernidade almejada pela Primeira República a disponibilidade de mais espaços a serem ocupados por colonos europeus. Assim, para legitimar suas ações, o governo definiu o que seriam as terras devolutas, que, de modo geral, eram aquelas que não possuíam registros e nem produziam riquezas, ou seja, atingiam diretamente territórios habitados pelos indígenas na região. Como os indígenas possuem uma territorialidade específica (não reconhecem a terra como mercadoria), o que se deu “foi a sistemática extinção de seus aldeamentos e a transferência de suas terras ao patrimônio público”.

GOULART, S. S. Terras indígenas no Oeste Catarinense: uma questão histórica. **Revista Santa Catarina em História**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/137>. Acesso em: 7 out. 2025.

O sertanejo e a “civilização” republicana

O surgimento da Southern Brazil Lumber and Colonization Company está conectado ao processo de construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para a **consecução** desse propósito, o governo brasileiro estabeleceu contrato com a Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que cortou o planalto contestado. A construção dessa linha férrea afetou a vida das populações, aumentando o valor econômico das terras, agravando problemas sociais e influenciando diretamente na deflagração do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916, na região de fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Aquelas terras eram cobertas por milhões de pinheiros araucária, imbuías, canelas e cedros. Objetivando serrar e exportar esta madeira de alto valor econômico e, mais tarde, vender parte das terras a imigrantes europeus, foi constituída uma subsidiária da Brazil Railway Company, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company. Em 1910, a Lumber instalou em Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, uma moderna serraria. [...] O morador pobre do planalto, o caboclo ou sertanejo, ocupava aquelas terras pelo apossamento há muito tempo, inclusive, muitas vezes, há gerações. [...] Em um processo de expulsão da população que ocupava as terras transferidas ou ocupadas pela Lumber – semelhante àquele executado por ordem da ferrovia – foi deflagrado em toda a região [...] Ao todo, milhares de pessoas foram retiradas de suas terras.

TOMPOROSKI, A. A. Do antes ao depois: a influência da Lumber Company para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Revista Esboços**, v. 19, n. 28, p. 68-87, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2012v-19n28p68/25637>. Acesso em: 7 out. 2025.

Consecução: ato ou efeito de conseguir; conquista, obtenção.

1 Quais foram os impactos da **Lei de Terras de 1850** para os “caboclos” e indígenas da região do Contestado?

A Lei de Terras de 1850 impactou significativamente a questão fundiária no Brasil e, consequentemente, na região do Contestado, expulsando a população pobre de caboclos e grupos indígenas.

A lei estabeleceu que somente pela compra poderiam ser adquiridas as terras no país, o que trouxe mais insegurança e desamparo para a população da região, que não conseguia adquirir as terras nas quais sempre viveu. Para legitimar o projeto modernizador, o governo definiu como terras devolutas aquelas que não possuíam registros e não “produziam riquezas”, atingindo diretamente a territorialidade indígena, que não reconhecia a terra como mercadoria.

2 Qual era o interesse em expulsar esses grupos populacionais da região durante a Primeira República?

No contexto da Primeira República, a expulsão desses grupos populacionais tinha como objetivo dar lugar à colonização de europeus e o avanço das atividades de grandes multinacionais, com a exploração da madeira da araucária, para fornecer madeira e alimento, o que provocou problemas ambientais que permanecem até hoje.

3 Qual relação pode ser estabelecida entre os conflitos na região do Contestado e a questão “civilizadora”, institucionalizada pelo governo republicano, com as empresas estadunidenses de Farquhar?

Os conflitos na região do Contestado e as questões relacionadas às políticas republicanas de modernização do país e a ideia de “civilização”, branqueamento da população por meio da imigração impôs à população local a sua própria exclusão. Por meio da subsidiária Southern Brazil Lumber & Colonization Company, a Brazil Railway instalou um grande complexo madeireiro extrativo exportador e promoveu a colonização de terras concedidas ou compradas, estabelecendo imigrantes e colonos nas áreas desmatadas. Durante o período de 1906 a 1916, a região do Contestado passou por um processo de profundas transformações, que provocaram mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais. Essas mudanças foram fatores decisivos na deflagração da luta armada desencadeada em 1912, que se estendeu até 1916. Os antigos moradores da região do Contestado, muitos dos quais eram posseiros que ocupavam as terras devolutas que foram concedidas à Brazil Railway Company, revoltaram-se e destruíram estações ferroviárias, queimaram a madeireira da Lumber de Calmon e atacaram os colonos instalados pela companhia no Rio das Antas. A Guerra do Contestado deixou um saldo de, aproximadamente, oito mil mortos, a maioria sertanejos pobres que viviam na região.

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República



O **cangaço** foi um fenômeno social, político e cultural que marcou grande parte da região Nordeste, exceto os estados do Piauí e do Maranhão, e ocorreu principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Ele consistia na formação de grupos armados que viviam fora da legalidade, cometendo crimes e oferecendo proteção em troca de pagamento em um contexto de uma sociedade agrária e com limitada presença do Estado brasileiro.

Embora o cangaço tenha se desenvolvido a partir de 1870, seus episódios mais marcantes ocorreram durante a Primeira República (1889-1930), período de transição de uma monarquia centralizada para uma República Federativa. Esse novo modelo político deu maior autonomia aos estados e municípios, o que intensificou as disputas regionais de poder, muitas vezes lideradas pelos coronéis, grandes proprietários de terra com forte influência política e econômica.

Suas causas regionais de surgimento são evidentes, especialmente após a Grande Seca de 1877, que devastou o Nordeste, arruinando sua já frágil economia. A seca destruiu pastos, dizimou rebanhos, inviabilizou as colheitas e privou a população de água e alimentos. A prioridade do governo foi proteger propriedades privadas, mobilizando tanto forças policiais quanto civis armados para reprimir os famintos e resguardar armazéns e fazendas. Esse contexto agravou o colapso econômico e intensificou disputas políticas. No sertão, as lutas pelo poder se tornaram ainda mais violentas, utilizando jagunços e cangaceiros como exércitos privados em seus conflitos, não apenas nas disputas políticas, mas também como ferramentas de controle social, impondo a ordem e os interesses dos grandes proprietários sobre as populações mais empobrecidas.



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

Lampião e seu bando fotografados em Limoeiro do Norte após ataque à cidade de Mossoró em 1927. Autor desconhecido.

Na prática

Atividade 1

Com base nos textos historiográficos, fontes e fotografias, em uma **Rotação por Estações**, analise o que se pede.

Estação 1

O sertão e as secas

Texto I

A Grande Seca de 1877

O sertão se transformou num grande vazio demográfico, não só por causa das mortes, mas também pelo êxodo. [...] O preço dos alimentos disparou. Milhares de pessoas, então, migraram para as cidades do litoral, como Recife e Fortaleza. Em busca da sobrevivência, muitos retirantes [...] viajaram a cavalo ou em carroça. Os mais miseráveis tiveram que ir a pé. Alguns acabaram morrendo pelo caminho. [...] Fortaleza, que tinha 25 mil habitantes, de repente se viu com 140 mil. As classes altas das províncias do Norte não gostaram de ver suas capitais abarrotadas de retirantes [...]. Atendendo aos desejos da elite, os governantes adotaram dois planos. O primeiro foi criar colônias fora das cidades e nelas enclausurar — à força, quando necessário — parte dessa multidão. O segundo plano dos governantes para “limpar” aquelas capitais foi embarcar os sertanejos, de graça, em navios para bem longe. Alguns foram mandados para o Rio de Janeiro e São Paulo, com destino às plantações de café. Outros foram despachados para a Amazônia, em direção aos seringais. Os retirantes quase nunca eram bem-vindos.

WESTIN, R. 500 mil mortes, doença, fome, desvio de verbas e pedido de CPI: o retrato da Grande Seca do Império. **Agência Senado**, 1 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/500-mil-mortes-doenca-fome-desvio-de-verbas-e-pedido-de-cpi-o-retrato-da-grande-seca-do-imperio>. Acesso em: 10 out. 2025.

Fonte I

Campo do Alagadiço, 1915

Em um quadrilátero de quinhentos metros de face estavam encurralados cerca de sete mil retirantes. Percorri todos os departamentos daquele depósito de seres humanos. Abrigavam-se à sombra de velhos cajueiros. Via-se aqui e ali, uma ou outra barraquinha coberta de esteira ou de estopa, mas tão miserável era a cobertura que não impedia que a atravessassem os raios de sol. A cozinha era também ao tempo. Em algumas dúzias de latas, que haviam sido de querosene, ferviam em trempes de pedra grandes nacos de carne de boi, misturados a maxixes, quiabos e tomates. Achei esquisitas as verduras e mais ainda os tomates. Pendia de um galho de cajueiro um quarto de boi. Pude então avaliar a péssima qualidade da carne, só digna de urubus. [...]. Disse-me pessoa idônea que as reses que morriam de magras ou do mal eram mandadas para o “campo de concentração”.

Rodolfo Teófilo, 1915.

TEÓFILO, R. *apud* COELHO, I. V. **Museu de território dos campos de concentração no Ceará**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/47327>. Acesso em: 10 out. 2025.

- 1** Como as políticas públicas implementadas durante as secas no Nordeste brasileiro, a partir da Grande Seca de 1877 e, posteriormente, no período da Primeira República, reforçaram desigualdades sociais e violências contra os retirantes, evidenciando um projeto excludente de modernização?

As medidas emergenciais de enfrentamento das secas no Império, em especial a partir de 1877, e sua manutenção durante a Primeira República reforçaram desigualdades ao transformar a resposta estatal em mecanismo de marginalização social. A migração forçada do sertão, descrita no Texto I como êxodo que “abarroto” a capital Fortaleza, expôs o contraste entre a visão modernizadora e a exclusão social. Ao deparar-se com a chegada de flagelados ao litoral durante as secas, cada vez em maior número, especialmente sertanejos que representavam o “atraso” e a falta de “civilização” do Brasil, a atuação do Estado se fez com medidas de higienização social, uma “limpeza” das cidades litorâneas, encaminhando os flagelados para o trabalho forçado, tendo seu deslocamento compulsório para fazendas de café ou seringais.

A criação de “colônias” tornadas “campos de concentração”, como o Campo do Alagadiço na periferia de Fortaleza, citado por Teófilo no Texto II, exemplifica as condições desumanas desses locais. O Estado, atendendo às elites que viam os retirantes como uma ameaça à ordem urbana, optou por confinar ou deportar a população sertaneja, em uma demonstração de aplicação prática baseada na ideia do darwinismo social com teor racial, em vez de integrá-la ao desenvolvimento nacional, perpetuando ciclos de violência e marginalização que caracterizavam a chamada indústria da seca e a desigualdade social de nosso país.

Estação 2

O cangaço

Texto I

O que foi o cangaço?

Basicamente, foi a organização social moldada por grupos de bandoleiros que andavam armados, cometendo crimes e **vendendo proteção pela região** da caatinga, em uma sociedade majoritariamente agrária, na qual não enxergavam mais uma possibilidade de viver na legalidade. O princípio era servir a si mesmos em um local onde o Estado brasileiro não se fazia presente. A proteção de poderosos foi um dos fatores que permitiram que o fenômeno do cangaço se estendesse por décadas. Diversos relatos indicam que o ingresso no cangaço se dava por conta da desesperança, vingança familiar, pobreza ou seca, entre outras motivações.

PIMENTEL, M. A história do cangaço: mito, estética e banditismo no sertão. **Nexo Jornal**, 28 dez. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/09/02/A-hist%C3%B3ria-do-canga%C3%A7o-mito-est%C3%A9tica-e-banditismo-no-sert%C3%A3o>. Acesso em: 10 out. 2025.

Texto II

Cangaço, a milícia do coronelismo

Há uma clara genealogia que vai dos primeiros grupos de matadores de [indígenas] e conquistadores de terra até os cangaceiros. [...] Podemos partir da Grande Seca de 1877, que flagelou o Nordeste, desorganizando sua fraca economia. Os pastos secaram, o gado morreu, as roças minguaram, a água acabou. [...] Até o final do século, as consequências da seca foram terríveis. Houve tumultos em várias regiões; vilas foram invadidas, saques eram frequentes. A primeira preocupação do governo foi garantir a propriedade. Policiais e bandos de civis armados cuidaram de conter os “assaltantes”, protegendo armazéns e fazendas [...]. As disputas pelo poder acirraram-se. Nesse sertão convulsionado, vários coronéis perderam o poder no sul do Ceará, de 1901 a 1909. Exterminavam-se entre si, usando jagunços e cangaceiros. No Vale do Cariri, no Ceará, por exemplo, os coronéis usaram pela primeira vez, de modo organizado, bandos de cangaceiros. Estes seriam [...] o exército particular de coronéis em luta pelo mando político e, principalmente, uma força de controle social, atuando contra o “povo miúdo”, de modo a impor a ordem dos latifundiários.

CHIAVENATO, J. **Cangaço**: a milícia do coronelismo. São Paulo: Noir, 2021.

Fonte I

Carta de Arvoredo

Ilmo. Sr. Francisco de Souza,

Aspiro boa saúde com a exma. família. Tendo eu frequentado uma fazenda sua, deliberei, saudando-o em uma cartinha, pedir um cobrezinho. Basta dois contos de réis. Eu reconheço que o senhor não se sacrifica com isso e eu ficarei bem agradecido e não terei razão de lhe odiar, nem também a gente de Virgulino terá essa razão. Sem mais do seu criado, obrigado.

Hortêncio, vulgo Arvoredo, rapaz
de Virgulino.

Publicada no jornal **A Tarde**, em 20 de janeiro de 1931.



REPRODUÇÃO/CANGAÇO NA BAHIA

Fotografia do cangaceiro
Hortêncio Gomes da
Silva, mais conhecido
como Arvoredo.

- 1** Como os autores dos textos abordam a ausência do Estado e o papel dos coronéis no processo de banditismo social que foi o cangaço? Quais são as contradições? Explique.

Os textos apresentam visões complementares desse fenômeno sociopolítico. O Texto I descreve o cangaço como resposta à incapacidade estatal de estabelecer uma presença efetiva no sertão. Os grupos armados teriam surgido da impossibilidade de viver na legalidade, enfatizando motivações individuais como pobreza, seca, vingança etc. Já o Texto II aprofunda a análise ao demonstrar que a origem do cangaço se relaciona a tempos mais remotos da colonização, envolvendo questões fundiárias, e que a suposta ausência estatal seria uma presença seletiva: o Estado atuava prioritariamente para proteger propriedades e elites durante crises como a seca de 1877, mas negligenciava a população geral.

A contradição central entre eles está no papel dos coronéis: enquanto o Texto I sugere que a proteção de poderosos possibilitou a longevidade do cangaço, o Texto II revela que os coronéis não eram meros protetores, mas arquitetos ativos do fenômeno, na medida em que cooptaram cangaceiros como instrumentos de guerra privada, transformando uma potencial ameaça à ordem em ferramenta de dominação. Assim, o mesmo grupo que poderia representar uma resistência à marginalização, ao atuar por si próprio e tornando-se um exército particular para oprimir o povo miúdo, perpetuou o sistema que originara a exclusão social da qual ele próprio fazia parte. Essa dinâmica expõe o paradoxo do cangaço: manifestação de resistência individual que, quando instrumentalizada pelas elites, reforçava as estruturas de poder que negavam cidadania aos sertanejos.

- 2** Qual é o real sentido da carta de Arvoredo ao coronel? Estabeleça relações com os Textos I e II.

A carta é uma chantagem ao fazendeiro, exigindo que pague dois contos de réis para não ser im-

portunado por Arvoredo, o qual já estava nas imediações, conforme se apreende em sua expressão

“Tendo eu frequentado uma fazenda sua”, que tinha o objetivo de intimidá-lo. Arvoredo também o

lembra de que ele pertence ao grupo do temido Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

Os Textos I e II enfatizam que o cangaço nordestino, até 1930, foi financiado e protegido pelos coro-

néis do sertão. Os cangaceiros expulsavam violentamente os camponeses das suas terras, ajudavam

a ampliar as grandes propriedades e garantiam, pela força, a dominação política. Ainda que atuassem

por si mesmos, portanto, havia a relação de compadrio.

Atividade 2

Escreva uma pequena síntese sobre o cangaço e suas relações diante das condições políticas (coronelismo) e socioeconômicas, bem como sobre a marginalização da população sertaneja, expondo as suas conclusões após os estudos realizados.



Organizador do conhecimento: o cangaço

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS	RELAÇÕES COM O CANGAÇO
Contexto socioeconômico	<ul style="list-style-type: none">▪ Economia agrária frágil; crises▪ Secas cíclicas (1877)▪ Fome, êxodo/migração, e exclusão	<ul style="list-style-type: none">▪ "Recrutamento" para o cangaço como forma de sobrevivência
Coronelismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Poder local dos latifundiários▪ Controle de votos e imposição de justiça	<ul style="list-style-type: none">▪ Cangaceiros como "milícias privadas"▪ Alianças oportunistas com coronéis
Estado republicano	<ul style="list-style-type: none">▪ Ausência do Estado e/ou presença seletiva (proteção a proprietários)▪ "Políticas de salvação" (sudeste sobre NE)▪ Darwinismo racial e "modernização"	<ul style="list-style-type: none">▪ Repressão a cangaceiros, mas omissões às causas▪ Estigma do sertanejo como "atraso"
Banditismo social	<ul style="list-style-type: none">▪ Resistência e crime entrelaçados▪ Violência como defesa/estratégia▪ Cooptação por elites	<ul style="list-style-type: none">▪ Figuras como Lampião entre a heroização e a criminalização▪ Duplo papel: justiceiro e opressor
Cultura e imaginário	<ul style="list-style-type: none">▪ Cordéis, xilogravuras▪ Música, cinema, moda etc.	<ul style="list-style-type: none">▪ Mitificação do cangaceiro como símbolo de resistência▪ Incorporação à identidade nacional

O cangaço foi um fenômeno paradoxal: ao mesmo tempo em que surgia da marginalização dos sertanejos e contestava a ordem excludente, era instrumentalizado por coronéis e pelo Estado, o que perpetuava o sistema que o gerava. Sua transformação em mito cultural revela as complexidades da identidade brasileira.

“UMA PARIS TROPICAL”: A MODERNIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO VIA “BOTA-ABAIXO”

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Segundo Reinado e Primeira República

A cidade do Rio de Janeiro, no contexto da Primeira República (1889-1930), foi apelidada de “capital da morte”, já que, em fins do século XIX e início do XX, não contava com saneamento básico, o que provocava problemas de saúde pública e moradias inadequadas. Grande parte da população era formada por ex-escravizados e mestiços, que exerciam trabalhos informais dos mais variados tipos, além de imigrantes. Diante de concepções higienistas, de branqueamento da população (tendo em vista o fomento à imigração), era necessário “limpar” (étnica e racialmente) as regiões centrais da cidade. A “cidade maravilhosa”, cosmopolita e “civilizada” – a Paris tropical aos moldes do urbanismo de **Haussmann** – precisaria de saneamento, um *boulevard* retilíneo de iluminação, *boutiques* e cafés, o que pode ser observado no cartão postal da Avenida Central após as reformas.

Essa cidade não mais envergonharia a elite brasileira diante dos visitantes estrangeiros nem permitiria a “convivência” da elite, nesses espaços, com uma população “perigosa”, pobre, rude, mestiça, cujas moradias eram insalubres, e as profissões, “subalternas”. O projeto político republicano de urbanização, a despeito da importância do setor agrário, trazia os modelos de progresso e civilização com um desenho de cidade semelhante ao das capitais europeias.

Georges Eugène Haussmann: foi o prefeito que pôs abaixo os bairros medievais parisienses para construir uma nova e moderna metrópole.

A modernização da cidade, no entanto, foi um fenômeno de manutenção das desigualdades e da exclusão social, além das estigmatizações de grupos sociais decorrentes do surgimento das favelas. A urbanização e as políticas públicas republicanas, de caráter autoritário, alteraram os espaços públicos e o acesso ao trabalho, levando determinados grupos sociais, cada vez mais, no sentido literal, à margem da sociedade.

As reformas de Pereira Passos, as características dos denominados “cortiços”, associavam as condições precárias das habitações aos costumes dessa população, como se o meio físico representasse perfis comportamentais de insalubridade e desordem, atribuindo às pessoas empobrecidas e ex-escravizadas a culpa pela proliferação de doenças. O próprio discurso médico sobre os cortiços traçava perfis morais e padrões de comportamento ou convivência, acarretando, com o auxílio da polícia, atuações cada vez mais excludentes e segregadoras, autoritárias e, muitas vezes, violentas. Dessa forma, a política higienista do período almejava “que a nova cidade reformada, cujas ruas alargadas e pavimentadas, as praças parquizadas e avenidas emolduradas por edifícios suntuosos seriam capazes de ‘dar o exemplo’ de que os cidadãos necessitavam para transformar suas próprias atitudes, [...] as habitações coletivas amontoadas e insalubres evidenciavam, a princípio, a face oposta dessa expectativa.”

Fica a dica: os higienistas e a classe dominante culpavam a população empobrecida, em especial os indivíduos negros, seus bairros (cortiços) e moradias, pela proliferação de doenças, que (segundo eles) impediam a chegada de indivíduos de outros países, prejudicando a imigração de europeus, além de manchar a imagem do Brasil como nação.

Imagem da Avenida Central: Rio de Janeiro, c. 1906. Fotografia de Marc Ferrez.



Na prática

Atividade 1

Analise as fontes a seguir e **identifique o problema** urbano da capital de nosso país na Primeira República (1889-1930) — o Rio de Janeiro — com base nos questionamentos.

Fonte I

Duas cidades

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será europeia [...]. Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinquenta anos, a pedregulhos respeitáveis [...]. Por que será que ela não reserva um pouquinho dos seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? [...] Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis chics, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser...

Revista Careta, 15 de janeiro de 1921,
Lima Barreto.

O'DONNELL, J. "Mato Grosso existe!": os subúrbios em disputa na imprensa carioca do início do século XX. In: GONÇALVES, R. de S.; FERRO, L. (org.). **Cidades em mudança**: processos participativos em Portugal e no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 88. Disponível em: <https://cutt.ly/mwi4QvNL>. Acesso em: 22 out. 2024.

Fonte II

Um barracão de menos

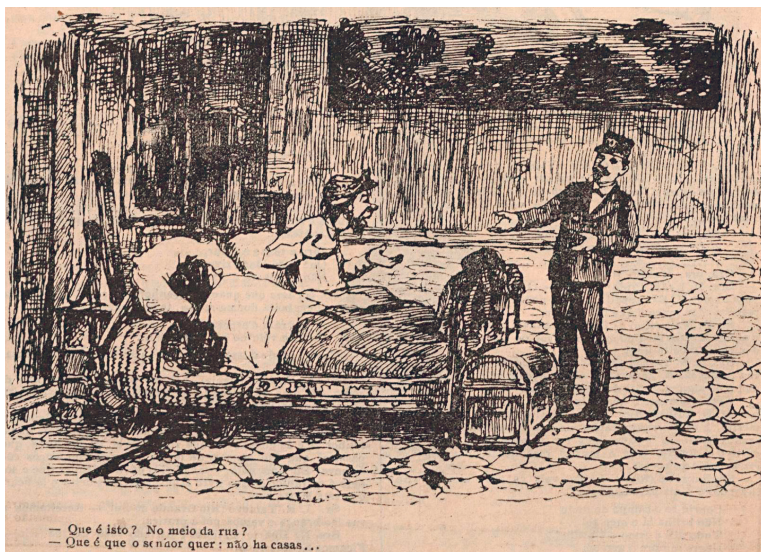


REPRODUÇÃO/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Charge de Calixto Cordeiro ou K. Lixto. Revista **O Malho**, março de 1903.
No inferior da imagem: "O Dr. Passos com passo seguro foi à noite ao ex-Paço e quando amanheceu o dia... Foi um dia um barracão."

Fonte III

Por causa das Avenidas



REPRODUÇÃO/BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

Charge de Raul Pederneira. Revista **O Malho**, em 28 de maio de 1904.
No inferior da imagem: "- Que é isso? No meio da rua? - Que é que o senhor quer, não há casas..."

1 Qual é a ironia apresentada na crônica de Lima Barreto (Fonte I) em relação à cidade do Rio de Janeiro no período republicano?

A crônica de Lima Barreto constrói imagens textuais que possibilitam ao leitor “percorrer” o Rio modernizado, que contrastava com os espaços urbanos periféricos, onde vivia grande parte da população mais pobre da cidade.

A ironia do autor pode ser notada em sua crítica à tão apreciada “civilização” do Brasil, defendida pelas elites políticas e econômicas do país. Ao explicitar essa segregação social, refletida na organização do espaço urbano, ele evidencia a ordem pretendida pelo regime republicano. Assim, Lima Barreto questiona: “De que adianta trazer imóveis refinados para a região mais nobre? Por acaso a vida da população mais pobre vai mudar somente por querer imitar o modelo francês?”

2 Qual ação está sendo narrada na charge da Fonte II? O que é possível afirmar sobre a capital, o Rio de Janeiro, no contexto da publicação da charge? E a charge da Fonte III? O que podemos inferir sobre as condições de vida de determinados setores da população?

As charges da revista **O Malho**, de 1903 e 1904 (Fonte II), apresentam caricaturas do então prefeito, Francisco Pereira Passos (mandato de 1902-1906), e sua política de urbanização e saneamento (denominada Reforma Pereira Passos) para a população de baixa renda, que ia sendo expulsa da região central. Sua prática era chamada de “bota-abaixo”. O intuito era “civilizar” a capital brasileira.

Já a charge da Fonte III reitera o projeto político republicano (Primeira República), que teve entre seus desdobramentos problemas habitacionais históricos na cidade com a ocupação dos morros por favelas, que passaram a fazer parte da imagem urbana carioca, em contraponto à modernização.

Atividade 2

Com base nos textos historiográficos e na imagem feita na época das reformas urbanas apresentadas a seguir, **analise o problema**, tendo em vista os desdobramentos sociais do projeto modernizador do início do século XX.

Texto I

Reforma urbana e exclusão

No alvorecer do século XX, o Rio de Janeiro sofreu, de fato, uma intervenção que alterou profundamente sua fisionomia e estrutura e que repercutiu como um terremoto nas condições de vida da população, dando origem a uma paisagem nova, que reproduzia vários traços daquela cunhada por Georges Eugène Haussmann, em Paris, três décadas antes. Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na história dessa e de outras cidades brasileiras, um cipoal de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da existência social **refratárias** à ação do Estado. [...] Na paisagem urbana colonial, os escravos coloriam as ruas com seus cantos de trabalho. No começo do século XX, eram negros, mestiços e brancos, brasileiros e europeus, irmanados na condição de homens juridicamente livres – escravos, agora, de suas necessidades.

Fosse a intenção banir ambulantes e artesãos, ou formas arcaicas de distribuição e transporte, fosse apenas arrecadar recursos, o fato é que Pereira Passos usou de todo o rigor contra esses segmentos mais vulneráveis da População, para os quais o pagamento de licenças ou multas representava, muitas vezes, encargo insustentável. [...] Foi proibida, nas lojas, a exposição de artigos nos umbrais e vãos de porta que davam para a via pública; agora só em vitrines. [...] Independentemente das razões invocadas para justificar cada um desses atos, eles traduzem um discurso, uma mentalidade, um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de “pés descalços” em cidadãos talhados segundo os estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação.

BENCHIMOL, J. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J; DELGADO. L. de A. N. (org.). **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Refratárias: resistentes, contrárias.

Texto II

Uma cidade para poucos

Quando as finanças da República foram recuperadas [...], sobraram recursos para as obras há muito planejadas de saneamento e embelezamento da cidade. Tudo foi feito com a eficiência e rapidez permitidas pelo estilo autoritário e tecnocrático inaugurado pela República. O engenheiro-prefeito pediu a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas. Um médico sanitarista foi encarregado das medidas de higiene pública. Tendo Paris como modelo, o centro da cidade foi depressa modificado, a avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados e reformados [...] sem esquecer a construção do novo porto. [...] A população que se comprimia nas áreas afetadas pelo bota-abixo de Pereira Passos teve ou de apertar-se mais no que ficou intocado, ou de subir os morros adjacentes, ou de deslocar-se para a Cidade Nova e para os subúrbios da Central. Abriu-se espaço para o mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. [...] No Rio reformado circulava o mundo *belle époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Fonte I

Morro da Providência (Morro da Favella), Rio de Janeiro, 1927

Fotografia de Augusto Malta; vista do morro que recebeu populações despejadas pelo "bota-abaixo".



1 De que forma os anseios pelo progresso e os projetos de modernização e industrialização naquela época alteraram as condições de vida e de trabalho das populações empobrecidas, como negros e imigrantes, nos centros urbanos?

O contexto da modernização da cidade do Rio de Janeiro está relacionado ao fenômeno das de-

sigualdades e da exclusão sociais, além da estigmatização de grupos sociais decorrentes do sur-

gimento das favelas. A urbanização e as políticas públicas republicanas, de caráter autoritário,

alteraram os espaços públicos e o acesso ao trabalho, levando determinados grupos sociais cada

vez mais à margem da sociedade. Da mesma maneira, eram precárias as formas de trabalho exerci-

das pela população nacional de baixa renda, ex-escravizados e imigrantes que não se fixavam nas

fazendas de café e dirigiam-se aos centros urbanos em busca de oportunidades de emprego.

Apesar do crescente processo de industrialização, principalmente da produção de gêneros de

consumo, a demanda por trabalhadores era menor do que o acelerado crescimento demográfico

das cidades, legando a esses grupos a informalidade e a deterioração das condições de trabalho.

Obviamente, os negros tinham ainda maior dificuldade de acesso ao trabalho, disputando oportuni-

dades com imigrantes. A população negra, diante do discurso do determinismo racial, era vista como

"anômala para os novos tempos", já que representaria o passado escravocrata, "com tendências ao

desregramento e à desorganização".

2 Qual seria a relação entre as reformas urbanas no Rio de Janeiro – o chamado "bota-abixo" de Pereira Passos – e o surgimento da segregação espacial e da favelização de determinados grupos sociais?

As políticas públicas para moradia mostravam preocupações do poder público com o avanço dos

cortiços, também decorrentes do aumento populacional, tendo em vista suas condições sanitárias.

A população menos favorecida era afastada das regiões centrais, agora ocupadas pelas elites e seus

figurinos parisienses. As desigualdades e a estratificação socioespaciais revelam permanências evidentes atualmente, já que, ao longo do tempo, cortiços e favelas coexistiram e ampliaram as áreas periféricas da cidade, como no caso do Rio de Janeiro.

Atividade 3

Com base no texto, analise os impactos da segregação socioespacial.

Gentrificação nas cidades contemporâneas.

[...] A reforma higienista realizada há mais de um século formatou a capital fluminense a partir de uma tendência que ainda se repete. Para ampliar as vias e implementar praças [...], houve um custo humano. Os cortiços foram fechados, e a população despejada para o que viria a se consolidar como as favelas atuais. Atualmente, a região portuária [do Rio de Janeiro, por exemplo] está entre as regiões mais **gentrificadas**. Grandes espaços restam vazios, com barracões abandonados, enquanto centenas de milhares de pessoas se acumulam em espaços mínimos nos morros cariocas [...]. As críticas feitas a esse processo não são pelo investimento, exatamente, mas por se tratar de um fenômeno que afasta as pessoas pobres e “higieniza” os locais, agravando a desigualdade social e acendendo um alerta sobre o racismo. O problema é sensível também porque hoje já ocorre um processo chamado de gentrificação periférica, ou seja, mesmo as favelas vivem esse problema, tornando a resolução cada vez mais complexa.

GENTRIFICAÇÃO: 3 casos documentados no Brasil. **Summit Mobilidade**, 29 set. 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/ZwooQUqD>. Acesso em: 22 out. 2024.

Gentrificação: processo de transformação de áreas urbanas que leva ao encarecimento do custo de vida e aprofunda a segregação socioespacial nas cidades.

1 Componha argumentos, na forma de itens, avaliando a permanência dos problemas relacionados à gentrificação.

Problemas	Argumentos
Expulsão das populações vulneráveis	O aumento dos preços de aluguel e imóveis em áreas revitalizadas expulsa moradores de baixa renda.
Desigualdade social acentuada	As melhorias urbanas beneficiam uma minoria rica, enquanto as classes mais baixas são marginalizadas.
Perda da identidade cultural	Bairros tradicionais perdem suas características culturais e sociais em favor de uma "higienização".
Concentração de pobreza em áreas periféricas	Populações deslocadas se movem para áreas ainda mais afastadas, com menos infraestrutura.
Racismo estrutural	A remoção forçada afeta desproporcionalmente comunidades negras e indígenas, exacerbando o racismo estrutural.
Especulação imobiliária	Grandes espaços urbanos são deixados vazios para especulação, enquanto milhares carecem de habitação digna.

“A CAPITAL INSALUBRE”: HIGIENISMO E A REVOLTA DA VACINA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

A Revolta da Vacina, ocorrida no contexto da Primeira República, no Rio de Janeiro, em 1904, foi durante muito tempo considerada um “ato de ignorância” da população carioca e de difícil compreensão diante das reações contrárias, uma vez que tinha por finalidade acabar com a varíola, uma doença que dizimava centenas de habitantes na capital. Inúmeras foram as pesquisas e a produção de uma historiografia sobre as possíveis motivações que desencadearam o movimento popular contra a vacinação obrigatória. Para entender o que foi essa revolta, no entanto, é essencial considerar o contexto histórico-social da época, explorando as interpretações de historiadores como Nicolau Sevcenko, José Murilo de Carvalho e Sidney Chalhoub, que, mesmo diferentes, podem contribuir para análise e reflexão sobre o evento.

Sevcenko nos faz refletir sobre como o contexto político social foi excludente com a população pobre, afro-brasileira, mestiça etc., considerada incômoda e indesejável, que não se ajustava ao estilo de vida cosmopolita promovido pela burguesia, que agora possuía seu espaço embelezado após o “bota-abaixo”. Havia também a necessidade de controlar os corpos, separando a sociedade entre a saúde e a doença, e a restrição das áreas de circulação e moradia dos grupos populares do Rio de Janeiro, atendendo, assim, aos interesses da nova sociedade de perfil burguês.

Já para José Murilo de Carvalho, o inimigo não era a vacina em si, mas as forças arbitrárias do Estado em relação à moral do povo. Os valores afetados pela interferência autoritária da recente República eram a inviolabilidade do lar, a honra do chefe de família e o respeito pela virtude das filhas e da esposa. Assim sendo, nada mais natural que se sentissem ameaçados.

Sidney Chalhoub traz outra perspectiva, mostrando que as reações contrárias às vacinas, ou, para usar o termo do autor, as tradições “vacinofóbicas”, representavam uma forma de manutenção religiosa e cultural. As epidemias de varíola e a pouca difusão da vacina no país representavam um atraso ao progresso e à civilização almejada pelas elites. Era necessário erradicar o “vexame da capital republicana”; no entanto muitos participantes da revolta lutavam pela defesa de suas próprias crenças, práticas religiosas e pela inviolabilidade de suas tradições, e não somente contra a obrigatoriedade da vacina.

A CAPITAL INSALUBRE HIGIENISMO E A REVOLTA DA VACINA

► 1889

Proclamação da República.

► 1902

Novembro: início do governo Rodrigues Alves.

Dezembro: novo estatuto e organização municipal para o Distrito Federal.



BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ/AGÊNCIA SEMADO

O presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos.

► 1903



REPRODUÇÃO/WIKIPEDIA

Março: Oswaldo Cruz assume a direção da Saúde Pública.

Junho: embora inacabada, é inaugurada a Avenida Passos.

► 1904

Março: início oficial das obras de remodelação do porto e da construção da avenida Central.

Novembro - Revolta da Vacina

Dia 9: publicação da regulamentação da lei da vacina obrigatória.

Dia 11: comício no Largo de São Francisco e confronto com a polícia.

Dia 12: concentração popular no Centro das Classes Operárias e manifestações em frente ao Palácio do Catete.

Dia 13: grande manifestação popular na praça Tiradentes, rechaçada com cargas de cavalaria da polícia.

Dia 14: começa a revolta na Escola Militar, na Praia Vermelha.

Dia 15: continuam os combates nas ruas.

Dia 16: decretado estado de sítio na capital federal; a revolta é sufocada. O governo revoga a obrigatoriedade da vacina.

Dezembro

Dia 10: os detidos durante a revolta começam a ser deportados para o Acre.

Dia 14: prorrogação do estado de sítio.



REPRODUÇÃO/ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



REPRODUÇÃO/CASA DE OSWALDO CRUZ

► 1905

Fevereiro

Dia 15: nova prorrogação do estado de sítio até 18 de março.



REPRODUÇÃO/CASA DE OSWALDO CRUZ

Manifestantes da Revolta da Vacina detidos pela autoridades no Rio de Janeiro.

Na prática

Atividade 1

A revolta da vacina: um evento, três historiadores, muitas interpretações

- Analise as contribuições de diferentes historiadores que pesquisaram sobre a Revolta da Vacina.

Texto I

Nicolau Sevcenko: resistência ao aburguesamento da sociedade

O sucesso da campanha da vacinação e, de uma forma mais ampla, do processo de **Regeneração**, em implantar uma nova sociedade no Rio de Janeiro foi tamanho e tão facilmente constatável que muitos representantes da elite dirigente viram nele uma forma de redimir o atraso do país. Foi por isso um **adágio** muito frequente dentre as elites nesse primeiro terço da fase republicana, o de que "o Brasil é um imenso hospital". [...] Esse raciocínio sugeria uma divisão da sociedade entre os doentes e os sãos, cabendo como uma decorrência natural aos sadios a responsabilidade pelo destino dos enfermiços. [...] A lei de regulamentação da vacina obrigatória [...] viria a ampliar e fortalecer essas prerrogativas, colocando toda a cidade à mercê dos funcionários e policiais a serviço da Saúde Pública.

[...] A ameaça deu lugar ao gesto concreto e sensível da opressão. [...] As vítimas são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie. A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences, sua família, suas relações **vicinais**, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura, enfim, tudo é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia [...] ao abrigo de leis de exceção e bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador e discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio, do espaço da opressão.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Adágio: ditado, dito, máxima.

Regeneração: nome dado pela imprensa conservadora para a reforma urbana de Pereira Passos (o "bota-abaixo"), no Rio de Janeiro, que "regenerava" a região central e portuária, tornando-a elegante para desfrute das elites.

Vicinais: vizinho ou vizinhança, que está próximo.

Texto II

José Murilo de Carvalho: a justificativa moral e a República autoritária

Parece-nos que o motivo da dimensão e profundidade da Revolta da Vacina está exatamente no aspecto que caracterizava a justificativa moral. [...] A justificativa baseava-se tanto em valores modernos como tradicionais. Para os membros da elite, os valores eram os princípios liberais da liberdade individual e de um governo não intervencionista. [...] Para o povo, os valores ameaçados pela interferência do Estado eram o respeito pela virtude da mulher e da esposa, a honra do chefe de família, a inviolabilidade do lar. Acontece que os dois tipos de valores, o moderno e o tradicional, eram perfeitamente compatíveis [...], a fusão de uma ideologia inerente às camadas populares com uma ideologia derivada de classes altas, a fusão de valores populares com valores burgueses, gerando a ideologia do protesto. O inimigo não era a vacina em si mas o governo, em particular as forças de repressão do governo. Ao decretar a obrigatoriedade da vacina pela maneira como o fizera, o governo violava o domínio sagrado da liberdade individual e da honra pessoal. A ação do governo significava tentativa de invasão de espaço até então poupado pela ação pública. [...] Estava sendo violado um direito que o sistema republicano deveria, por sua própria essência, resguardar. Aparecia aí a sensação generalizada, entre parte da elite e entre o povo, de que o regime republicano, como era praticado, não abria espaço para a manifestação da opinião pública, não fornecia canais de participação legítima.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Texto III

Chalhoub: varíola, vacina e “vacinophobia”

Alguns médicos encarregados pela Junta Central de Higiene de combater epidemias localizadas de varíola produziram relatórios preciosos de seus trabalhos. [...] Encontramos o desafio de tentar entender o porquê de a população resistir tanto à vacina e aos vacinadores. [...] Havia tradições culturais as mais diversas – bantu, iorubá, católica, “negreira”, médica e sei lá quantas mais – convergindo para a noção de que era “dispensável e até ilegítima a intervenção do médico no tratamento da varíola”. [...] É difícil prosseguir na investigação das atitudes da população em relação à vacina sem enfrentar em certa medida o problema das concepções afro-brasileiras sobre doença e cura. Talvez então seja possível articular de alguma maneira as informações de que havia doentes que resistiam aos médicos e aceitavam os curandeiros, de que “a vacina era a varíola”, de que não se deveria interferir na marcha natural dessa enfermidade, de que era comum a

prática da inoculação do pus variólico, e assim por diante. [...] O fato de a principal revolta coletiva contra o “despotismo sanitário” haver ocorrido em função da atuação do poder público em relação à varíola: além dos descaminhos técnicos e burocráticos do serviço de vacinação em todo um século de história, havia as sólidas raízes culturais negras da tradição vacinophobica. [...]. Em 1904, por sinal, os **esculápios** conseguiram o seu melhor resultado em um século de serviço de vacinação. [...] Ou seja, o motim ocorreu quando o serviço estava vacinando pessoas como nunca conseguira antes. O “sucesso” dos médicos naquele momento deve ter sido um fator importante no desencadeamento da revolta. [...] Na verdade, é possível que a população, nos meses anteriores a novembro de 1904, estivesse vivenciando uma espécie de lei não declarada de vacinação obrigatória. E muitos mostraram não ter apreciado em nada a experiência.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Esculápios: médicos.

- 1 Como o Texto I relaciona o processo de “regeneração” do Rio de Janeiro – metropolização, “higienização” e saneamento – e a Revolta da Vacina? Quais são as abordagens? Explique.

Nicolau Sevcenko analisa o processo de “regeneração” do Rio de Janeiro como uma transformação autoritária e excludente, destinada a tornar a cidade um espaço “civilizado”, “modernizado”, a exemplo das capitais europeias, e notadamente “seguro” para a circulação das elites nacionais e estrangeiras. Esse projeto impunha uma regulamentação disciplinar espacial, social e cultural, afetando profundamente a vida dos mais pobres e excluídos. Para Sevcenko, a Revolta da Vacina emerge como o modo de as classes populares verem seu cotidiano, suas moradias, suas relações e até seus modos de sobrevivência violados em nome de uma ordem imposta “de cima para baixo”. A vacinação obrigatória intensificou o controle estatal e reforçou a divisão entre uma elite “sadia” e uma população marginalizada “doente”, revelando o caráter disciplinador e excludente desse processo.

2 O autor do Texto II justifica a mobilização popular de 1904 com base em valores morais tanto “modernos” como “tradicionais”. Em que aspectos essa argumentação estabelece a crítica ao governo republicano em seus princípios fundamentais?

O autor argumenta que a mobilização popular na Revolta da Vacina de 1904 se fundamentou em valores morais modernos e tradicionais. Para a elite, estava em jogo a defesa da liberdade individual e do governo não intervencionista, enquanto o povo via a interferência do Estado como uma afronta à honra familiar e à inviolabilidade do lar. Essa união de valores populares e burgueses formou uma ideologia de protesto que denunciava o governo republicano como opressor e ilegítimo, visto que a República, por seus princípios, deveria garantir os direitos individuais e a participação pública. A ação autoritária do governo, ao tornar a vacinação obrigatória, revelou-se incoerente com os ideais republicanos e reforçou a crítica ao regime. A crítica ao governo republicano é central na análise de José Murilo de Carvalho, pois o autor pontua que a República, que deveria proteger a liberdade individual e os direitos dos cidadãos, falhava em cumprir seus princípios fundamentais. Ao violar esses direitos e impor medidas de forma autoritária, o governo republicano se colocava em contradição com seus próprios valores, criando uma sensação de ilegitimidade e justificando o movimento popular. Dessa forma, a mobilização popular não era apenas contra a vacina, mas contra o regime.

3 Ao analisar a vacinação no Brasil desde o início do século XIX (vinda da família real em 1808), o Texto III revela uma tradição “vacinophóbica” (medo da vacina). Qual seria a abordagem dele para analisar o tema? Argumente.

O historiador Sidney Chalhoub parte de uma análise distinta dos demais historiadores ao analisar o processo de vacinação no Brasil desde a chegada da família real, em 1808. Em sua obra, identifica-se que a resistência à vacina no Brasil estava enraizada em tradições culturais afro-brasileiras e populares que viam a intervenção médica, como o caso da vacina contra a varíola, como dispensável ou até ilegítima. Por meio das fontes analisadas, afirma que essa resistência, chamada “tradição vacinofóbica”, não era apenas uma recusa “irracional”, mera “ignorância”, mas estava ligada a concepções de cura e de doença, próprias dessas culturas, que valorizavam métodos tradicionais e curandeiros locais. A análise também considera que o aumento da vacinação obrigatória e a intensificação do controle estatal em 1904, quando as campanhas atingiram seu auge de eficácia, provocaram maior insatisfação popular contra o que era visto como “despotismo sanitário”.

AULA 10

OS POVOS INDÍGENAS E O PAPEL DO ESTADO REPUBLICANO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

Durante a Primeira República, os indígenas continuaram entre os grupos marginalizados pelas políticas governamentais. Nesse cenário, foi criado no Brasil, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão público ligado ao Ministério da Agricultura responsável pela implantação de uma política indigenista que pretendia transformar os indígenas, desde que “pacificados”, em trabalhadores rurais.

O primeiro diretor do SPI, o engenheiro militar e sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, teve papel central na defesa dos povos originários, evitando o uso de violência. Sua visão acerca do indígena e do sertanejo, no entanto, era de que eles necessitavam de uma “educação científica” e de “hábitos modernos” que os tornassem trabalhadores produtivos para nação. Essa concepção partia do pressuposto da tutela e da assimilação, questão que permeou as políticas indigenistas do Estado brasileiro até a Constituição de 1988. Assim, o SPI tinha como propósito oferecer “assistência” aos povos indígenas, fossem nômades ou aldeados, com o objetivo de integrá-los à sociedade nacional. Essa integração, porém, significava uma assimilação forçada, já que exigia dos diferentes povos o abandono de suas terras, culturas e modos de vida para que pudessem trabalhar e viver em áreas reservadas ou em cidades, junto ao restante da sociedade brasileira.

A legislação da época considerava os indígenas incapazes de assumir plena responsabilidade por seus atos, razão pela qual deveriam ser tutelados pelo Estado até alcançarem uma suposta “integração total”; em outras palavras, até deixarem de ser reconhecidos como indígenas. Essa tutela, apesar de embasada em argumentos humanitários e jurídicos que buscavam garantir a sobrevivência desses povos, também funcionava como um mecanismo de controle e subjugação. Essa visão não levava em conta que os indígenas tinham plena capacidade de gerir suas vidas dentro de contextos culturais próprios, distintos daqueles da sociedade dominante.

Rondon em visita Tiriyo, durante sua segunda expedição de Inspeção de Fronteiras. Acervo do Museu do Índio.



REPRODUÇÃO MUSEU DO ÍNDIO / FUNAI

Na prática

Atividade 1

Com base na leitura dos textos, em uma **Rotação por Estações**, analise o que se pede.

Estação 1: O Estado e os indígenas: a criação do SPI

Texto I

Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910

Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localizaçõ de Trabalhadores Nacionaes e
aprova o respectivo regulamento.

[...] a) prestar assistencia aos indios do Brazil, quer vivam aldeiados, reunidos em
tribus, em estado nomade ou promiscuamente com civilizados;

TITULO I

CAPITULO I

DA PROTECÇÃO AOS INDIOS

[...] 3º, pôr em pratica os meios mais efficazes para evitar que os civilizados invadam
terras dos indios e reciprocamente;

[...] 9º, concorrer para que os inspectores se constituam procuradores dos indios, requerendo ou designando procuradores para represental-os perante as justiças do paiz e as autoridades locais.”

[...] 11º envidar esforços por melhorar suas condições materiaes de vida, despertando-lhes a atenção para os meios de modificar a construção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes, officios e os generos de producção agricola e industrial para os quaes revelarem aptidões;

[...] 14º fornecer aos indios instrumentos de musica que lhes sejam apropriados, ferramentas, instrumentos de lavoura, machinas para beneficiar os productos de suas culturas, os animaes domesticos que lhes forem uteis e quaesquer recursos que lhes forem necessarios; introduzir em territorios indigenas a industria pecuaria, quando as condições locais o permittirem. [Grafia original].

BRASIL. **Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910.** Crêa o Serviço de Protecção aos Indios e Localização de Trabalhadores Nacionaes e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8072-20-junho-1910-504520-publicacaooriginal-58095-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2024.

1 Em que trecho da lei é possível afirmar que havia uma tutela do Estado em relação aos povos originários? O que você compreende por assimilação dos indígenas à sociedade brasileira? Como as leis apresentam essa questão em seu texto?

A tutela do Estado sobre os povos indígenas é explícita em diversos trechos da legislação mencionada. Na lei de 1910, que criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os povos originários não eram considerados “civilizados”, no entanto, após o contexto do Império, eram humanos que precisavam ser cuidados, o que justificaria práticas “paternalistas e de controle, já que incapazes”. Excertos da legislação que explicitam essa prática podem ser identificados em frases como: “pôr em prática os meios mais eficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente”. Outro aspecto a ser mencionado, e que revela o olhar republicano, é a ideia de assimilação, na própria diferenciação entre “índios bravos” e os “assimilados” (integração dos indígenas à sociedade brasileira, adotando valores, práticas e costumes), segundo o Estado, sendo a forma mais eficiente a educação: “despertando-lhes a atenção para os meios de modificar a construção de suas habitações e ensinando-lhes livremente as artes”. A legislação também menciona o desenvolvimento de “tecnologias” e “práticas” a fim de incentivar a agricultura e a pecuária em terras indígenas, como no trecho “fornecer aos índios [...] instrumentos de lavoura, máquinas para beneficiar os produtos de suas culturas, [...] introduzir em territórios indígenas a indústria pecuária” etc. A legislação apresentava a assimilação como um caminho inevitável e necessário, tratando suas culturas como transitórias e inferiores à cultura dominante. Essa visão paternalista reforçava a tutela estatal, restringindo a autonomia indígena e desconsiderando o direito desses povos à autodeterminação.

Estação 2: Políticas indigenistas em diferentes épocas

Texto II

Políticas indigenistas em diferentes épocas

A partir de meados do século XIX, a cobiça se desloca do trabalho para as terras indígenas. Um século mais tarde, irá se deslocar novamente: do solo, passará para o subsolo indígena. O início do século XX verá um movimento de opinião dos mais importantes, que culminará na criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910. O SPI extingue-se melancolicamente em 1966 em meio a acusações de corrupção e é substituído em 1967 pela Fundação Nacional do Índio (Funai): a política indigenista continua atrelada ao Estado e a suas prioridades. Os anos 1970 são os do “milagre”, dos investimentos em infraestrutura e em prospecção mineral – é a época da Transamazônica, da barragem de Tucuruí e da de Balbina, do Projeto Carajás. Tudo cedia ante a hegemonia do “progresso”, diante do qual os índios eram empecilhos [...]. No fim da década de 1970, multiplicam-se as organizações não governamentais de apoio aos índios, e no início da década de 1980, pela primeira vez, se organiza um movimento indígena de âmbito nacional. Essa mobilização explica as grandes novidades obtidas na Constituição de 1988, que abandona as metas e o jargão assimilacionistas e reconhece os direitos originários dos índios, seus direitos históricos, à posse da terra de que foram os primeiros senhores.

CUNHA, M. C. da. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

2 Qual é a análise feita pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha sobre as políticas indigenistas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios, que durou de 1910 a 1967?

A autora destaca que as políticas indigenistas do SPI estavam atreladas às prioridades do Estado, o que limitava a promoção dos direitos indígenas. O SPI, em vez de proteger os povos originários, muitas vezes atuava como um instrumento de controle e assimilação, além de ter praticado crimes contra os indígenas. Havia discursos civilizatórios, de “educar” segundo o modelo ocidental, desconsiderando suas culturas e modos de vida tradicionais.

Essa abordagem assimilacionista buscava integrar os indígenas à sociedade brasileira, negando a diversidade cultural e os direitos originários desses povos. A antropóloga, no entanto, ressalta que, com a organização do movimento indígena em âmbito nacional e a mobilização desses povos em prol de seus direitos, inúmeras conquistas foram alcançadas na Constituição de 1988.

Texto III

Indígenas e ameríndios: os “bárbaros” (ainda) entre nós

[...] Dentre os excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propósitos dos governantes republicanos: os indígenas. Se mesmo no Império o interesse foi mais retórico do que pragmático, e se os nativos figuraram antes no romanceiro romântico do que em políticas de efetiva aplicação, com a República o apagamento seria ainda mais evidente. [...] O governo republicano andava preocupado com o isolamento da região e com a fragilidade das áreas de fronteira. [...] De toda maneira, a questão indígena deixara de vincular-se ao tema da mão de obra para se configurar como um problema de terras. Nas regiões de povoamento antigo a ordem era controlar o perímetro dos aldeamentos. Já nas frentes de expansão ou rotas fluviais, a despeito de se fazer uso de mão de obra indígena, o objetivo era a conquista territorial, justificada a partir da noção da “segurança dos colonos”. Nesse momento a saída implicaria a adoção de medidas que, se não eram inéditas, jamais haviam sido implementadas com conivência do Estado. As diretrizes eram duas: ou o extermínio dos índios “bravos”, ou “civilizá-los e incluí-los na sociedade”. Apesar dos termos da Constituição republicana, tardaria para que uma política de proteção e inclusão fosse, de fato, implementada.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

3 Quais foram as principais políticas indigenistas pontuadas pelo Texto III durante o período republicano em relação à ocupação territorial e à assimilação cultural dos povos indígenas?

Durante o período republicano, as políticas indigenistas destacadas pelo texto refletiram a preocupação do Estado com a ocupação territorial e a integração dos indígenas à sociedade nacional. O foco deixou de ser o uso da mão de obra indígena para se concentrar na posse de terras, considerada estratégica para a expansão das fronteiras e para a segurança dos colonos. Nas áreas de povoamento consolidado, buscava-se controlar as aldeias, enquanto, nas regiões de expansão, as terras indígenas eram vistas como obstáculos a serem superados, justificando intervenções em nome do progresso e da ordem. A assimilação cultural foi outra diretriz importante. Os indígenas eram pressionados a abandonar seus modos de vida tradicionais, sob a justificativa de tornarem-se “civilizados” e aptos a integrar a sociedade nacional. Essas ações incluíam tanto a remoção forçada de comunidades

de seus territórios quanto a implementação de políticas que buscavam transformar os indígenas em agricultores ou trabalhadores rurais, desconsiderando suas culturas e tradições. As medidas adotadas oscilavam entre a tentativa de integração e, em casos mais extremos, o extermínio de populações consideradas resistentes, evidenciando a visão do Estado de que as diferenças culturais deveriam ser eliminadas para formar uma sociedade homogênea.

Estação 3: As contradições do SPI

Texto IV

O índio na sociedade: um trabalhador rural

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Além da proteção dos índios, teria como função fixar no campo mão de obra rural não estrangeira e fornecer treinamento técnico para a força de trabalho rural. O fato de o SPI integrar o referido Ministério reflete, em alguma medida, o caminho a ser trilhado, qual seja, inserir o índio na sociedade como trabalhador rural. Tratava-se de um Ministério que, entre outras atribuições, ocupava-se de pensar uma política para a mão de obra, agora livre, após anos de repressão e submissão, paralelamente a um processo de regeneração agrícola do país. A imagem de "atraso" criada para implementar o "progresso" no meio rural levou o Marechal Cândido Rondon, militar com experiência em construção de linhas telegráficas de caráter estratégico, a dirigir o Serviço. [...] Observe-se que seu lema abrangia civilizar os sertões, tornar o território economicamente explorável e demarcar as fronteiras da Nação, que ganhava o *status* de um indivíduo coletivo e homogêneo do qual as diferenças deveriam ser excluídas. Também a atuação do SPI efetivou-se em conformidade com os interesses econômicos do momento, uma vez que seus postos e delegacias eram distribuídos de acordo com as verbas e interesses da expansão da fronteira agrícola. Nesse período, muitos índios tiveram seu reconhecimento como indígenas negado e suas aldeias transformadas em centros agrícolas. Além disso, os bens indígenas (terras, recursos naturais e mão de obra) ganham, desde o início, uma dimensão de suporte do aparelho governamental.

SANTANA, C. R. Direito à terra e resgate de tradições. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, v. 3, n. 16, mar. 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernosdireito/article/view/2957>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Texto V

Incorporar à comunhão nacional

Embora a Constituição de 1891 não regulamentasse a questão indígena em seu teor, manteve-se a “tradição do reconhecimento dos direitos territoriais indígenas”. A extinção dos aldeamentos, na maioria dos casos, ocorreu de forma “fraudulenta e abusiva”; os índios que permaneciam nessas terras, geralmente, foram “espoliados”.

No entanto, ao se criar o SPI, em 20 de junho de 1910, instituiu-se medidas legais para um entendimento com os Estados para “garantir a posse aos índios dos seus respectivos territórios”. [...] O objetivo do SPI era que os índios passassem a agricultores com suas glebas de terras, deixando hábitos hostis, passando a conviver com os camponeses, protegendo o índio em seu próprio território. [...] A proposta do SPI indica, para as autoridades estatais, que os índios “estavam índios” numa situação transitória, por isso pretendiam incorporá-los à comunhão nacional, melhorando o indígena para formar uma sociedade “homogênea e harmoniosa”.

ALVES, D.; VIEIRA, M. V. A legislação indigenista no Brasil republicano do SPI à FUNAI: avanços e continuidades. Albuquerque: **Revista de História**, v. 9, n. 18, p. 86-88, 90-91, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/5777>. Acesso em: 27 nov. 2024.

4 Quais eram os objetivos e as contradições do Serviço de Proteção aos Índios no contexto de sua criação, em 1910, segundo os Textos IV e V?

O SPI foi criado em 1910 com o propósito de proteger os povos indígenas e promover sua integração à sociedade brasileira.

Uma de suas principais metas foi transformar os indígenas em trabalhadores agrícolas, inserindo-os no modelo produtivo

rural que o governo buscava consolidar no período. Havia também a intenção de regularizar a posse das terras indígenas e

garantir sua permanência nelas, ao menos em teoria. O SPI buscava promover a convivência entre indígenas e outros campo-

neses, incentivando uma mudança cultural que os tornasse compatíveis com o ideal nacional. Na prática, entretanto, as ações

do SPI revelaram uma série de contradições. Em vez de garantir os direitos territoriais dos povos indígenas, muitas vezes o

órgão facilitou a expropriação de suas terras em benefício da expansão agrícola e dos interesses econômicos dominantes.

As aldeias foram transformadas em centros agrícolas de produção, e os indígenas, vistos como obstáculo ao progresso, eram

pressionados a abandonar suas culturas e modos de vida. Além disso, a proteção oferecida era frequentemente subordinada

aos interesses governamentais, tratando os recursos naturais e a mão de obra indígena como ferramentas para o desenvolvi-

mento do país. A lógica subjacente ao SPI era que os indígenas estavam em uma fase de “transição” e deveriam abandonar

suas identidades culturais para se tornarem parte de uma sociedade “civilizada”. Essa visão desconsiderava a diversidade e a

autonomia dos povos indígenas, priorizando a assimilação em nome de um projeto nacionalista e econômico.

“A DEMOCRACIA RACIAL” E A NEGAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

O Brasil construiu um pensamento “branco, douto e hegemônico” que negou o racismo no país e promoveu uma narrativa com a falsa ideia de convivência pacífica entre negros e brancos, sem contar os povos originários, para completarmos a ideia das “três raças fundadoras da nação”. Após os discursos do determinismo racial do século XIX, nas décadas de 1920-30, outra interpretação para o passado brasileiro e para a percepção de nação foi “construída”, na qual a mestiçagem, as “três raças”, não mais era vista como um fardo que obliterou as aspirações civilizatórias do país, mas, ao contrário, teria possibilitado a construção da civilização nos trópicos, incorporando e aceitando traços mestiços e não brancos como positivos.

A miscigenação e a integração racial, frequentemente tomadas como indícios “inequívocos” de “harmonia e igualdade” entre diferentes etnias na chamada “democracia racial”, fazem parte da construção da “identidade” de um Brasil marcado pelo racismo, pela supremacia branca e por uma estrutura elitista. Este é o mesmo país que foi o último a abolir a escravidão nas Américas, que falhou em implementar políticas inclusivas para a população negra no período pós-abolição e que, apesar de não ter institucionalizado leis segregacionistas (como o *apartheid* ou os códigos negros), carrega em seus costumes e em suas entranhas o legado profundo e persistente do racismo.

Historicamente, os negros foram confinados em espaços sociais restritos, enquanto a discriminação racial era negada ou atribuída a fatores econômicos, desconsiderando o impacto do racismo estrutural. A ideia de meritocracia reforça esses privilégios ao apresentar o sucesso como resultado de esforço individual, ignorando as barreiras históricas enfrentadas pelos negros em nosso país.

O aumento do debate racial na esfera pública, impulsionado por movimentos sociais negros, tem enfraquecido a narrativa da “democracia racial”. Essas discussões estão conscientizando a sociedade sobre o racismo estrutural e desafiando a hegemonia de teorias que mascaram desigualdades. Apesar disso, o mito de que haveria uma democracia racial ainda persiste como um obstáculo significativo a ser superado.



REPRODUÇÃO/INSTITUTO MOREIRA SALLES

“Retrato de família”, datado de 1910, por Chichico Alkmim. Observe as pessoas separadas do retrato familiar feito no início do século XX. A imagem seria a de um país com um modelo a ser seguido, de igualdade entre raças, segundo a “democracia racial”?

Atividade 1

Com base nos textos que abordam a questão do racismo no Brasil, analise o que se pede.

Texto I

Nossa “democracia racial”

No Brasil, a alegada e aparente convivência pacífica entre negros e brancos, em harmonia e sem conflitos, assentava-se no estabelecimento, para o indivíduo negro, de um território social específico, de lugares hierárquicos, de “bantustões” invisíveis, dos quais ele só sairia se portador de um “passaporte” muito especial; ou se disposto a abandonar sua identidade negra. E dentro dos seus “lugares de negro” (morros, favelas, cortiços, subúrbios, periferias), ele sempre deveria se comportar segundo os papéis a ele determinados pela escritura dominante, dentro de estereótipos, enfim.

[...] Assim, dentro da imaginária democracia racial brasileira, um bom negro era o empregado doméstico, o motorista da família, a babá, o sambista, a “mulata assanhada”, o jogador de futebol etc. Então, a mentirosa e demagógica “**democracia racial brasileira**” é um recurso que muitos ainda continuam usando para negar a existência do racismo entre nós. Essas pessoas, mesmo reconhecendo a baixa condição social e econômica dos afro-brasileiros, alegam que ela não se deve a racismo e sim a fatores puramente econômicos. Por desconhecimento ou má-fé, essas pessoas negam o fato de a origem africana constituir uma barreira invisível e intransponível à mobilidade social, econômica e política do povo negro no Brasil. Temos casos de ascensão individual. Mas isso é sempre exceção.

LOPES, N. B. **O racismo explicado aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2007. p. 151-152.

Bantustão: território separado para os habitantes negros da África do Sul e do Sudoeste Africano como parte das políticas racistas adotadas naquele país a partir do final da década de 1940.

Texto II

No Brasil, mistura racial nunca foi sinal de igualdade, diz Lilia Schwarcz

DW - [...] a senhora comenta que a ideia de meritocracia acaba naturalizando o monopólio branco dos espaços de poder. Isso é uma característica da sociedade brasileira?

Lilia Schwarcz – Não acho que seja uma característica só da sociedade brasileira. Na Europa, há muitos exemplos desse tipo, exemplos de discriminação que mostram como as sociedades brancas acreditam que chegaram a esse lugar de privilégio a partir do próprio mérito. Essa seria uma versão atual da teoria evolucionista da superioridade de algumas raças sobre as demais. Hoje sabemos que **a palavra mérito é uma nova versão do mito da democracia racial, porque ela naturaliza, estabiliza condições de privilégio e de poder que são construções históricas**, políticas e sociais e que devem ser questionadas no sentido de produzir a reflexão.

É claro que o Brasil, que foi o último país a abolir a escravidão mercantil, teve escravizados em todo o seu território e não teve políticas de inclusão social no período do pós-abolição, traz mais à frente esse tipo de questão da meritocracia. Ou seja: este é o país que se construiu a partir da ideia do privilégio naturalizado das populações brancas. Basta frequentar restaurantes chiques, teatros e cinemas para ver que, durante muito tempo, só pessoas brancas frequentavam esses espaços. O Brasil nunca teve um apartheid na lei, mas de alguma maneira praticou um apartheid por costume. Essa situação foi mudando sobretudo com as políticas de afirmação positiva e com as políticas de cotas, que têm alterado esses ambientes durante tanto tempo intocados.

DW - Para uma boa parcela da população, segue prevalecendo a ideia de que “no Brasil não tem racismo”: [...]

Lilia Schwarcz – Durante muito tempo o discurso da democracia racial e a ideia de que o Brasil não tem racismo foram dominantes no Brasil. **Ouso dizer que isto está mudando.** No Brasil, mistura nunca foi sinal de igualdade. Mas isso sempre foi vendido como imagem ideológica de Estado.

VEIGA, E. No Brasil, mistura racial nunca foi sinal de igualdade. **DW**, 21 out. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/no-brasil-mistura-nunca-foi-sinal-de-igualdade/a-70554195>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Maioria dos brasileiros acredita que maioria do país é racista, diz Datafolha

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, a sensação de que a maioria do país é racista e que a discriminação racial cresceu pode ser atribuída ao aumento do debate sobre a questão no Brasil, tanto na esfera pública como na particular. Para Flávio Gomes, professor do Instituto de História da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), o dado mostra a importância dos movimentos sociais negros, uma vez que houve um pensamento “branco, acadêmico e hegemônico” que negava o racismo no país. [...]. Especialistas afirmam também que o aumento do debate racial na sociedade, potencializado por discussões que nascem nos movimentos sociais, teve efeito sobre as teorias que se consolidaram no século 20, como a democracia racial. A teoria, porém, não desapareceu da sociedade [...]. Por outro lado, se enfraquece em um cenário em que a população reconhece a existência do racismo. [...] trata-se de um “mito” estruturante da história do país, um projeto vitorioso. “Uma escolha que as elites brasileiras fizeram e foram refazendo ao longo de muitos anos para criar uma ideia falaciosa de que não haveria racismo no Brasil”, diz Ynaê Lopes dos Santos, professora de história da UFF (Universidade Federal Fluminense).

DAMASCENO, V. Maioria dos brasileiros acredita que maioria do país é racista, diz Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/11/maioria-dos-brasileiros-acredita-que-maioria-do-pais-e-racista-diz-datafolha.shtml>. Acesso em: 4 dez. 2024.

1 Por que a democracia racial, segundo o Texto I, seria um recurso de negação do racismo no Brasil? Qual seria a origem desse discurso? Explique.

O termo “democracia racial” pressupõe a plena igualdade entre as pessoas, independentemente de raça, cor ou etnia, igualdade já garantida por lei em nosso país. O texto de Nei Lopes desconstrói o conceito de democracia racial ao explicitar que o discurso da “harmonia entre as raças” no Brasil seria uma forma de negação do racismo, supondo que o problema das desigualdades estaria associado à ordem econômica, desconsiderando o quanto a experiência da escravidão e seus desdobramentos no mundo contemporâneo estão relacionados ao racismo e às estruturas sociais e institucionais. Um dos enfoques do texto está na crítica concernente ao “lugar do negro” na sociedade contemporânea. Casos de ascensão social são exceções, e essa especificidade está relacionada ao discurso construído de que nossa escravidão foi “branda”, pois foi pautada nos afetos, na família, ou seja, na “proximidade entre o senhor e o escravizado”. Esse discurso serviu como máscara para os conflitos

- 2** De que maneira a ideia de **democracia racial** contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais no Brasil e como as políticas afirmativas desafiam essa narrativa?

O mito da democracia racial contribuiu para a manutenção das desigualdades raciais ao criar uma imagem de harmonia entre os grupos étnicos no Brasil, mascarando as profundas exclusões estruturais enfrentadas pela população negra. A narrativa propiciou que a discriminação fosse negada ou relativizada, dificultando a implementação de políticas que reconhecessem e enfrentassem essas desigualdades. As políticas afirmativas, como as cotas raciais, desafiam essa visão ao explicitar a necessidade de medidas corretivas para equilibrar o acesso a direitos e oportunidades, expondo a persistência do racismo estrutural.

- 3** Qual é o papel dos movimentos sociais e do debate público na desconstrução das teorias raciais hegemônicas, como a meritocracia e a “democracia racial”, no contexto brasileiro?

Os movimentos sociais e o debate público desempenham um papel fundamental na desconstrução de teorias hegemônicas ao promover maior conscientização sobre o racismo e sua relação com o passado histórico de escravidão e exclusão. Por meio de denúncias, mobilizações e articulações políticas, esses movimentos pressionam pela adoção de mudanças sociais e políticas que reconheçam e combatam o racismo, substituindo a narrativa do “não racismo” por um enfrentamento direto das desigualdades raciais. Por isso, é possível observar em pesquisas recentes um número elevado de brasileiros que reconhecem o “crescimento” do racismo no país. Na sociedade contemporânea, a ideia de meritocracia, por exemplo, reforça privilégios ao apresentar o sucesso como resultado de esforço individual, ignorando as barreiras históricas enfrentadas pelos negros em um país que foi o último a abolir a escravidão nas Américas e que não promoveu a inclusão dessa população no pós-abolição.

AULA

12

DA “CASA-GRANDE” AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

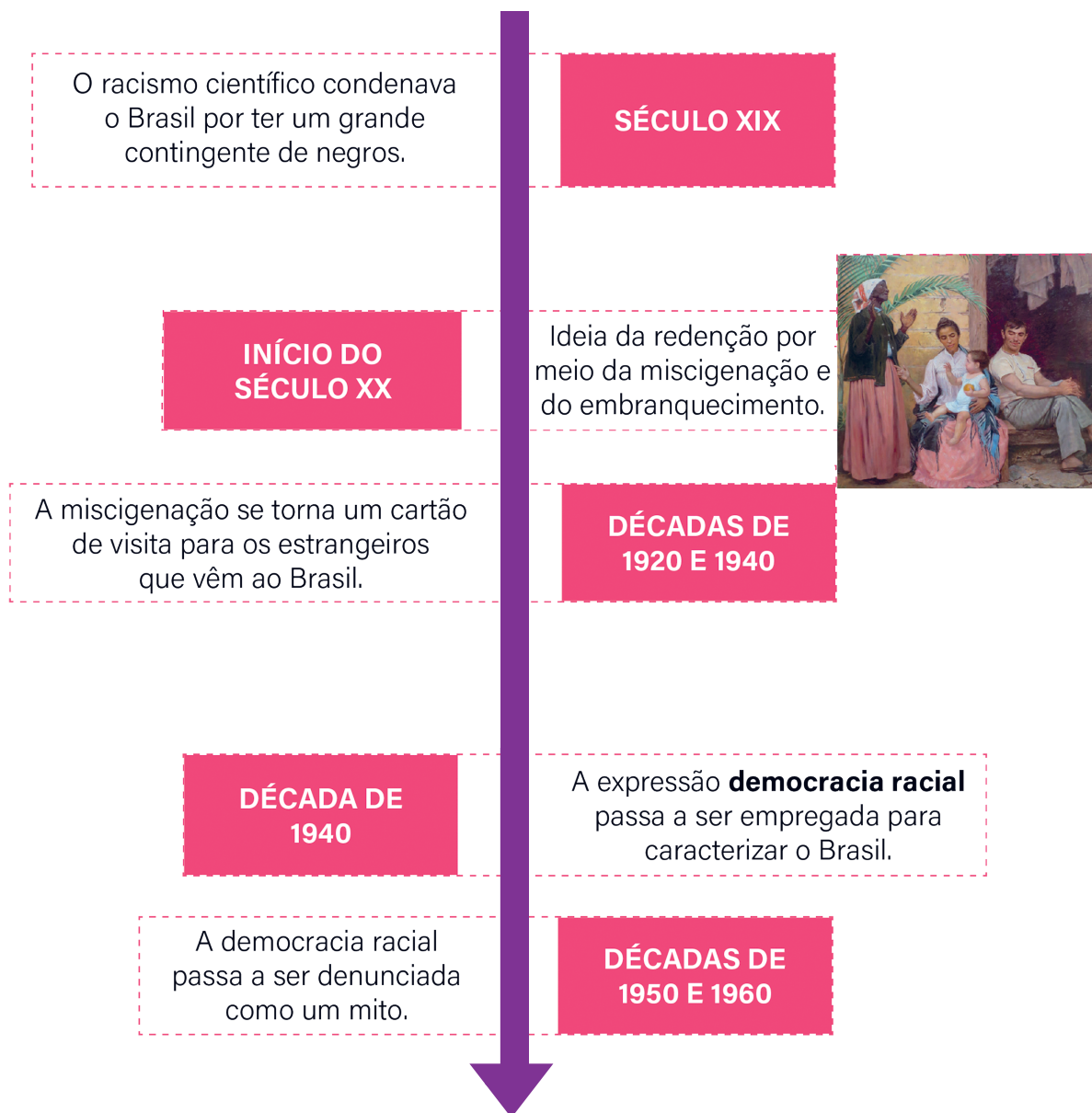
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

A “democracia racial” oriunda da obra de Gilberto Freyre, **Casa-grande & senzala**, idealizou uma escravidão brasileira ao generalizar o contexto da escravidão doméstica, retratando-a como um modelo de “convivência” harmoniosa. Nesse cenário, senhores eram descritos como paternalistas e os escravizados, como fiéis e amistosos, promovendo a ideia de uma “boa escravidão”. Para Freyre, a mestiçagem no Brasil não era resultado de desigualdades históricas e sociais, mas sim de um modelo de civilização único e digno de reconhecimento.

Florestan Fernandes, em suas investigações sobre relações raciais no Brasil pós-abolição, desconstrói e introduz a ideia de “mito” para a tese da democracia racial como modelo de exclusão, trazendo interpretações sobre o desajustamento estrutural do negro em um mundo de classes. A sociedade patriarcal, organizada para o benefício dos brancos, legou, após a abolição, a exclusão e a inferiorização do negro e do “mulato” no mundo capitalista e competitivo e estereótipos negativos sobre o trabalhador negro em comparação com o imigrante.

A história do mito da democracia racial no Brasil



VENANCIO EL-DINE, 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Na prática

Atividade 1

Leia os textos e, em uma **Rotação por Estações**, analise.

Estação 1

Texto I

Gilberto Freyre e o mestiço como ícone da nação

O livro [**Casa-grande & senzala**] oferecia uma interpretação inesperada para a sociedade multirracial brasileira, invertendo o antigo pessimismo e introduzindo os elementos culturais enquanto indicadores de análise. O “**cadinho** das raças” aparecia como uma versão otimista, mais evidente aqui do que em qualquer outro lugar [...], fazendo da mestiçagem uma questão ao mesmo tempo nacional e distintiva. Freyre mantinha intocados em sua obra, porém, os conceitos de superioridade e de inferioridade, assim como não deixava de descrever a violência presente durante o período escravista. A novidade estava na interpretação que descobria no cruzamento de raças um fato a singularizar a nação, nesse processo que fazia com que a miscigenação parecesse, por si só, sinônimo de tolerância. É nesse ambiente, também, que, para além do debate intelectual, nos espaços mais oficiais, “o mestiço vira nacional”, paralelamente a um processo de **desafricanização** de vários elementos culturais, simbolicamente clareados. A feijoada, por exemplo, até então conhecida como “comida de escravos”, a partir dos anos 1930 se converte em “prato nacional”, carregando a representação simbólica da mestiçagem. O feijão e o arroz remeteriam metaforicamente aos dois grandes segmentos formadores da população [...]. A capoeira – reprimida pela polícia do final do século 19 e incluída como crime no Código Penal de 1890 – é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. Também o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e seus desfiles passam, a partir de 1935, a ser oficialmente subvencionados. [...] Da mesma maneira, a partir de 1938 os atabaques do candomblé passam a ser batidos sem interferência policial. Até mesmo o futebol, originariamente um esporte inglês, foi sendo associado a negros, sobretudo a partir de 1933, quando a profissionalização dos jogadores tendeu a mudar a coloração dos clubes futebolísticos.

SCHWARCZ, L. M. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 27-28.

Cadinho: recipiente em material refratário, geralmente de barro, ferro ou platina, utilizado para fusão das reações químicas em altas temperaturas.

Estação 2

Texto II

O negro no mundo dos brancos

[...] A sociedade colonial foi montada para o branco. A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco [...]. O negro foi exposto a um mundo social que se organizou para os segmentos privilegiados da raça dominante. Ele não foi inerte a esse mundo. Doutro lado, esse mundo também não ficou imune ao negro. [...] O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como "igual". Quando se dá a primeira grande revolução social brasileira [a Abolição da Escravatura], na qual esse mundo se desintegra em suas raízes, [...] nem por isso ele contemplou com equidade as "três raças" e os "mestiços" que nasceram do seu intercruzamento. Ao contrário, para participar desse mundo, o negro e o mulato se viram compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral. Tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do "mundo dos brancos".

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

- 1** Dentro do discurso de Gilberto Freyre, o mestiço seria um modelo racial de "boa convivência" e "entrelaçamento entre diferentes". Como essa questão está relacionada ao mito da "democracia racial" que ainda sobrevive no Brasil?

Apesar das críticas de Freyre em relação à violência do sistema escravocrata, sua abordagem culturalista privilegiou as relações patriarcais do espaço doméstico, ou seja, o privado, acabando por relativizar a violência aos escravizados da "casa-grande", que supostamente eram "parte" da família; a escravidão doméstica seria "uma boa escravidão". Além desse aspecto, a valorização do mestiço relegou ao negro um papel secundário, principalmente ao não desconstruir a ideia de hierarquias raciais em sua obra.

- 2** Segundo o autor, a partir da década de 1930, o elemento mestiço passou a ser observado também nas políticas públicas, na cultura e em espaços oficiais. Em que aspectos esses discursos do mestiço nacional influenciaram a ideia de desfrancização? Dê exemplos.

Segundo o autor, "o branco é sempre o exemplo civilizatório, acompanhado do indígena, que trouxe seus hábitos higiênicos e alimentares, e, por fim, o negro, com sua religiosidade 'lúbrica'". De certa

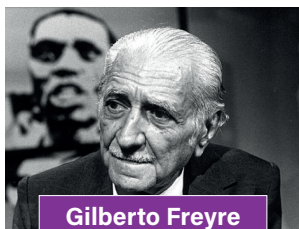
forma, Freyre cria uma imagem que, em nossa sociedade, houve um hibridismo que “amoleceu” as tensões e constituiu as condições histórico-geográficas de uma sociedade tolerante e sincrética. Por fim, a valorização da mistura de raças desdobrou-se, para além do discurso intelectual, nas políticas públicas, na cultura e em espaços oficiais no contexto da ascensão de Getúlio Vargas, em 1930, e, posteriormente, durante o Estado Novo, que forjou uma identidade nacional. Esses “símbolos nacionais”, institucionalizados, retiraram dos negros suas ancestralidades e influências na cultura brasileira (capoeira, futebol, samba, religiões de matriz africana), tornando-as uma especificidade do nacional, do mestiço, e, assim, clareando seus traços e elementos culturais, o que levou à desafricanização.

3 Qual foi a reflexão trazida por Florestan Fernandes sobre a inclusão/exclusão do negro e do mestiço após a abolição? Quais foram as críticas apresentadas e como elas desconstruíram a ideia de “democracia racial”?

Os principais pontos apresentados por Florestan Fernandes revelam as marcas históricas das dinâmicas de modernização de nosso país (mais especificamente, no estado de São Paulo), que levaram ao desajustamento estrutural do negro. A sociedade patriarcal, organizada para o benefício dos brancos, legou, após a abolição, a exclusão e a inferiorização do negro e do “mulato” no mundo capitalista e competitivo (estereótipos negativos sobre o trabalhador negro em comparação com o imigrante). Dessa forma, o autor desconstrói a “democracia racial” e ainda apresenta uma crítica concernente à “saída” moral e psicossocial branca, dada ao negro e ao mulato, marginalizados do núcleo do sistema capitalista: “tiveram de sair de sua pele, simulando a condição humana-padrão do ‘mundo dos brancos’”.

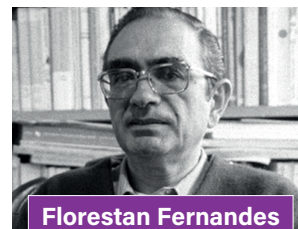
Atividade 2

Preencha o infográfico a seguir com base nas ideias dos autores sobre:



Gilberto Freyre
(1900-1987)

“Democracia Racial”
versus
Mito da Democracia Racial



Florestan Fernandes
(1920-1995)

Questão Racial no Brasil

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ▪ Visão culturalista que harmonizou as relações raciais, principalmente ao priorizar o espaço privado (doméstico). ▪ “Cadinho das raças”: versão otimista do mito das três raças. Positivou a miscigenação, aspecto singular da sociedade brasileira. ▪ Crítica à escravidão, mas com viés racial hierárquico e relativização da violência no espaço privado. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Temática racial baseada em desigualdade e discriminação; historicamente, existe uma hegemonia da raça branca. ▪ Questiona-se a ausência de “tensões abertas e conflitos explícitos”, sinônimos de uma boa organização das relações raciais. ▪ Após a abolição, outras barreiras foram criadas, de ordens moral e econômica, limitando o acesso à cidadania. ▪ Crítico à ideia de que a miscigenação traria ausência de estratificação social. ▪ Sistema enraizado na hierarquia social – a ideia de raça apaga o conflito do negro como raça subalterna. |
|---|--|

AULA

13

O PATRIARCALISMO NO BRASIL: FAMÍLIA, AÇÚCAR E A VIOLÊNCIA DA ESCRAVIDÃO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”



Na obra **Casa-grande & senzala**, publicada originalmente em 1933, Gilberto Freyre descreve a família patriarcal do Nordeste açucareiro como a base da organização social e econômica do Brasil colonial. Os grandes latifúndios, ou seja, as grandes propriedades rurais, ditavam as regras, tendo na figura do grande proprietário de terras a centralização do poder sobre todos em seus domínios: mulheres, filhos, familiares agregados, empregados livres, escravizados, animais, a produção rural e a própria terra.

Gilberto Freyre foi um importante intérprete da sociedade brasileira e um dos autores do pensamento social que mais se deteve na análise do patriarcado brasileiro, regime presente na formação da família e da sociedade brasileira, observado em sua obra **Casa-grande & senzala**. Freyre, no entanto, “suaviza” a violência que havia no mundo privado em relação à escravidão doméstica, suscitando intensos debates entre historiadores e críticas contundentes de movimentos negros em torno da ideia de “democracia racial”, de harmonia entre as raças e de “escravidão branda”.

Também é necessário revisitar seu modelo de colonização ibérica no Nordeste açucareiro, que não era a regra da sociedade na América Portuguesa, diante da complexidade das dinâmicas sociais da época. É importante considerar que o conceito de família patriarcal pode “minimizar as diferenças” e impor um modelo único como referência, desconsiderando as diversidades regionais e culturais presentes no Brasil.

Na prática

Atividade 1

Com base nas fontes e textos historiográficos, em uma **Rotação por Estações**, analise e responda ao que se pede.

Estação 1

Fonte I

Características gerais da colonização portuguesa do Brasil

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala.

[...] A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra e cal, não em palhoças de aventureiros. [...] A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar. Os senados de Câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam o poder dos reis e mais tarde o próprio imperialismo ou, antes, parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

Funcionário do governo saindo de casa com a família



REPRODUÇÃO/BRASILIANA ICONOGRÁFICA

Funcionário do governo saindo de casa com a família (*Un employé du gouvernement: sortant de chez lui avec sa famille*), Jean-Baptiste Debret, 1835. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (*Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*).

- 1 Como Gilberto Freyre caracteriza a colonização portuguesa no trecho destacado? Por que, para Freyre, “a família e não o indivíduo ou o Estado teria sido o verdadeiro fator colonizador do Brasil”?

Gilberto Freyre caracteriza a colonização portuguesa centrada na família patriarcal, que desempenhou um papel fundamental na organização social, econômica e política do Brasil colonial. Diferentemente de uma colonização baseada apenas no Estado, Freyre destaca que a família foi a unidade básica de desbravamento do território, instalação das fazendas e estruturação da produção econômica, especialmente na cultura do açúcar. Esse “modelo” foi fortemente ancorado na casa-grande, simbolizado pelo poder do patriarca sobre todos os aspectos da vida e seus domínios. Nas relações sociais, a casa-grande era o espaço de convivência hierarquizada, onde o patriarca exercia controle sobre a família, trabalhadores livres e escravizados. Ali, na vida doméstica e religiosa,

era forjada uma cultura cristã influenciada pelas crenças da senzala. No aspecto econômico, a família controlava a posse da terra, a aquisição de escravizados e a produção agrícola, assumindo o papel de unidade produtiva essencial para a manutenção do sistema colonial. Politicamente, as famílias “aristocráticas” concentravam poder nas instituições locais, como os Senados da Câmara, que limitavam a autoridade do rei de Portugal e garantiam sua autonomia. Freyre descreve o familismo como a base das relações sociais, econômicas e políticas, consolidando essa aristocracia rural que influenciaria profundamente a formação do Brasil.

2 O que é possível afirmar, com base na obra de Jean-Baptiste Debret, sobre a sociedade brasileira do século XIX? Em que medida a imagem representa os traços do patriarcalismo escravista?

A litografia se encaixa nas concepções e estruturas do patriarcalismo, ainda que a gravura represente uma cena urbana. O homem livre e proprietário de escravizados lidera o grupo, simbolizando sua autoridade, seguido da mulher branca, em posição subordinada, enquanto os escravizados aparecem como extensões da unidade familiar, tratados como propriedades funcionais dentro da hierarquia definida por idade, função e cor da pele. Isso se alinha ao conceito de uma sociedade organizada em torno da casa-grande, com o patriarca no centro do poder, estendendo seu domínio tanto sobre os familiares quanto sobre os escravizados. A imagem também expressa a escravidão como relação social dominante, permeada de violência, em que se tratavam, com ingerência e arbítrio do senhor, os escravizados como “peças”, “bens” na vida familiar.

Estação 2

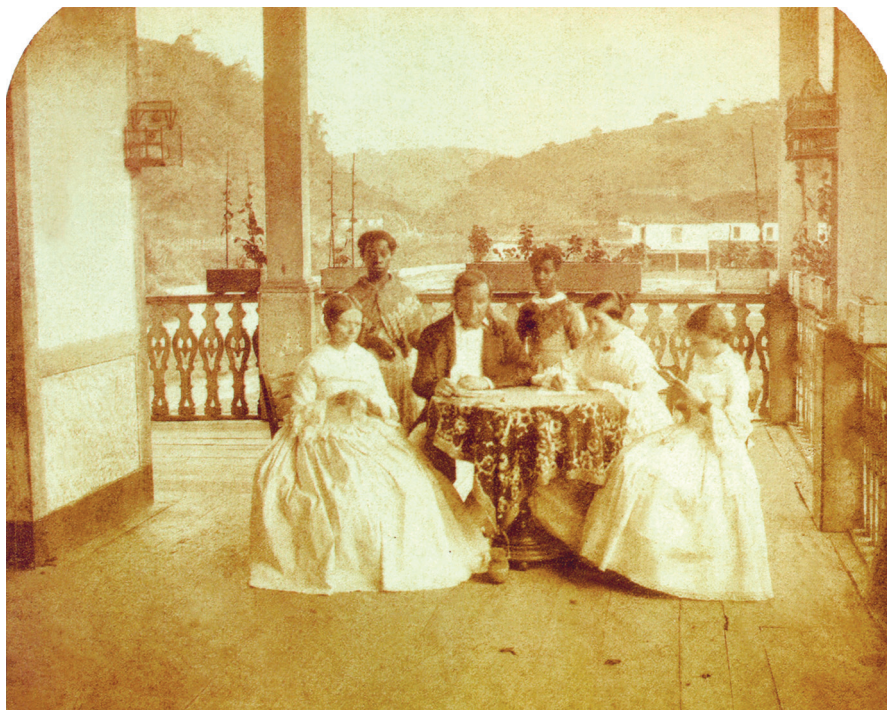
Fonte I

Menino de engenho

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. [...] O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande [...].

REGO, J. L. do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.

Fonte II



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

Família em um terraço, 1860, Revert Henrique Klumb. Estereoscópio. Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte III

Mônica: um nome na invisibilidade



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

Amas de leite ou amas-secas raramente cuidavam de seus próprios filhos, já que a criança branca não poderia ser amamentada no mesmo seio que o filho natural. As crianças eram separadas da mãe, vendidas ou abandonadas nas rodas de asilos (enjeitados).

Retrato da ama de leite (ou ama-seca) Mônica, de Augusto Gomes Leal. Cartão de visita de João Ferreira Vilela. Recife, c. 1860. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

3 Como o trecho do livro **Menino de Engenho** (1932), de José Lins do Rego, aborda o mundo das relações entre a casa-grande e a senzala no pós-escravidão?

A narrativa de extrema violência no romance **Menino de Engenho**, de José Lins do Rego, retrata as relações patriarcais no pós-escravidão, mostrando a permanência de estruturas hierárquicas e de dependência herdadas do período escravista. A imagem de cerca de 1860 é de Mônica, um dos poucos retratos com um nome próprio de uma escravizada. Nela é possível observar a ama de leite ao lado de seu "pequeno senhor", Augusto Gomes Leal. As amas, que eram escravizadas domésticas, substituíam mães que não podiam ou não queriam amamentar seus filhos, tornaram-se símbolos de cuidado e dedicação, contribuindo para "naturalizar" a ideia de uma "boa escravidão", porque, supostamente, cuidavam das crianças brancas, ainda que tivessem que abandonar seus próprios filhos.

4 Qual é a relação entre a imagem das escravizadas domésticas (Fontes II e III) e a sociedade patriarcal no século XIX e no início do XX?

A imagem da fotografia "Família em um terraço" revela profundas hierarquias sociais da família patriarcal. Enquanto as senhoras brancas performam seu papel em uma cena de harmonia familiar, as escravizadas posicionam-se com olhares sérios, diretos para a lente, recusando-se a participar da encenação. Sua rigidez e frontalidade rompem com a atmosfera de espontaneidade cultivada pela família, tornando-se o elemento que desestabiliza a narrativa de tranquilidade doméstica. A imagem converte-se, assim, em um sintoma visual da sociedade escravista. Ao não compactuarem com o jogo de representação dos senhores, elas revelam as tensões e contradições subjacentes a essa convivência, transformando a fotografia não em um retrato de harmonia, mas em um documento que explicita, involuntariamente, as fissuras do sistema escravocrata.

Estação 3

Texto I

Repensando a família patriarcal brasileira

A “família patriarcal” pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante: apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira. [...] A história da família brasileira torna-se, em suas mãos, um objeto dado, individualizado, e é apenas no seu interior que ocorrem as transformações. [...] O conceito de “família patriarcal”, como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 37, p. 5-16, maio 1981. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1590>. Acesso em: 5 dez. 2024.

Texto II

Resistir e sobreviver

[...] das escravas domésticas que saiu a maioria das escravas que conseguiram migrar para as cidades. Para elas, o espaço urbano prometia mais, inclusive a possibilidade de comprar sua alforria [...] conseguiram trabalhar como quitandeiras ou escravas “de ganho” na cidade. Os pequenos excedentes constituíram a oportunidade de as mulheres escravas conquistarem sua liberdade, através do pequeno comércio de gêneros alimentícios e vendas ambulantes. Tratava-se de um comércio [...], mas que garantiu a sobrevivência de familiares e dos escravos fugidos que viviam em quilombos. As que obtinham algum dinheiro com seu trabalho eram obrigadas a dar parte dele a seu senhor ou senhora.

Como a Lei do Ventre Livre legalizou o direito de comprar a própria liberdade, as escravas poderiam, ao entrar em acordo com o proprietário ou proprietária em relação ao preço que deveriam pagar por sua liberdade, comprá-la aos poucos; [...]. Ao término do pagamento, tornavam-se “forras”, libertas. Entretanto, o caminho até a conquista da alforria era longo, muitos anos e sacrifícios eram necessários para que uma escrava conseguisse economizar o suficiente. Foram essas mulheres persistentes, aliás, que tornaram as alforrias um fenômeno majoritariamente feminino e urbano no século XIX.

DIAS, M. O. L. S. Escravas: resistir e sobreviver. *In*: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023.

Texto III

Mulheres empobrecidas: provedoras da própria subsistência

Na sociedade escravista do Brasil colonial, o ofício de provedor de família era **desairoso** para homens que não queriam rebaixar-se, quando não tinham escravos, a exercer ofícios **aviltantes**, como cuidar das roças, dos animais domésticos, ou vender pequenos excedentes. Na tradição oral e no dia-a-dia, eram as mulheres pobres que assumiam esses ofícios necessários para o sustento dos seus familiares. E no entanto com enorme dificuldade que se destringem dos documentos referências ao seu trabalho cotidiano de provedoras da própria subsistência. Esses papéis informais, improvisados, têm um sentido importante na desmistificação do tão discutido sistema patriarcal brasileiro. Por tradição e costume, a divisão de funções e de tarefas entre os sexos era rigidamente à parte e bem demarcada, estabelecendo-se esferas de atuação complementares e nitidamente separadas. De fato, a ausência do homem ou sua presença intermitente impunha com frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional. [...] A separação de esferas de atuação de homens e mulheres não corresponderia apenas às normas e convenções herdadas de Portugal, mas a uma realidade concreta de redistribuição de necessidades, com o processo de povoamento, as tarefas específicas de cada sexo, nas diferentes classes sociais do processo de colonização, não eram complementares e sim alternativas: procedia-se à substituição e à improvisação de atribuições de homens ausentes. As mulheres eram forçadas a desempenhar, na sua ausência temporária ou definitiva, muitos papéis “masculinos” [...].

DIAS, M. O. L. S. **Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Aviltante: desonroso.

Desairoso: que demonstra falta de decoro, de brio; inconveniente.

5 Como o texto “Repensando a família patriarcal brasileira” desafia a visão de Gilberto Freyre sobre a centralidade da família patriarcal na formação da sociedade brasileira?

O texto relativiza a ideia de Freyre de que a família patriarcal foi a principal força formadora da sociedade brasileira. Embora reconheça a importância dessa estrutura familiar, ela não teria sido a única nem teria tido o “controle absoluto” sobre o processo de formação social do país. O texto não refuta a existência da família patriarcal, mas destaca que a história não pode ser reduzida a um único “modelo”, já que existiram múltiplas formas de organização familiar que coexistiram e influenciaram a sociedade de maneiras diversas. A pluralidade de experiências e as transformações sociais e familiares aconteciam dentro de contextos mais amplos e dinâmicos do que a ideia de uma família patriarcal dominante sugere.

6 De que maneira as experiências das mulheres escravizadas desafiaram o modelo patriarcal?

O texto historiográfico revela uma forma de resistência e luta por sobrevivência, já que as experiências das mulheres escravizadas nos cenários urbanos subvertiam a ideia de subordinação absoluta ao senhor. Em busca de autonomia, ao se inserirem no comércio urbano como quitandeiras ou vendedoras de gêneros alimentícios, a atividade lhes possibilitava garantir a própria sobrevivência e de sua família e acumular dinheiro para comprar sua alforria. Esse movimento de resistência foi um desafio direto ao sistema patriarcal e escravocrata, que via as mulheres escravizadas como propriedade, sem agência própria. Como observado, as imagens do século XIX frequentemente retratam as mulheres escravizadas em posições de subordinação, muitas vezes como figuras de serviço e cuidados, como amas de leite ou trabalhadoras domésticas, como propriedades. Essas representações, no entanto, muitas vezes ocultavam a complexidade e a resistência, que, apesar das limitações impostas, encontraram maneiras de negociar sua liberdade e subverter as normas sociais. Assim, as alforrias tornaram-se, no século XIX, um fenômeno majoritariamente feminino e urbano, refletindo a força das mulheres escravizadas contra a opressão patriarcal e escravocrata.

7 Mulheres em situação de pobreza atuaram como provedoras na sociedade escravista brasileira colonial. De que forma a atuação delas contribuiu para a desmistificação do sistema patriarcal brasileiro?

A atuação das mulheres empobrecidas como provedoras na sociedade escravista brasileira colonial contribuiu para a desmistificação do sistema patriarcal ao evidenciar que, na prática, as rígidas normas de divisão de gênero eram frequentemente rompidas por necessidades concretas. Embora o patriarcalismo fosse idealizado como um sistema no qual os homens desempenhavam o papel de provedores e chefes de família, na ausência deles, por morte, deslocamento ou abandono, as mulheres pobres assumiam responsabilidades consideradas "masculinas", como o cultivo da terra, o cuidado com animais e a venda de excedentes. Essa improvisação e a troca de papéis mostram que o sistema patriarcal não era tão homogêneo ou universal quanto frequentemente descrito. Para as mulheres empobrecidas, especialmente em contextos rurais ou urbanos marcados pela precariedade, a sobrevivência de suas famílias dependia de sua capacidade de transcender as fronteiras de gênero, ocupando espaços e desempenhando funções que iam além das esferas tradicionalmente atribuídas às mulheres. Além disso, essa realidade demonstra que as relações de gênero na

AULA

14

PATRIMONIALISMO: AS RAÍZES “CORDIAIS” DO BRASIL

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

A História do Brasil está intimamente ligada ao patrimonialismo, já que nossas formas de organização política e social se pautaram em poderes exercidos de forma personalista, baseados em relações de lealdade e troca de favores.

Essa forma de organização social tem raízes ibéricas, segundo o historiador Sergio Buarque de Holanda, e moldou uma sociedade em que as relações interpessoais se sobrepõem à imparcialidade e à impessoalidade necessárias ao funcionamento das estruturas modernas, como o Estado e a burocracia. “Daremos ao mundo o homem cordial”: a cordialidade não se refere à gentileza ou à bondade, mas a uma forma de se relacionar marcada pelas emoções e por laços pessoais em detrimento das instituições formais.

A “cordialidade” do brasileiro, portanto, evidencia um modo de ser profundamente afetado pela cultura patriarcal e pela valorização da família como núcleo de poder. Essa marca histórica, que aproxima as esferas pública e privada, reflete tanto os desafios quanto as singularidades da formação do Brasil como nação.

Na prática

Atividade 1

Com base nas charges e nos fragmentos de textos, em uma **Rotação por Estações**, analise.

Estação 1

Texto I

Dom João VI: perfil do rei nos trópicos

O costume das audiências também foi realizado quando da residência no Rio de Janeiro. Um inglês que por ali passou durante o período denominou d. João como “pai do seu povo”, [...] chegava a atender cerca de 150 pessoas diariamente. Na capital [...], a elite fluminense foi igualmente privilegiada, conseguindo uma aproximação maior ao regente nesses eventos, sendo recompensada pelos investimentos feitos com a construção do Estado.

[...] No Rio de Janeiro, d. João se estabeleceu no antigo Palácio dos vice-reis, transformado a partir de então em Paço Real. Para melhor acomodação da família real, interligou por meio de passadiços alguns edifícios localizados na proximidade [...]. Nesse mesmo ano, o negociante Elias Antonio Lopes doou ao príncipe uma extensa casa de campo localizada na região de São Cristóvão, que passou a lhe servir de residência regular. Luis Gonçalves dos Santos, em suas memórias, comunica que o presente foi aceito “pelo mesmo real senhor com aquelas demonstrações de gratidão, quais merecia um vassalo tão generoso”. Foi nomeado comendador da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e administrador da Quinta.

CARVALHO, M. P. **D. João VI**: perfil do rei nos trópicos. Biblioteca Nacional Digital, [s.d.]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/d-joao-vi-perfil/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

Gravura I



Esboços da vida, costumes, trajes e personagens portugueses.
B. Whittaker, 1826 Cerimônia do beija-mão na corte carioca
de d. João VI, um costume típico da monarquia portuguesa.

Estação 2

Texto II

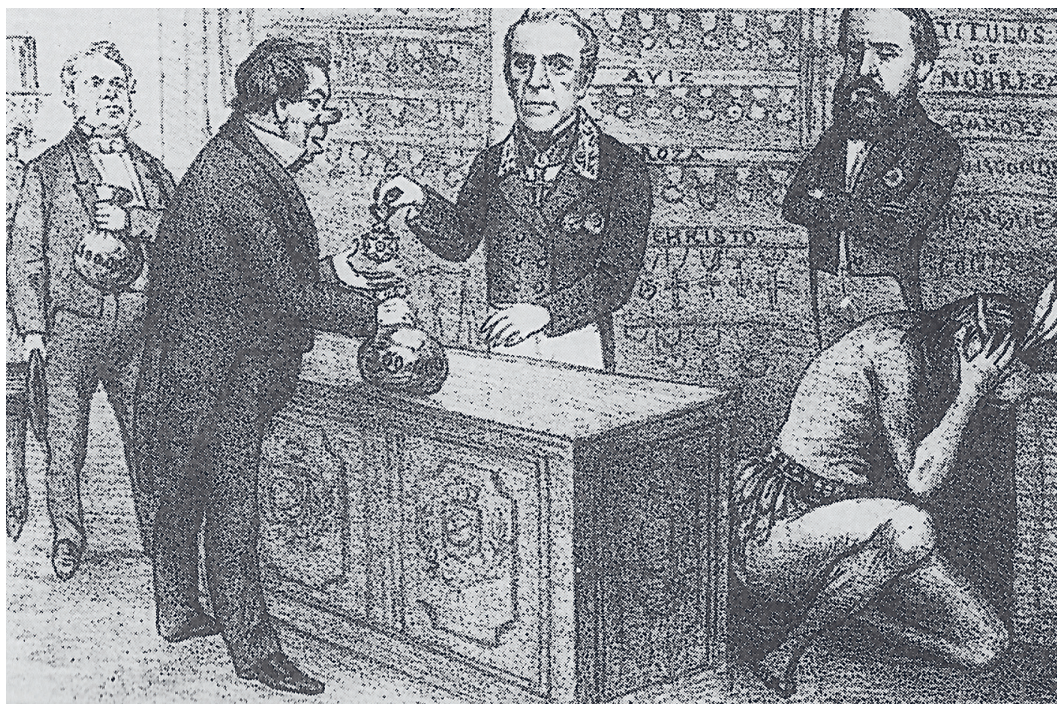
Balcão de negócios

O vendedor, na charge, é o primeiro-ministro, observado pelo imperador, atrás dele. Aos pés deste, um indígena, símbolo da nação brasileira, esconde o rosto entre as mãos.

A venda de comendas (títulos de nobreza, cargos políticos e pensões para políticos e seus filhos), feita sob anuência do imperador, era uma forma de manipulação política e de aumentar as receitas do governo no segundo reinado. Para isso, não se obedeciam critérios de competência, mas o interesse em se obter vantagens materiais – fato que deixa a nação (representada pelo indígena) prostrada de vergonha.

DOMINGUES, J. E. Caricaturas do Segundo Reinado: crítica com humor e ironia. **Ensinar História**. 2020. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/caricaturas-do-segundo-reinado-critica-com-humor-e-ironia/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

Charge I



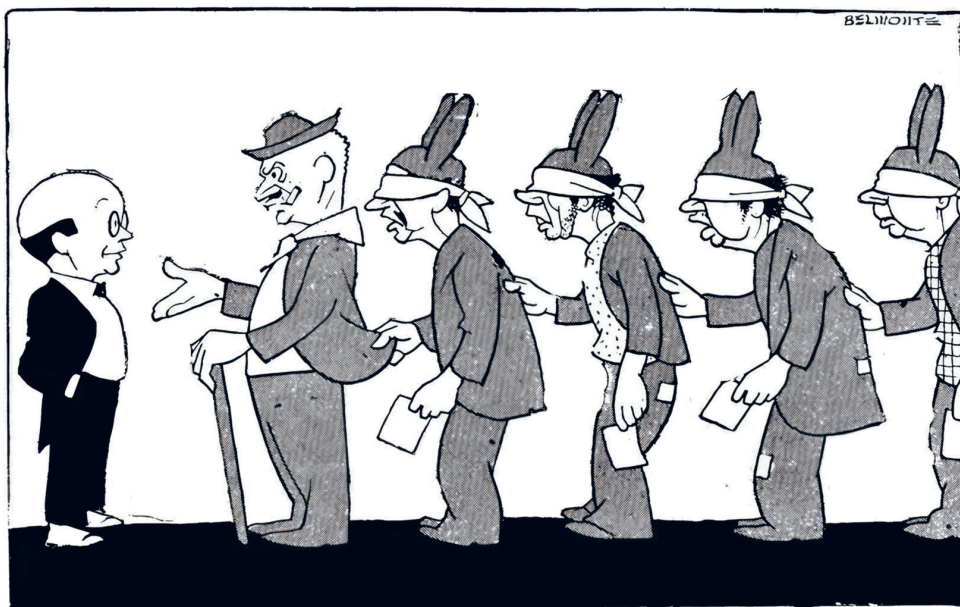
"Pobre país! A corrupção alimenta a vaidade para dar vida ao patriotismo!"
Legenda da charge de Angelo Agostini, publicada em **O Cabrião**, 1867.

O coronelismo

O coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava seu apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão dos cargos públicos. E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismo, negociação e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Charge II



— *Mas isso é uma violência, seu Juca! Então não se respeita a vontade soberana do povo?!* “Vai ser reformada a Lei Eleitoral.” — (DOS JORNAIS)

“Vai ser reformada a Lei Eleitoral (DOS JORNAIS). Mas isso é uma violência, seu Juca! Então não se respeita a vontade soberana do povo?!” Personagem Juca Pato, de Benedito Bastos Barreto (1896-1947), o Belmonte, criado para o **Jornal Folha da Noite** em 1925.

REPRODUÇÃO/UFGA

- 1** Com a corte portuguesa, transferida para o Brasil, em 1808, vieram também as instituições do Estado lusitano e a administração pública. O que é possível afirmar sobre as características da administração portuguesa com base na Gravura I e no Texto I?

Com a transferência da família real para o Brasil, em 1808, toda a estrutura de poder do Estado português, incluindo práticas da burocracia administrativa pautadas numa aristocracia palaciana que, às voltas do rei, ansiava por seus favores, caracterizou as relações públicas que se misturavam às privadas, ou seja, revelavam as condutas personalistas e patrimonialistas do Estado ibérico também no Brasil. Dessa forma, a representação da cerimônia do “beija-mão”, que atraía tanto a fidalguia como plebeus, expressa a permanência de hábitos e das instituições lusas no Rio de Janeiro, aproximando o rei do público, sobretudo diante de uma população insatisfeita com o caos da corte na cidade cada vez mais “inflada”, com o aumento de impostos etc. Há também a curiosa narrativa do caso do negociante Elias Antonio Lopes, ao presentear o monarca com uma propriedade que seria sua residência (havia casos de despejos da população de suas casas para acomodação dos “fidalgos” da corte portuguesa). O “toma lá, dá cá” era uma forma de “participar do jogo” para os que almejavam conseguir benefícios em proveito próprio (títulos, cargos, *status* etc.).

- 2** Segundo as concepções do sociólogo Max Weber, como as charges e os Textos representam as relações entre público e privado do Estado brasileiro, tanto no Império quanto na República?

As charges acompanhadas de textos analíticos revelam a permanência do patrimonialismo nas formas de organização política no Brasil, no qual o poder era exercido de forma personalista, com base em relações de lealdade e troca de favores entre o governante e uma elite econômica. No primeiro caso, observa-se, ainda durante o Império, a ironia da charge de Angelo Agostini, o “Balcão de negócios”, em que d. Pedro II distribui os títulos nobiliárquicos (que poderia ser “retirado” – aspecto distinto das monarquias europeias – a qualquer deslize do novo nobre) aos novos barões (agora do café) em troca

dos benefícios do Estado. Com a Proclamação da República, o patrimonialismo se tornou ainda mais evidente, com a permanência de uma organização política que não difere o público do privado, em que as elites oligárquicas criaram mecanismos para benefício próprio. Essa questão é bastante ironizada na charge de Juca Pato, quando o tema é uma reforma eleitoral, em que faz menção ao suposto fim do voto de cabresto, que tinha na figura do coronel a representação do poder do Estado, e todo o sistema que o envolvia; como enfatiza o texto, a política do compadrio, do clientelismo da Primeira República.

Atividade 2

Leia o trecho da obra **Raízes do Brasil** sobre o homem cordial e, com base nos questionamentos, construa por escrito sua análise.

Texto I

O homem cordial

[...] O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [...] Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado.

[...] Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de **cordialidade** – daremos ao mundo o “homem cordial”. A **lhaneza** no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro [...] dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. [...] **Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade.** São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo [...]. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. [...] Armado dessa máscara, **o indivíduo** consegue manter sua **supremacia ante o social.** E, efetivamente, a polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo. [...] É possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Lhaneza: característica do que é lhano; que apresenta afabilidade; candura, singeleza. Qualidade de quem é sincero; sinceridade.

- 1 Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a contribuição brasileira à “civilização” é a cordialidade. O que ela significa? Em que sentido o homem cordial subverte a racionalidade do Estado e mistura o público com o privado?

A obra **Raízes do Brasil**, de 1936, aponta caminhos para a construção de uma nação moderna, liberal e democrática, trazendo reflexões importantes para a compreensão de permanências históricas de nosso país. Segundo o autor, no Estado racional e coercitivo (que pode reprimir ou coagir), no qual as esferas pública e privada estão separadas, todos são cidadãos independentemente de “família”, cargo, *status* etc. Diante do mundo civilizado, no viver junto, com civilidade e regras, o conceito de “cordialidade” revela um homem inadequado às relações impessoais, oriundas do indivíduo, pois afeito à sua marca pessoal e familiar, nascidas na intimidade. Para o historiador, essa marca, a “sociabilidade”, não é algo positivo; aliás, contrária à ideia de polidez, a “simpatia” prioriza a esfera pessoal e a afetiva, opondo-se às características impessoais de um Estado racional, o que provoca um “desequilíbrio social”. Há uma hegemonia constante das vontades particulares contrárias a uma ordenação impessoal, por isso a crítica de que o Estado não é uma “evolução” da família e deveria ser uma oposição.

- 2 No convívio social, o brasileiro é “emotivo”, pauta-se no “afeto” e na “família”, e suas afinidades nascem na intimidade. Qual é a relação dessa característica com uma sociedade originária do **patriarcalismo** e do **patrimonialismo**?

Quando observamos o discurso do senso comum afirmando que o brasileiro é “cordial”, “afável”, “receptivo”, isso não representa um caráter positivo; ao contrário, é um problema, uma característica patrimonial de não conseguir delimitar o que é da esfera pública do que pertence à esfera privada, em que a corrupção e as desigualdades social e de renda são gritantes e se perpetuam, junto com o racismo estrutural evidente, instituições frouxas e sem apego à lei ou ao Estado, ou seja, o homem cordial é inimigo da *res publica*.

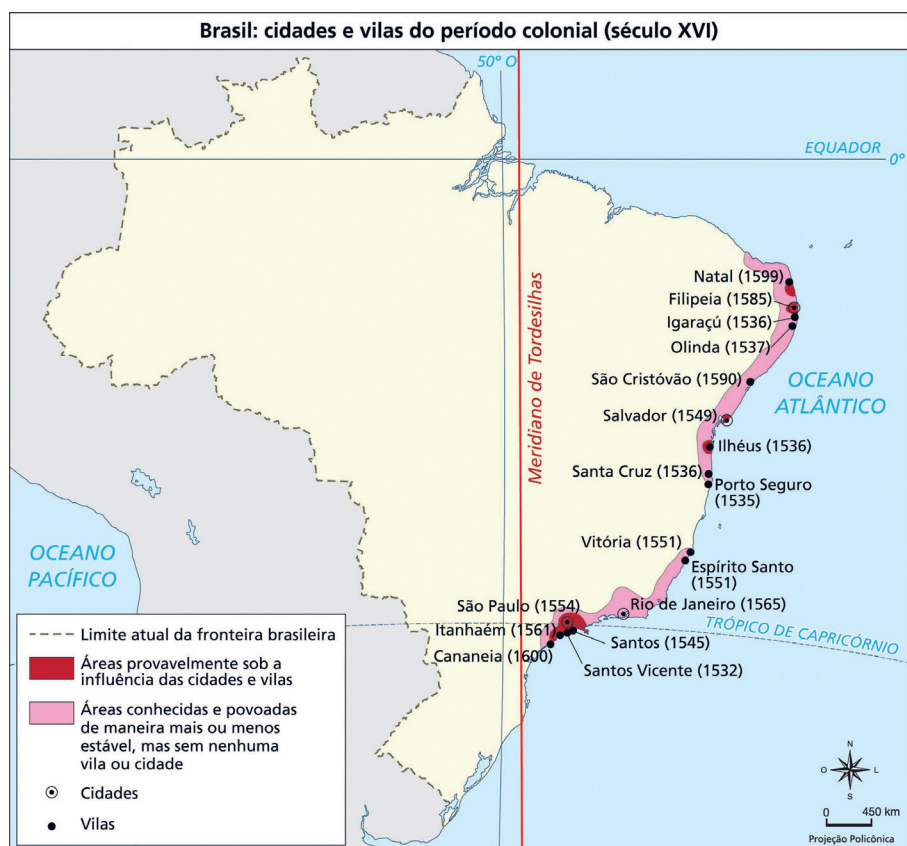
GEOGRAFIA

A EXPANSÃO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL AO LONGO DOS SÉCULOS

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

A urbanização brasileira é resultado de um longo processo histórico que se iniciou no período colonial, com a formação das primeiras vilas e cidades. Estas se formaram no litoral, com a intenção de atender às demandas políticas, administrativas e comerciais da economia colonial. Salvador foi a primeira capital do Brasil, fundada em 29 de março de 1549, enquanto outras localidades, como São Vicente (SP), passaram por um processo gradual de emancipação. Nesse contexto, a urbanização refletia a lógica de ocupação do território e a dependência do transporte marítimo.



No século XIX, a expansão das cidades estava ligada à economia cafeeira e à construção das primeiras ferrovias. Além disso, a chegada de migrantes europeus, atraídos pela oportunidade de terras e de trabalho nas lavouras, contribuiu para a ocupação de novos espaços e para a diversificação social e cultural. Ao mesmo tempo, a exploração da borracha impulsionou a ocupação na Amazônia, o que levou infraestrutura para algumas localidades, como a cidade de Manaus.



© GETTY IMAGES

Imigrantes europeus recém-chegados a São Paulo, no pátio central da Hospedaria dos Imigrantes, por volta de 1890.

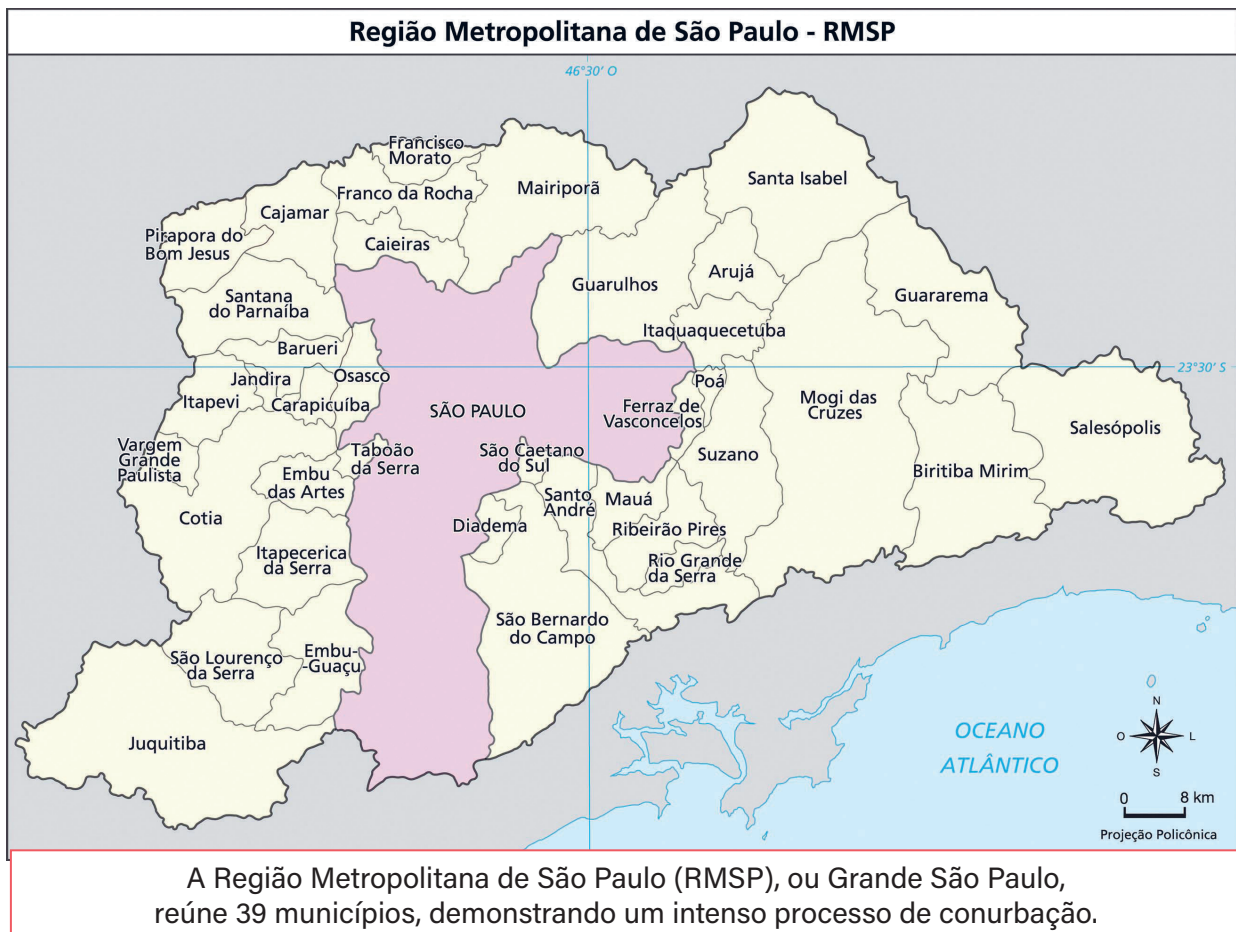
Já na primeira metade do século XX, no período da República Velha (1889-1930), enquanto o campo permanecia com modernização seletiva e grandes desigualdades socioeconômicas, São Paulo consolidava-se como um polo industrial e financeiro. O Rio de Janeiro, por sua vez, passou por reformas urbanas modernizadoras. Em ambos os casos, houve aumento das desigualdades sociais.

Durante o governo de Getúlio Vargas, mais conhecido como Era Vargas, ocorreu uma intensificação do processo de industrialização com a promoção de investimentos em infraestrutura. Este processo resultou em um aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, as cidades passaram a se expandir de forma acelerada e não planejada, intensificando a favelização nas áreas urbanas.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi adotada uma política desenvolvimentista, marcada pela construção de Brasília, inaugurada em 1960 como nova capital do país, e por fortes investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura e pavimentação de rodovias. Esse conjunto de ações, articulado ao modelo de industrialização por substituição de importações, intensificou a integração da economia brasileira ao capital estrangeiro e favoreceu a instalação e a expansão de empresas multinacionais, sobretudo

no setor industrial. Anos depois, instaurou-se no Brasil a ditadura civil-militar (1964-1985). Nesse período, o Estado adotou políticas voltadas à desconcentração espacial da indústria, com incentivos à instalação de unidades produtivas e à criação de polos industriais em outras regiões do território. Ao mesmo tempo, as principais cidades do Sudeste, especialmente suas áreas metropolitanas, continuaram a se expandir e a concentrar parte expressiva da atividade industrial e dos serviços.

Nesse contexto, a intensificação da industrialização e da urbanização contribuiu para a conurbação de áreas urbanas, como se observa na Região Metropolitana de São Paulo, onde municípios vizinhos passaram a formar um contínuo urbano. Esse crescimento, contudo, foi acompanhado pelo agravamento das desigualdades sociais, pelo aumento do déficit habitacional e por desafios relacionados à mobilidade urbana e ao acesso a serviços básicos, como saneamento, saúde e educação.



MIGALHAS, 2011. PRODUTIVO PELA SEDUC-SP

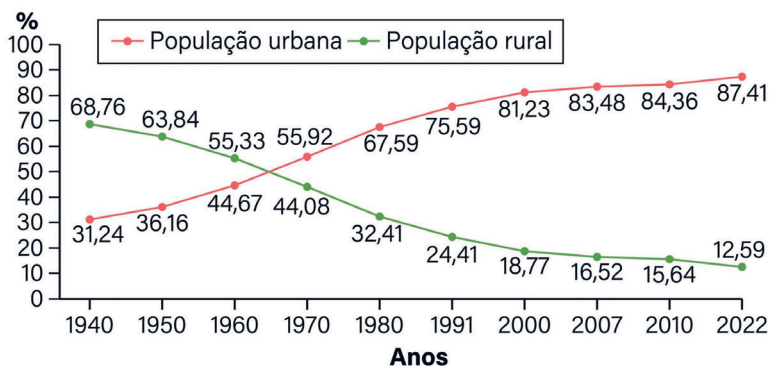
No século XXI, cerca de 87% da população brasileira vive em áreas urbanas, com destaque para o crescimento das cidades médias e a expansão das regiões metropolitanas. A falta de um planejamento urbano inicial estabeleceu nas cidades desafios relacionados à mobilidade urbana, saneamento básico, desigualdade social e sustentabilidade ambiental.

Na prática

Atividade 1

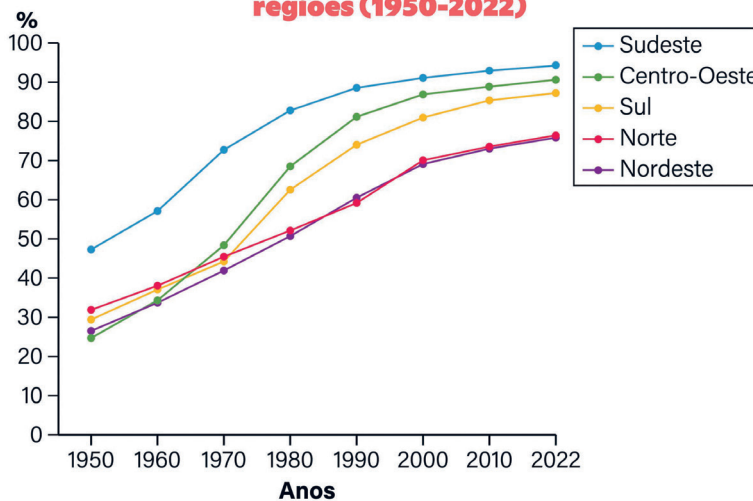
Observe os gráficos a seguir.

Brasil: taxa de urbanização (1940-2022)



IBGE, 2022. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Brasil: taxa de urbanização das grandes regiões (1950-2022)



IBGE, 2022. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

O que os dados dos gráficos revelam sobre a transformação da ocupação do território brasileiro?

Os dados mostram que o Brasil vivenciou uma intensa transformação espacial e demográfica, passando de um país rural para um país urbano. O processo de urbanização ocorreu de forma acelerada a partir da década de 1950, acompanhado da industrialização e do êxodo rural. A partir do gráfico, é possível afirmar,

porém, que esse processo aconteceu de forma heterogênea no território, destacando a região Sudeste como a região mais urbanizada, fato explicado pela concentração industrial e de serviços.

Atividade 2

Refleta sobre como o processo de urbanização se deu ao longo da história do Brasil, e pense em seu município, respondendo às questões.

- a)** Como você descreveria o crescimento da sua cidade nos últimos anos? Onde mais percebe novas construções ou bairros surgindo?

Resposta pessoal. Sugestão de resposta: "Vejo muitos prédios altos sendo construídos no centro, enquanto a periferia avança sobre áreas de mata. Na região da escola, surgiu um condomínio fechado onde antes era um terreno vazio."

- b)** Quais problemas do seu bairro ou da sua cidade você acha que foram causados pelo crescimento acelerado? Como isso afeta seu dia a dia?

Resposta pessoal. Sugestão de resposta: "O trânsito piorou muito porque construíram prédios, mas não ampliaram as ruas. Demoro o dobro do tempo para chegar à escola desde que mudamos para um bairro novo."

- c)** Se você pudesse decidir, o que mudaria no planejamento da sua cidade para torná-la melhor para viver?

Resposta pessoal. Sugestão de resposta: "Criaria mais áreas verdes e ciclovias, e faria os novos bairros terem escolas e postos de saúde antes das casas serem construídas."

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA URBANIZAÇÃO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

A urbanização transformou o espaço geográfico e trouxe consigo diversos impactos, tanto ambientais como sociais.

Entre os principais impactos ambientais, podemos destacar:

- poluição do ar;
- poluição da água;
- impermeabilização do solo;
- desmatamento;
- perda de biodiversidade.



Poluição no Rio Pinheiros, São Paulo (SP).

© GETTY IMAGES

Isso resulta em diferentes problemáticas que impactam a população urbana de diferentes formas, por exemplo:

- enchentes;
- ilhas de calor;
- acúmulo de resíduos;
- poluição sonora e visual.

O crescimento urbano, quando ocorre de forma acelerada e não planejada, eleva o grau de desigualdades sociais, como:

- habitações precárias e favelização;
- ausência ou precariedade de serviços públicos básicos.

A especulação imobiliária atua como um agravante, pois encarece o preço de terrenos e imóveis em locais mais centrais, com a finalidade de elevar o nível social e econômico. Esse processo provoca os chamados vazios urbanos, que deixam diferentes áreas de uma cidade sem construções e desabitadas enquanto desloca pessoas e famílias para áreas periféricas sem infraestrutura adequada.



Vista de moradias na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro (RJ).

Além disso, em uma cidade, quando o transporte individual é mais utilizado e há ausência ou precariedade de sistemas coletivos, observam-se com mais frequência os diferentes impactos dessa mobilidade ineficiente, como o surgimento de congestionamentos, de poluição atmosférica e de altos níveis de ruído.



Congestionamento de automóveis em Paris, França.

Para reduzir os danos causados por uma urbanização acelerada, é necessário um planejamento urbano eficiente, que integre o meio ambiente, com um uso mais racional do solo e políticas de preservação, e a dimensão social, com foco em habitação, transporte e serviços públicos de qualidade.

As cidades inteligentes e sustentáveis são um exemplo dessa mudança, pois essas cidades buscam equilibrar crescimento, inclusão social e preservação ambiental, por meio da utilização de tecnologias verdes, transporte coletivo de qualidade e eficiente ou transportes individuais não motorizados, criando-se ciclovias etc. Essas medidas não só visam à redução dos impactos da urbanização, como também a ampliação do direito à cidade, conceito defendido pelo geógrafo britânico David Harvey, que ressalta a necessidade de espaços urbanos mais democráticos, inclusivos e participativos.

Por fim, é necessário refletir sobre os impactos socioambientais do processo de urbanização na própria realidade local. A poluição do ar, o descarte inadequado de resíduos, o desmatamento ou as moradias precárias são exemplos que podem ser observados no cotidiano de qualquer município. Ao reconhecê-los, torna-se possível propor alternativas coletivas e sustentáveis, capazes de transformar as cidades em espaços mais justos e equilibrados para todos.

Na prática

Atividade 1

Impactos no lugar de vivência

Identifique pelo menos três exemplos de impactos socioambientais relacionados à expansão urbana no seu município. Registre suas observações em um mapa mental, incluindo:

- o impacto observado (poluição do ar ou do solo, desmatamento etc.);
- uma breve descrição das possíveis causas e das consequências para o seu município e seus moradores.

- Poluição do ar

Descrição: a poluição do ar é evidente na região central da cidade, onde o tráfego intenso de veículos automotivos, especialmente durante os horários de pico, contribui para um aumento dos níveis de gases poluentes e partículas em suspensão. Isso afeta negativamente a saúde da população e é percebido pela presença de fumaça no ar e pela dificuldade de respirar em dias críticos.

- Desmatamento

Descrição: nas áreas periféricas da cidade, onde a expansão urbana avança sobre regiões de vegetação natural, observa-se um desmatamento significativo para a construção de novas edificações e infraestrutura. Essa prática reduz a biodiversidade local, altera o microclima e pode provocar problemas como erosão do solo e enchentes.

- Poluição dos solos e da água

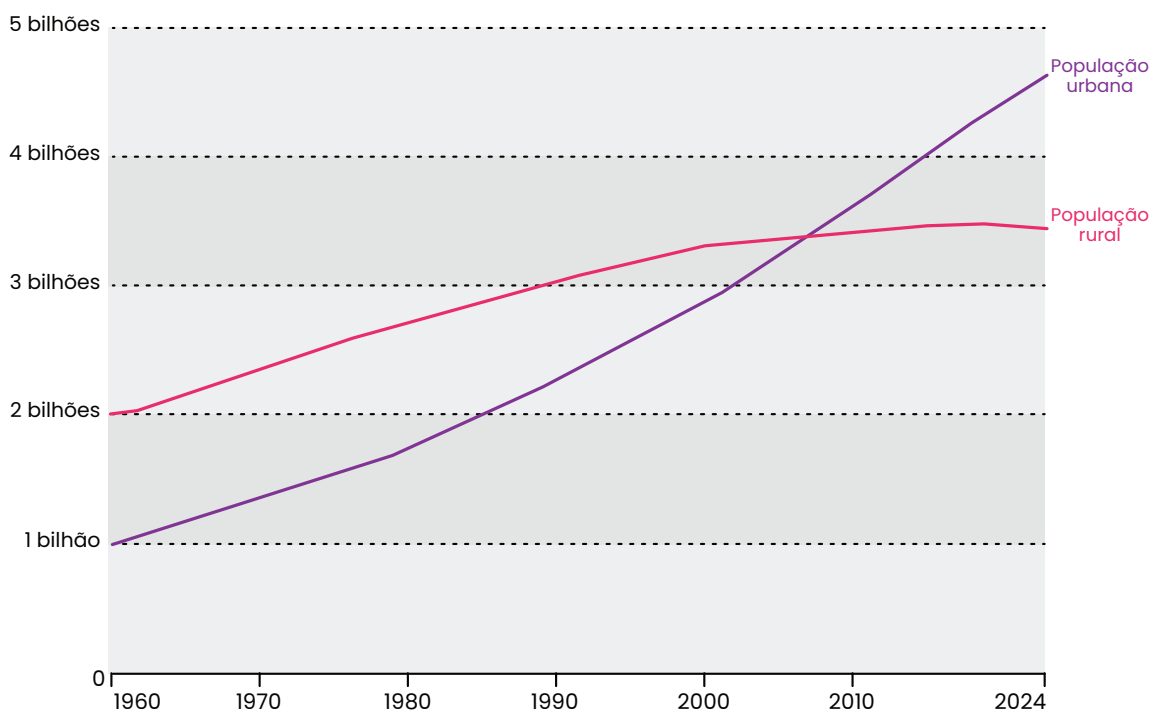
Descrição: o descarte incorreto de lixo pela cidade, a falta de saneamento básico ou até a ocupação em áreas de mananciais provocam a contaminação das águas (rios ou lençol freático), colocando em risco a saúde pública e a qualidade da água. Também pode causar contaminação dos solos, provocando sua degradação e levando à perda da capacidade agrícola, ao aumento da proliferação de animais transmissores de doenças e à elevação dos riscos de enchentes.

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

A urbanização constitui um processo socioespacial caracterizado pelo incremento proporcional da população residente em áreas urbanas em relação às zonas rurais, fenômeno que se consolidou como paradigma global a partir da Revolução Industrial no século XVIII, com epicentro no Reino Unido. Esse movimento, inicialmente restrito aos países centrais, expandiu-se progressivamente para as nações periféricas, assumindo dinâmicas heterogêneas conforme variáveis históricas, econômicas e estruturais específicas de cada contexto geopolítico.

Mundo: população urbana e rural (1960-2023)



Um marco decisivo ocorreu em 2008, quando, pela primeira vez na história, a população urbana superou a rural em escala mundial, consolidando a primazia das cidades como *locus* dominante da organização humana.

Nos **países centrais**, como Estados Unidos e na Europa, a urbanização acompanhou o desenvolvimento industrial, ocorrendo de forma gradual. Nesse caso, o êxodo rural foi impulsionado pela mecanização agrícola e pela oferta de empregos urbanos. As cidades tiveram mais tempo para serem planejadas e ocorreram investimentos em infraestrutura, como saneamento e transporte. Exemplos como Paris, reestruturada por Haussmann, e a malha ferroviária japonesa são exemplos desse planejamento, mesmo que ainda existam alguns problemas.



Gravura sobre a reconstrução de Paris sob o comando de Haussmann, por volta de 1860.

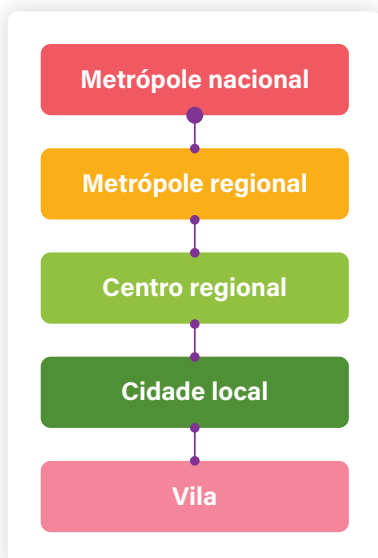
Já nos países periféricos, a urbanização começou de forma tardia, como uma consequência da industrialização, e dependente do capital externo. Decorrente desses processos, a urbanização ocorreu de forma acelerada e desordenada, impactando a infraestrutura de serviços básicos. Exemplos disso são a cidade de Lagos, na Nigéria, e São Paulo, no Brasil, que tiveram um grande crescimento, porém passam por processos como a especulação imobiliária – que promove o processo de favelização, levando dezenas de pessoas para as partes periféricas das cidades, áreas geralmente com problemas de infraestrutura, segregação socioespacial e transporte deficiente.

A compreensão da urbanização exige a análise das redes urbanas, sistemas complexos que articulam cidades por meio de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, serviços e informações, operando em escalas locais e globais simultaneamente. Essas redes estruturam-se segundo uma hierarquia urbana bem definida, na qual cada núcleo

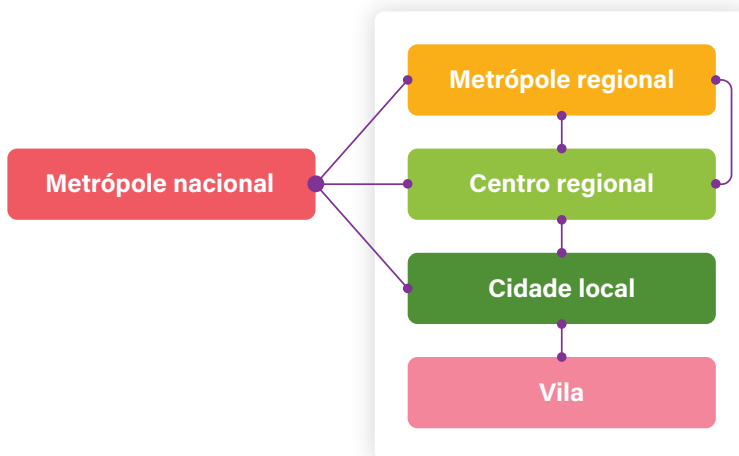
urbano ocupa uma posição específica conforme sua capacidade de influência e de polarização territorial. Enquanto metrópoles exercem funções de comando regional e global, centros locais restringem-se à provisão de bens e serviços básicos, reproduzindo assim as assimetrias do desenvolvimento espacial. No contexto brasileiro, o IBGE sistematiza essa hierarquia em cinco níveis distintos – desde metrópoles nacionais até centros locais – evidenciando a concentração desigual de funções urbanorregionais e a própria natureza centro-periférica da organização territorial nacional.

Hierarquia urbana

Esquema clássico



Esquema atual



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

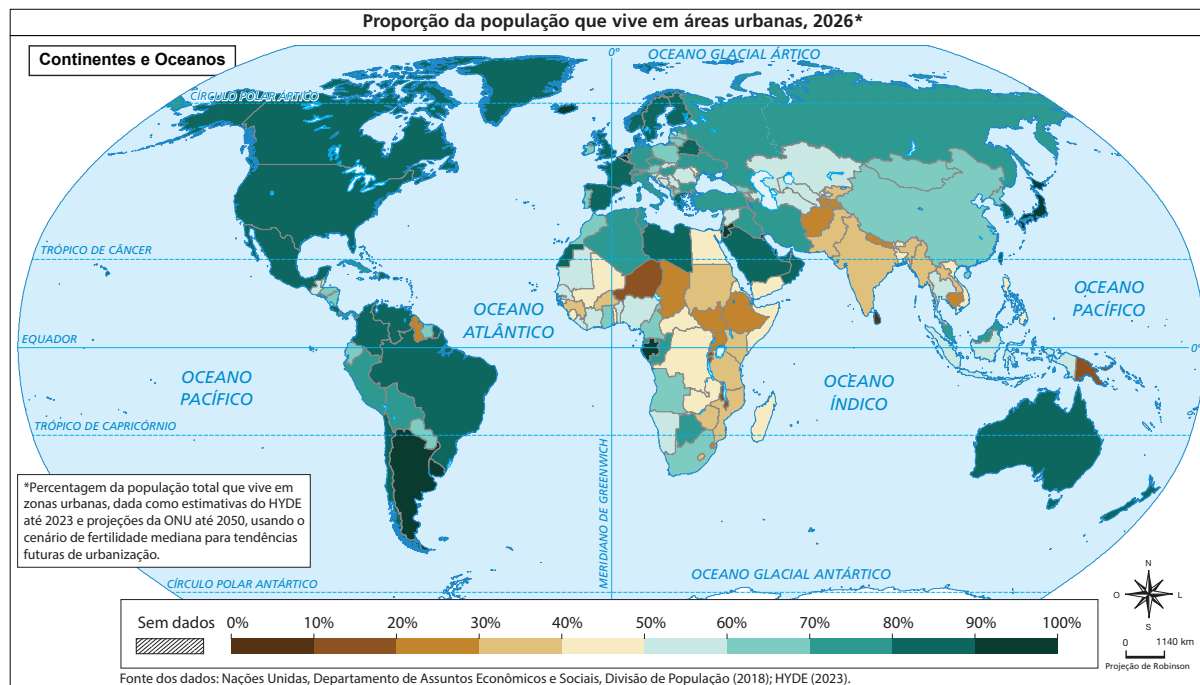
Esquema de hierarquia urbana das cidades.

É importante comparar os diferentes processos de urbanização, recordando que os países centrais tiveram uma urbanização planejada e associada ao desenvolvimento industrial, enquanto os países periféricos vivenciaram, e ainda vivenciaram, um crescimento rápido, desorganizado, e que só intensifica as desigualdades socioespaciais.

Para compreender a urbanização mundial, é preciso analisar como o espaço urbano reflete as relações de poder, econômicas e sociais em diferentes escalas.

Atividade 1

Em duplas, analisem o mapa.



- Com base na análise do mapa, escolham duas cidades, uma em um país central e outra em um país periférico.
- Pesquisem e listem duas semelhanças e duas diferenças entre seus processos de urbanização.
- Então, montem um quadro comparativo e analisem as informações encontradas. Ao final, apresente-o aos colegas e, juntos, discutam sobre as semelhanças e as diferenças entre os processos de urbanização dessas cidades.

Os estudantes podem citar diferentes aspectos na primeira questão, como:

- **países centrais:** urbanização lenta e gradual, acompanhando o processo de industrialização, além de planejar e estabelecer melhor a infraestrutura nas cidades;
- **países periféricos:** urbanização rápida e tardia, crescimento desordenado e acelerado, não havendo tempo para planejar nem estabelecer a infraestrutura em diversas localidades, levando à precarização e à favelização.

Já na segunda questão, os estudantes podem citar que a industrialização em países periféricos ocorreu de forma tardia, e muitas vezes atrelada ao capital externo. As cidades cresceram rapidamente, atraindo milhares de pessoas na busca por melhores condições de vida. Além disso, surgiram ocupações irregulares, economia informal e concentração populacional em algumas poucas metrópoles, acentuando os níveis de desigualdade e exclusão social.

Cidade	Semelhanças	Diferenças

URBANIZAÇÃO ACELERADA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

Você já estudou sobre o processo de urbanização mundial, assim como também já sabe que, nos países periféricos, esse processo ocorreu de forma acelerada.

No último século, a urbanização vem se manifestando de forma acelerada em diversas partes do mundo, principalmente em países em desenvolvimento. A globalização foi responsável por estimular os movimentos migratórios e investimentos, levando as cidades a crescerem em ritmo intenso e sem tempo adequado para o planejamento urbano. Muitas cidades cresceram tão rapidamente que deram origem a **megacidades**, definidas como centros urbanos com mais de 10 milhões de habitantes; outras chegaram a um novo nível, o de **metrópoles globais**, pois, além de excederem em tamanho populacional, passaram a exercer influência econômica, política e cultural em escala mundial.

Essas cidades tornaram-se polos de atração populacional e econômica. Podemos tomar como exemplos: **São Paulo, Cidade do México, Tóquio, Lagos e Xangai**, cada qual com uma trajetória diferente.

Xangai, na China, por exemplo, passa por crescimento acelerado, porém este ocorre de forma planejada e associada à industrialização. Já a cidade de Lagos, na Nigéria, sofre com expansão desordenada, resultando em déficit habitacional, mobilidade precária e falta de infraestrutura básica, como saneamento. Esse tipo de comparação nos leva a evidenciar que nem todas as megacidades são planejadas, nem todas são metrópoles globais. Para estas, é necessário melhorar a infraestrutura, modernizando-as, além de obter maior conectividade e centralidade nos fluxos internacionais.

As **metrópoles globais**, como Nova York, Londres, Tóquio ou a própria Xangai, apesar de terem um contingente populacional alto, conseguem se articular no âmbito político, cultural e econômico mundial. São reconhecidas por concentrarem diversas sedes

de empresas multinacionais, além de centros financeiros, hubs de transporte e instituições culturais de prestígio.

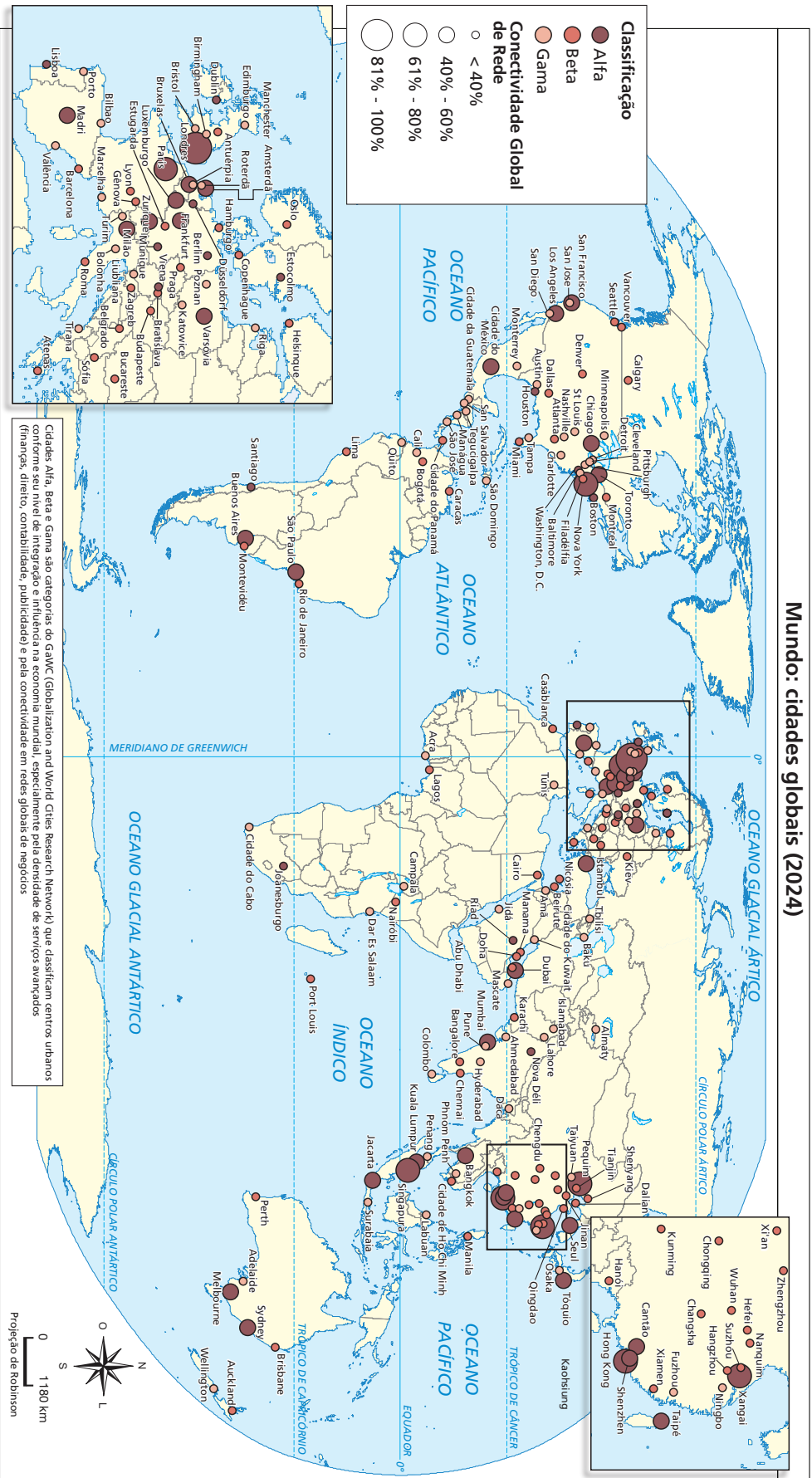
No mapa da próxima página, podemos observar que até mesmo as metrópoles globais passam por um critério de hierarquia urbana, o qual é definido por um *ranking* entre cidades alfa, beta e gama, representando apenas o nível de influência no mundo.

Apesar de serem mais planejadas ou terem maior visibilidade em âmbito global, as megacidades e as metrópoles globais compartilham **desafios urbanos**. A mobilidade urbana é um exemplo. Muitas vezes a metrópole apresenta um sistema moderno de transporte, mas, em decorrência do contingente populacional, a demanda supera a oferta, causando congestionamentos e superlotação. Outro problema é a **desigualdade socioespacial**, observada em questões de déficit habitacional, no próprio processo de favelização ou ocupação de áreas irregulares. Além disso, destacam-se os impactos ambientais, com falta de infraestrutura, além de agravamento na poluição do ar, da água e do solo.

Por outro lado, essas grandes cidades costumam se posicionar de forma mais firme ao repensar o planejamento urbano, buscando soluções para reduzir impactos e melhorar a qualidade de vida. Muitas mudanças vêm por meio do uso de tecnologias verdes e iniciativas de planejamento sustentável, em projetos tais como **cidades do futuro, cidades verdes e cidades inteligentes**, que unem inovação, infraestrutura eficiente e práticas ambientais responsáveis. Essas iniciativas visam à busca por equilíbrio no desenvolvimento e na qualidade de vida. As cidades de Masdar City, nos Emirados Árabes, planejada para ser 100% sustentável, e Songdo, na Coreia do Sul, que é uma referência em cidade inteligente, ilustram caminhos possíveis.

O estudo sobre a urbanização acelerada demonstra os contrastes entre oportunidades e desigualdades. Dessa forma, as megacidades e metrópoles globais vão refletir a complexidade do mundo atual: ao mesmo tempo em que concentram riqueza, inovação e cultura, enfrentam enormes desafios sociais e ambientais. É essencial saber que o futuro urbano depende, portanto, da capacidade de integrar planejamento, tecnologia e sustentabilidade, tornando as cidades e seus espaços melhores para toda a população.

Mundo: cidades globais (2024)



Na prática

Atividade 1

Você estudou sobre megacidades e metrópoles globais, seus impactos e como muitas cidades vêm transformando o planejamento urbano para reduzir ou eliminar problemas socioambientais. Essas cidades concentram grandes oportunidades, mas também desigualdades. A respeito disso, dividam-se em dois grupos e debatam sobre a seguinte questão:

Viver em uma cidade global é uma vantagem ou um desafio?

Um grupo deve pontuar as vantagens e o outro, os desafios. Após o debate, verifiquem se é possível entrar em consenso.

Produzam um texto, argumentando sobre as questões envolvidas, com base no debate.

Resposta pessoal. Espera-se que os estudantes consigam argumentar com base nos conteúdos estudados. Pode-se destacar como vantagens: a diversidade cultural, oferta de empregos e serviços, acesso a tecnologias, inovação etc. Já entre os desafios estão a desigualdade social, cultural e econômica, o custo de vida, a mobilidade, a poluição etc. Além disso, espera-se que os estudantes possam apontar que essas cidades de fato concentram tanto oportunidades como desafios, sendo necessárias diferentes medidas para solucionar ou minimizar os problemas urbanos.

AULA

5

PROBLEMAS URBANOS E DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

No século XX, o processo de urbanização se intensificou, levando mais da metade da população mundial para as cidades. Só no Brasil, mais de 87% da população já vive no meio urbano. Porém, esse crescimento acelerado e, muitas vezes, desordenado tem como consequência desafios sociais e ambientais.



© GETTY IMAGES

Habitações precárias e lixo – Lagos, Nigéria.

Dentre os principais problemas urbanos, destacam-se o crescimento desordenado das cidades, que resulta em ocupações em área irregulares, muitas vezes em decorrência da especulação imobiliária, e na segregação socioespacial, reforçando desigualdades no acesso a serviços e infraestrutura. Além disso, tem-se a falta de saneamento básico, que ainda afeta bilhões de pessoas pelo mundo, ampliando a vulnerabilidade dos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, além do déficit habitacional, que leva à formação de favelas, cortiços e outros tipos de assentamentos precários, como os *townships* na África do Sul.



© GETTY IMAGES

Durante o *apartheid*, na Cidade do Cabo, África do Sul, foram criados bairros (*townships*) com a ideia de concentrar a população negra, segregando-a das áreas mais abastadas e brancas.

Além desses problemas, outros também ganham destaque, como a mobilidade urbana precária, que provoca congestionamentos, além da superlotação de transportes públicos e a poluição, que compromete o meio ambiente e afeta o ar de 99% da população mundial, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Townships: são áreas urbanas historicamente marginalizadas, criadas durante o *apartheid* na África do Sul para segregar não brancos (negros, mestiços e indianos). Localizadas nas periferias das cidades, essas regiões tinham infraestrutura precária e acesso limitado a serviços básicos. Apesar do fim do *apartheid*, muitos townships ainda enfrentam desafios socioeconômicos, como desemprego e violência, embora alguns tenham recebido melhorias.



© GETTY IMAGES

Poluição do ar em Mumbai, na Índia.

Dentro desse debate, discutem-se questões como as mudanças climáticas, que colocam em destaque cidades com grande concentração de emissões de CO₂ e com áreas degradadas, que muitas vezes não são revitalizadas.

Para o combate a esses problemas, é preciso defender o direito à cidade, pois todas as pessoas devem ter acesso justo à moradia, transporte, lazer e à participação política, além da necessidade de incorporação e uso de tecnologia urbana pelas cidades. Essas questões levam à luta por um planejamento urbano mais inclusivo, com políticas habitacionais mais eficazes e investimentos em infraestrutura; além disso, a cidadania ativa, praticada por meio da participação social, pode produzir espaços urbanos mais justos, sustentáveis e democráticos.

Na prática

Atividade 1

Observe as imagens, analisando casos reais.



© GETTY IMAGES

Na Cidade do Cabo, na África, a segregação racial e urbana mantém a população negra afastada das áreas centrais.



© GETTY IMAGES

Em Mumbai, na Índia, milhares de pessoas viajam diariamente em trens lotados.



© GETTY IMAGES

Em São Paulo, moradores das periferias gastam em média 3 horas por dia para se deslocar.

A partir da análise das imagens e de suas respectivas legendas, dividam-se em grupos e respondam às questões a seguir.

1 Como a segregação socioespacial está ligada aos problemas de mobilidade urbana?

A segregação socioespacial força a população de baixa renda a morar em periferias distantes, enquanto os empregos e serviços concentram-se nas áreas centrais. Isso cria a necessidade de longos deslocamentos diários para acessar oportunidades. Essa distância é agravada pela falta de transporte público de qualidade nessas áreas, tornando a locomoção cara, demorada e ineficiente.

2 Como essas realidades impactam a população mais desfavorecida social e economicamente?

A população mais pobre sofre com a perda de horas diárias em transportes lotados, comprometendo o tempo para ficar com a família, estudar e descansar. O alto custo da passagem consome uma parte significativa da sua renda, e a dificuldade de acesso limita suas oportunidades de emprego e utilização de serviços essenciais. Essa rotina exaustiva também prejudica a saúde física e mental.

3 Quais soluções você proporia para tornar a mobilidade dessas cidades mais justa e inclusiva?

É essencial investir em transporte público de massa (metrô, BRT) que conecte as periferias de forma rápida, com tarifas justas ou subsídios. Além disso, é preciso promover moradias populares em áreas centrais e desenvolver as periferias com empregos e serviços. Incentivar a mobilidade ativa (bicicletas, caminhada) e incluir a comunidade no planejamento são fundamentais.

AULA

6

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS CIDADES

Resumo

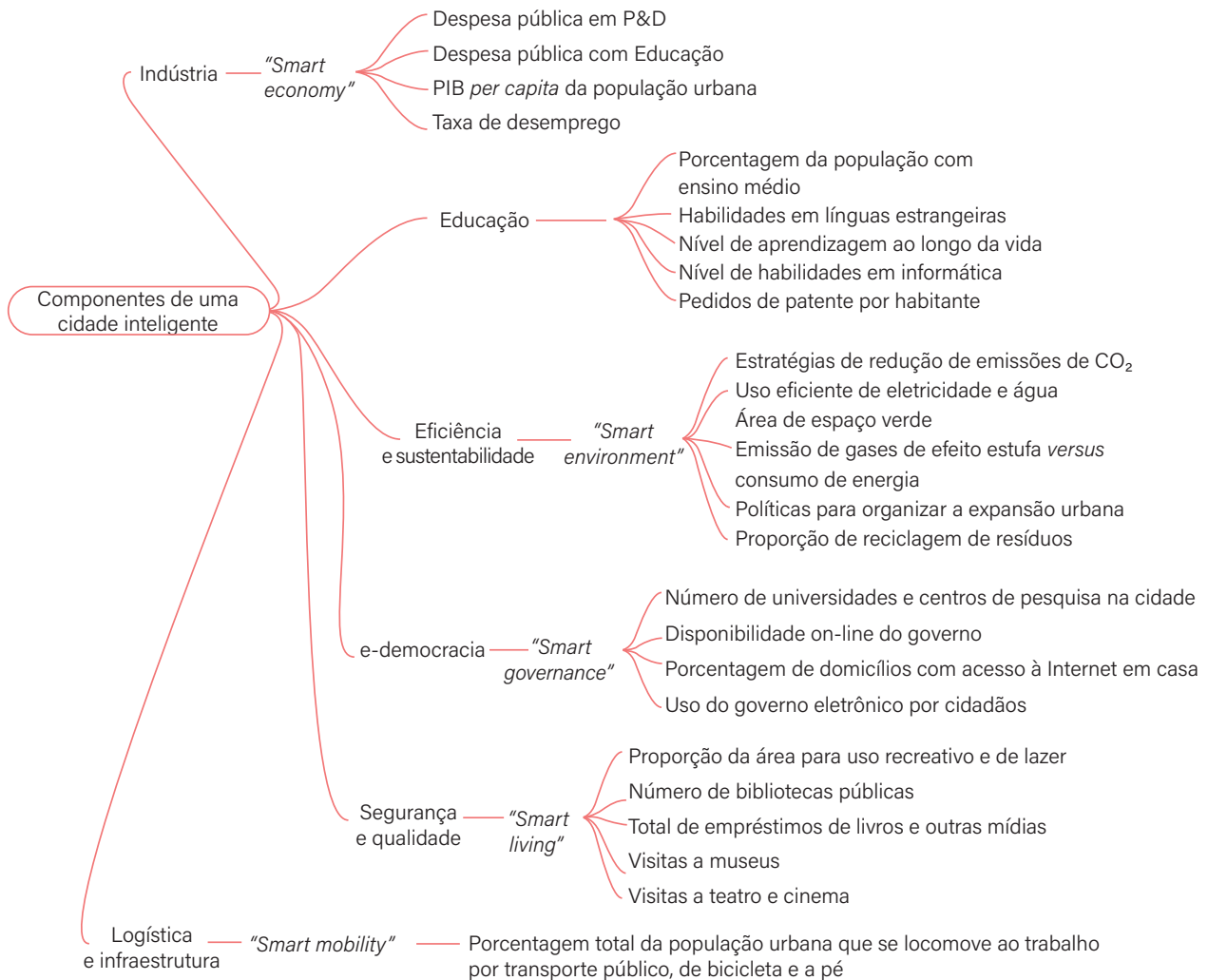
Extra: Caderno de Exercícios – Cidades, urbanização e cidadania

No último século, as cidades se transformaram em centros de diversidade cultural, de conectividade e de inovação. No entanto, ao mesmo tempo, novos desafios surgiram relacionados à desigualdade social, à mobilidade e ao meio ambiente. Como você já estudou, o crescimento desordenado, associado a um processo de especulação imobiliária e de gentrificação, acabou dividindo a cidade em áreas nobres e precárias, em centro e periferia. Com isso, ocorreu o processo de favelização, que reforçou ainda mais as desigualdades existentes, pois produziu habitações precárias em áreas irregulares, com déficit de mobilidade.

Além disso, a poluição do ar, a ocorrência de inundações e a precariedade do sistema de saneamento básico colocam em risco todos os dias a saúde pública e a sustentabilidade ambiental. É nesse cenário que surgem as cidades inteligentes (*smart cities*), que fazem uso da tecnologia alinhada ao progresso social e ambiental. Cidades como Cingapura, Barcelona e Helsinque são casos de sucesso e mostram que a tecnologia pode ser uma aliada na redução de problemas urbanos, desde que utilizada de forma inclusiva, com transparência e eficiência administrativa.

Confira, a seguir, a imagem que representa os componentes e dimensões de análise de uma cidade inteligente, mostrando que uma *smart city* não se limita à tecnologia, mas envolve diferentes áreas interligadas.

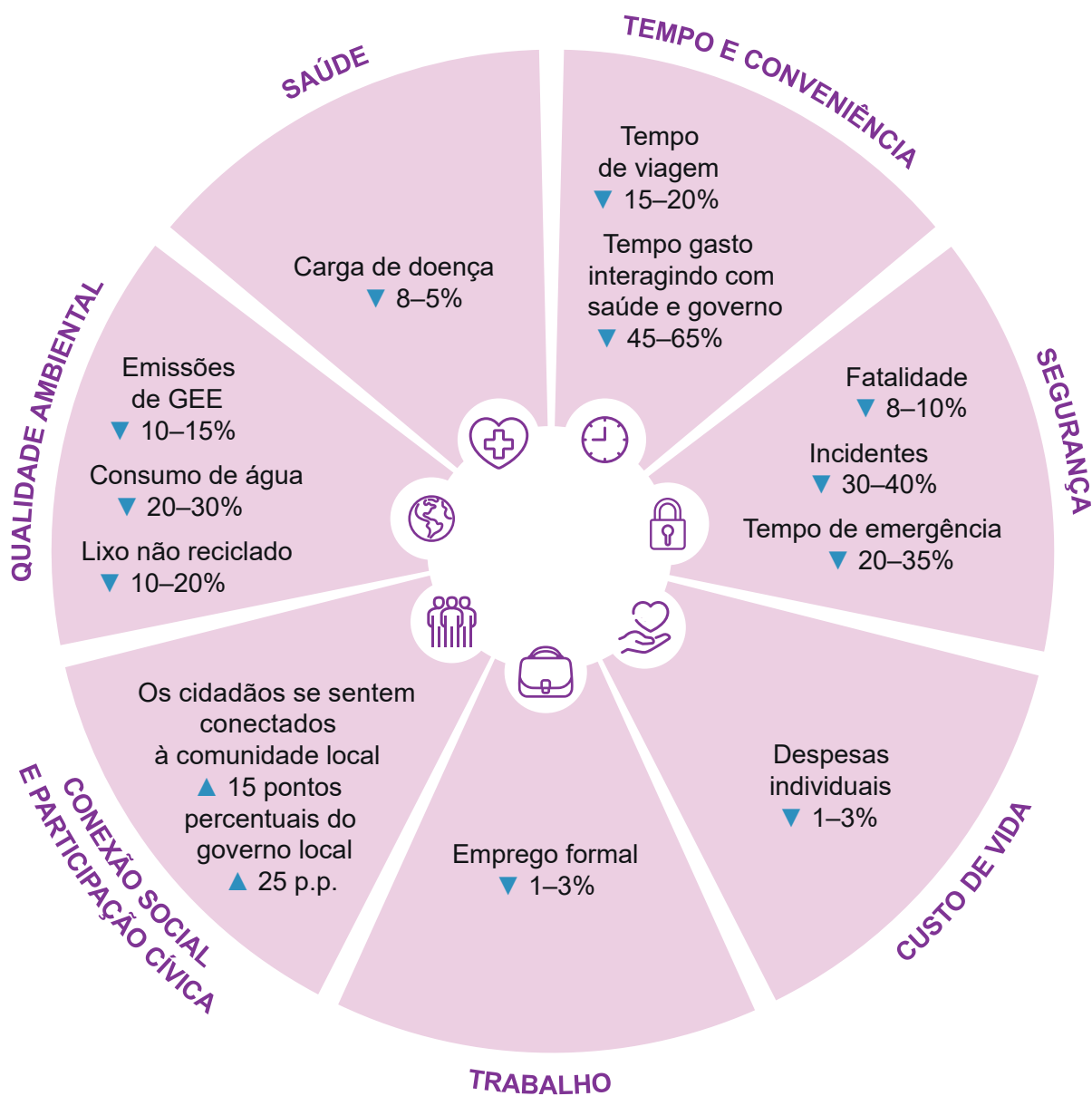
Medidas e dimensões de análise de uma *smart city*.



LOPES, LEITE, 2021; LOMBARDI ET AL., 2012. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

As *smart cities* surgiram como solução para diferentes desafios urbanos, tornando-se cada vez mais importantes e exemplos de inovação, inclusão social e sustentabilidade. Essas cidades passaram a introduzir sensores que monitoram a qualidade do ar, transporte coletivo eletrificado, iluminação pública inteligente e até sistemas de coleta de lixo automatizados, elevando a qualidade de vida de toda a população e melhorando indicadores de diversas áreas, como podemos ver na imagem apresentada.

A adoção de medidas tecnológicas inteligentes pode melhorar indicadores de diversas áreas.



GRUPO QUANTA, 2021. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

Por fim, é importante pontuar que essa transformação não é simples. Realizar uma transformação tecnológica pode custar caro e aprofundar desigualdades, visto que muitas pessoas podem não ter acesso às redes e serviços, permanecendo, assim, marginalizadas durante o processo. Uma cidade, para ser inteligente, precisa alinhar inclusão, governança e sustentabilidade. E a sua cidade? É uma *smart city*?

Atividade 1

Produção textual

Pesquise se há *smart cities* no Brasil. Em seguida, produza um texto sobre quais são os caminhos necessários para transformar uma cidade em uma *smart city*, utilizando dados da pesquisa como fonte para fundamentar seus argumentos.

Resposta pessoal. Auxilie os estudantes na pesquisa por cidades inteligentes, com destaque para as 10 mais inteligentes em 2024: Florianópolis, Vitória, São Paulo, Curitiba, Niterói, Balneário Camboriú, São Caetano do Sul, Belo Horizonte, Barueri e Salvador.

Em seguida, defina como deverá ser a produção textual, em formato narrativo ou investigativo, determinando que os estudantes façam uso das informações encontradas para enriquecer o texto e se basear em evidências.

TRANSFORMAÇÕES E CONTRASTES NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

O espaço agrário começou a se formar no período colonial, e foi marcado pela concentração fundiária e por uma dualidade estrutural entre pequenas e grandes unidades de produção. Nesse período, a Coroa portuguesa distribuiu terras em capitâncias hereditárias, consolidando o sistema de *plantations* em grandes extensões de terra e a força de trabalho escravizada. Em 1850, foi instaurada a Lei de Terras, impedindo a aquisição de terras por via de ocupação, ocorrendo agora apenas a partir da compra. Após a abolição, percebe-se que a lei apenas reforçou a exclusão e a desigualdade, visto que a Lei Áurea não ofereceu políticas de suporte aos ex-escravizados.

Por volta de 1945, iniciaram-se os primeiros movimentos que reivindicavam melhorias no campo, a partir de uma efetivação da função social da terra e da reforma agrária. Essa luta ocorreu por movimentos sociais conhecidos como Ligas Camponesas, perdurando por 10 anos. Em 1964, instaurou-se o regime ditatorial (1964-1985), que reprimiu os movimentos sociais dos trabalhadores rurais e criou o Estatuto da Terra, com a finalidade de regular a posse e o uso da terra, atribuindo a função social da propriedade, porém expandindo a concentração de terras.

Nos anos de 1960 e 1970, ocorreu a modernização do campo por meio da Revolução Verde, associada aos processos de industrialização e urbanização.



Nesse período, o êxodo rural se acentuou, reforçando a estrutura fundiária de latifúndios com produção voltada ao mercado externo. Além disso, dois modelos de produção se consolidaram, o agronegócio e a agricultura familiar.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que estabeleceu critérios para a desapropriação de terras improdutivas e incluiu a preservação ambiental e social, com respeito às relações de trabalho e à promoção do bem-estar social, porém sem grandes novidades a respeito da reforma agrária.

Na atualidade,

[...] o Brasil é um dos principais *players* globais no comércio de produtos agrícolas e pecuários, sendo um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Vários fatores contribuem para a posição de destaque do agronegócio brasileiro no mercado internacional. [...]

No entanto, o agronegócio brasileiro também enfrenta desafios e questões críticas. [...]

QUINTAM, C. P. R.; ASSUNÇÃO, G. M. Perspectivas e desafios do agronegócio brasileiro frente ao mercado internacional. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v.4, n.7, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/download/3641/2574/23017>. Acesso em: 16 out. 2025.

O agronegócio está associado à concentração de terras, ao uso intensivo de agroquímicos e à pressão sobre ecossistemas naturais, que colocam em debate as práticas e políticas públicas, visando garantir maior sustentabilidade a esse modelo. Em contrapartida, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na segurança alimentar e na proteção do meio ambiente, visto que muitas de suas práticas são tradicionais e não fazem uso de insumos ou agroquímicos.

É importante frisar que os impactos ambientais ocorrem principalmente quando a prática é realizada de forma inadequada, sem levar em conta critérios essenciais para a produção e desalinhadas às dinâmicas naturais, como:

- desmatamento;
- queimadas;
- conversão de ecossistemas em áreas cultivadas;
- irrigação;
- uso de agroquímicos;
- processos erosivos etc.

Atividade 1

Leia o trecho a seguir e responda às questões.

A agricultura no Brasil desempenha um importante papel na economia e na sociedade brasileira, sendo um dos principais motores de desenvolvimento.

Com suas vastas extensões de terras agricultáveis e climas variados, o Brasil se tornou uma potência agrícola global, responsável por uma significativa parcela da produção mundial de alimentos, fibras e bioenergia. Dentro desse contexto, destacam-se dois modelos de produção distintos: a agricultura familiar e o agronegócio.

[...]

A agricultura familiar e o agronegócio são pilares da economia brasileira, sendo responsáveis por produzir alimentos e gerar riquezas nos mercados nacional e internacional. Além disso, ambos os setores desempenham um papel crucial no desenvolvimento social, especialmente em áreas rurais. [...]

AGRICULTURA familiar e o agronegócio no Brasil. **Mais Agro**, 24 set. 2025. Disponível em: <https://maisagro.syngenta.com.br/tudo-sobre-agro/agricultura-familiar-e-o-agronegocio-no-brasil/>. Acesso em: 16 out. 2025.

1 Descreva duas características do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil.

Os estudantes podem citar:

agronegócio: produção em larga escala, forte mecanização, produção de *commodities*, mercado externo, emprego de mão de obra assalariada e altamente especializada, alta produtividade por hectare, uso intensivo de agroquímicos, concentração de grandes propriedades de terra;

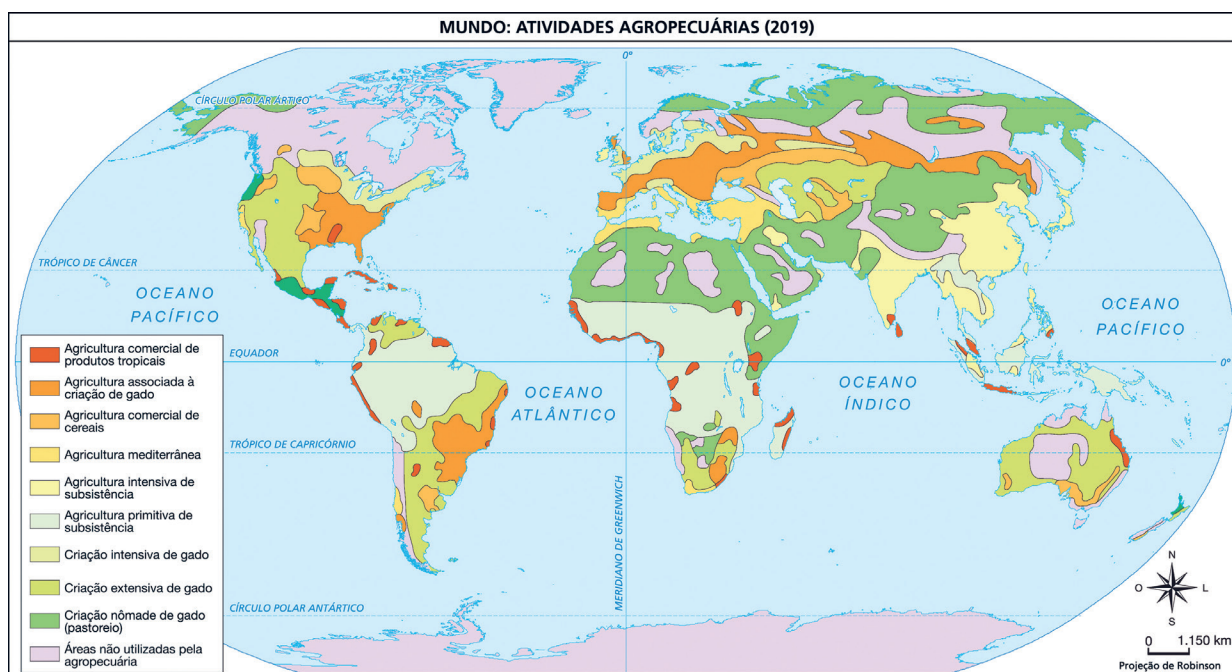
agricultura familiar: produção em pequenas e médias propriedades, diversificação de cultivos, mercado interno, emprego de mão de obra familiar, produção de alimentos básicos para consumo interno, uso de métodos tradicionais ou agroecológicos.

MODELOS AGRÍCOLAS EM CONTRASTE

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

A agricultura global apresenta sistemas produtivos distintos, reflexo de adaptações climáticas, históricas e socioeconômicas. Enquanto o agronegócio se consolida como motor do desenvolvimento econômico, seu avanço enfrenta críticas relacionadas ao desmatamento, ao uso intensivo de defensivos agrícolas e à concentração de terras. Esses desafios exigem a integração de políticas públicas que conciliem produtividade com sustentabilidade, como a regularização fundiária, incentivos à agricultura de baixo carbono e programas de assistência técnica para pequenos produtores. Paralelamente, a agricultura familiar destaca-se por seu papel estratégico na segurança alimentar, na manutenção da agrobiodiversidade e na redução das desigualdades rurais, fatores essenciais para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo.



Modelos como a agricultura itinerante, dependente de queimadas e com baixa produtividade, ilustram os limites das técnicas rudimentares, ainda que estas estejam culturalmente enraizadas em comunidades tradicionais. Já o terraceamento, utilizado principalmente em regiões montanhosas da Ásia, demonstra como soluções ancestrais podem minimizar a erosão, embora demandem alto investimento em mão de obra. Contrastando com esses sistemas, os cinturões verdes (zonas agrícolas periurbanas) mostram a viabilidade de mercados locais, reduzindo custos de transporte e fortalecendo economias regionais.

A revolução biotecnológica, com cultivos transgênicos e a agricultura de precisão (4.0), elevou a produtividade, mas ampliou debates sobre a dependência de insumos externos e o acesso desigual à tecnologia, que incorpora inteligência artificial e a IoT no campo, prometendo eficiência no uso de recursos hídricos e energéticos, porém sua adoção esbarra na exclusão digital de pequenos agricultores. Nesse contexto, a agroecologia surge como contraponto, valorizando práticas orgânicas e circuitos curtos de comercialização que dispensam intermediários e aumentam a renda local.

A coexistência entre modelos antagônicos, como o agronegócio exportador e a agricultura familiar, demanda políticas diferenciadas. Para o primeiro, é urgente a adoção de certificações socioambientais e a recuperação de áreas degradadas. Para o segundo, o crédito rural acessível e a capacitação em gestão são fundamentais. Exemplos como o programa brasileiro ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono) mostram que sinergias são possíveis ao financiar sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta, que sequestram carbono e diversificam renda.

O futuro da agricultura dependerá da capacidade de harmonizar inovação com justiça socioambiental. Se por um lado a tecnologia é indispensável para alimentar uma população crescente, por outro, sua democratização e a valorização de saberes tradicionais serão fundamentais para evitar a perpetuação de assimetrias. A equação ideal passa, portanto, por políticas públicas que incentivem a transição ecológica sem sacrificar a competitividade, garantindo que o desenvolvimento rural seja sinônimo de equidade. Fica, porém, a questão: é possível democratizar o acesso à tecnologia e evitar a ampliação das desigualdades no campo?

Atividade 1

Agricultura familiar e agronegócio são dois pilares indispensáveis da produção agrícola no Brasil.

Enquanto a agricultura familiar foca a produção de alimentos básicos e a preservação de práticas tradicionais, o agronegócio se destaca pela produção em larga escala e pelo uso de tecnologias avançadas.

Integrar essas modalidades pode promover um desenvolvimento rural equilibrado e sustentável, o que gera benefícios econômicos e sociais para as comunidades.

AGRICULTURA Familiar e Agronegócio: tradição e inovação. **E-plan**, 24 set. 2024. Disponível em: <https://eplanprojetos.com.br/blog/agricultura-familiar-e-agronegocio/>. Acesso em 1 dez. 2025.

- 1 Quais são os principais desafios socioambientais associados ao agronegócio e como esse setor pode, simultaneamente, atuar como impulsionador do desenvolvimento econômico nacional, desde que integrado a práticas sustentáveis e políticas de inclusão produtiva?

O agronegócio enfrenta desafios, como degradação ambiental (desmatamento, uso intensivo de agroquímicos) e concentração fundiária, mas pode impulsionar o desenvolvimento econômico mediante ganhos em produtividade e balança comercial, desde que adote modelos sustentáveis (agricultura de baixo carbono, ILPF) e políticas que integrem pequenos produtores às cadeias de valor, equilibrando eficiência e equidade.

- 2 Quais são os fundamentos socioeconômicos, ambientais e políticos que justificam a importância estratégica da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável, e como a manutenção e o fortalecimento desse modelo podem impactar positivamente a segurança alimentar, a conservação de agroecossistemas e a equidade rural?

A agricultura familiar apoia o desenvolvimento sustentável por sua capacidade de criar emprego local, preservar saberes tradicionais e promover sistemas agroecológicos, reduzindo impactos ambientais. Seu fortalecimento amplia a segurança alimentar (produção diversificada e de proximidade), conserva a biodiversidade e reduz desigualdades rurais, sendo vital para políticas de justiça socioambiental e soberania alimentar.

A ONU E OS DESAFIOS DO CENÁRIO AGRÁRIO MUNDIAL

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenha um papel central na coordenação de políticas globais para a erradicação da fome, a segurança alimentar e a agricultura sustentável. Por meio de agências especializadas, como a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a ONU fomenta transformações sistêmicas para garantir o direito humano à alimentação, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em escala mundial, podem ser citados diversos projetos que foram reconhecidos pela ONU e alinham a questão de restauração ambiental à segurança alimentar, como:

- pacto trinacional da Mata Atlântica entre Brasil, Paraguai e Argentina;
- restauração marinha Abu Dhabi nos Emirados Árabes Unidos;
- Grande Muralha Verde na África;
- rejuvenescimento do Rio Ganges na Índia;
- iniciativa Shan-Shui na China.

Apesar de a produção global de alimentos ser suficiente para nutrir toda a população, um paradoxo persiste: em 2023, a FAO reportou que 735 milhões de pessoas ainda enfrentavam a fome. Essa realidade decorre de fatores multidimensionais, incluindo a distribuição desigual, o desperdício, disparidades socioeconômicas, degradação ambiental, mudanças climáticas e conflitos armados. Nesse contexto, a ONU e a FAO preconizam a transição para modelos produtivos resilientes, como a agroecologia e os sistemas agroflorestais, que mitigam impactos ambientais e promovem a soberania alimentar.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2) visa erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável até 2030. Ele propõe garantir o

acesso universal a alimentos nutritivos, bem como também dobrar a produtividade e a renda dos pequenos agricultores. A meta envolve a adoção de práticas agrícolas resilientes que protejam os ecossistemas e a biodiversidade genética. Dessa forma, o ODS 2 conecta a luta contra a desnutrição à necessidade de um sistema produtivo que seja, ao mesmo tempo, justo socialmente e ecologicamente responsável.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

2

Fome zero e agricultura sustentável

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



REPRODUÇÃO/NAÇÕES UNIDAS BRASIL, [SDI]

O Brasil, um dos maiores produtores agrícolas do mundo, exemplifica essa complexidade. O país é referência por programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o de Alimentação Escolar (PNAE), além de políticas de fomento à agricultura de baixo carbono (Plano ABC+). Mesmo com tais iniciativas, contudo, 21,6 milhões de domicílios brasileiros viviam em insegurança alimentar em 2023. A recente saída do país do Mapa da Fome em 2025 reflete o impacto positivo do fortalecimento dessas políticas e do apoio à agricultura familiar.

Quem passa fome no Brasil?

Características da população que enfrenta **insegurança alimentar grave**

Insegurança alimentar grave: situação **equivalente à fome**, quando moradores de uma casa sofrem **grave redução na quantidade e na variedade de alimentos** disponíveis, e por vezes **passam dias completos sem ter o que comer**.

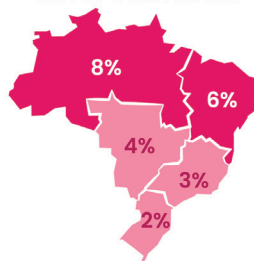
58,6 % são mulheres



58,1 % são pardos



Maior prevalência nas regiões **Norte e Nordeste**



79% têm renda familiar de até **1 salário mínimo**



50%

46%

têm o **ensino fundamental incompleto**

MENDES/BBC NEWS BRASIL, 2024. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

Em âmbito global, projetos que integram restauração ambiental e segurança alimentar são reconhecidos pela ONU como estratégias vitais. O alcance da meta "Fome Zero" exige, portanto, uma profunda reestruturação dos sistemas de produção e consumo, a redução de desperdícios e a valorização de práticas sustentáveis, reforçando o compromisso coletivo com a equidade e o futuro do planeta.

Na prática

Atividade 1

Em grupos, sorteiem um desafio:

- mudanças climáticas;
- uso de defensivos;
- desigualdade na distribuição de alimentos;
- acesso à terra.

Em seguida, listem dois problemas e duas soluções possíveis.

Ao final, cada grupo deverá apresentar as soluções propostas e discutir se sua aplicação serve local ou mundialmente, exigindo cooperação internacional.

Mudanças climáticas:

• redução da produtividade agrícola por secas prolongadas. • aumento da incidência de pragas e doenças.

Solução: • adoção de técnicas de irrigação eficiente. • desenvolvimento de sistemas sustentáveis, como agroecologia.

Uso de agroquímicos:

• contaminação do solo e da água. • aumento de problemas de saúde.

Solução: • incentivos à produção por sistemas agroecológicos e orgânicos. • regulamentações mais rigorosas e fiscalização.

Desigualdade na distribuição de alimentos:

• concentração da oferta de alimentos em países importadores. • desperdício de alimentos na cadeia produtiva.

Solução: • investimento em sistemas de armazenamento e transporte. • implementação de políticas de distribuição solidária e programas para compras de alimentos para populações mais vulneráveis.

Acesso à terra: • acesso restrito à terra por pequenos agricultores e comunidades tradicionais.

Solução: • políticas de reforma agrária e regularização fundiária que ampliem o acesso à terra.

AULA 10

O AGRONEGÓCIO E A EXPANSÃO DAS NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

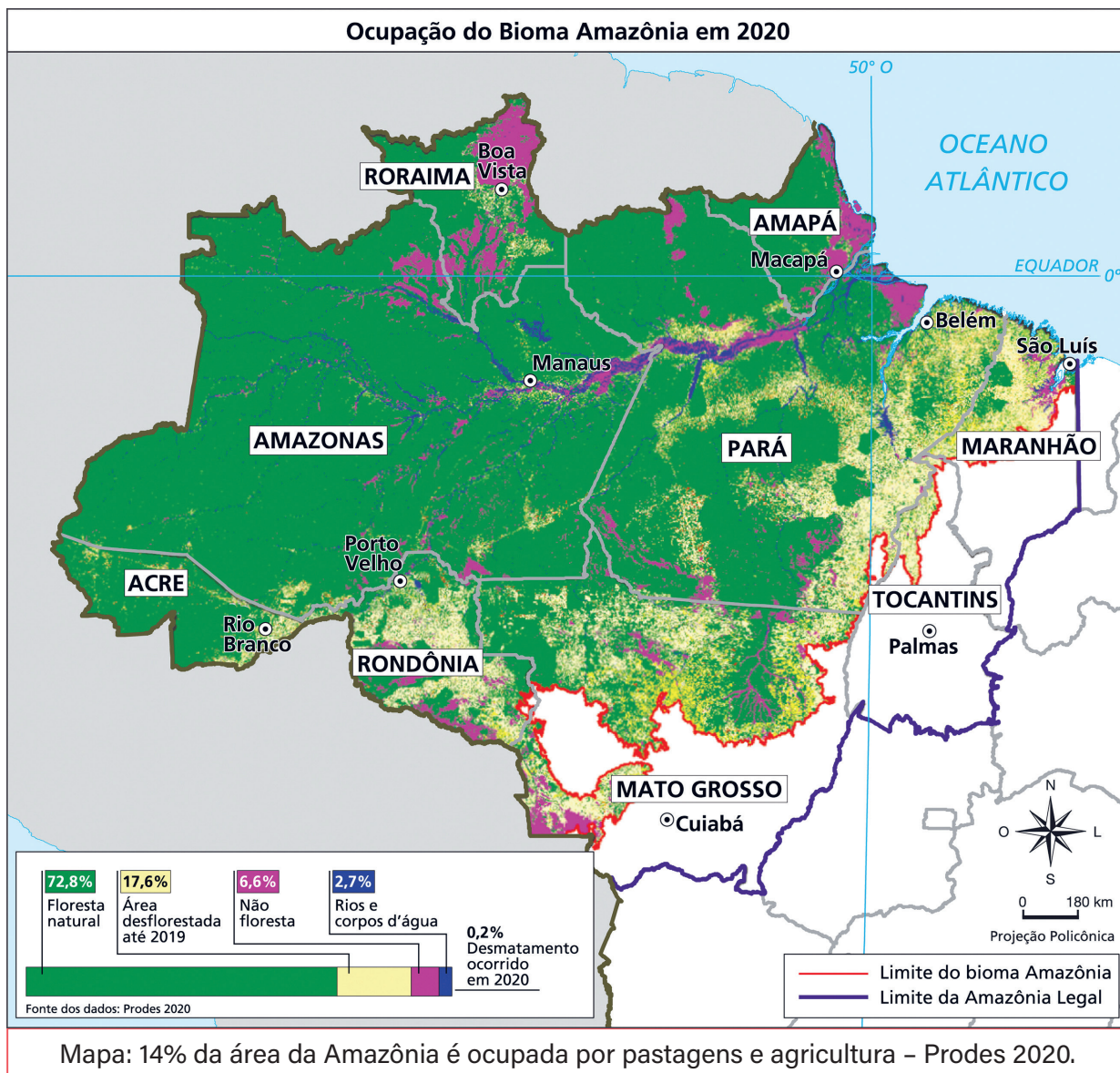
O agronegócio é um dos pilares da economia brasileira e, com a inovação tecnológica, o país tornou-se um dos maiores exportadores de alimentos. Grande parte desse crescimento decorre da expansão das fronteiras agrícolas, áreas onde havia pouca ou nenhuma presença de atividades agropecuárias e que passaram a ser ocupadas com tal finalidade. Embora essa expansão impulse o crescimento econômico, também acaba por agravar problemas socioambientais.



REPRODUÇÃO/WIKIMÉDIA COMMONS

Cultivo de soja em Tangará da Serra (MT).

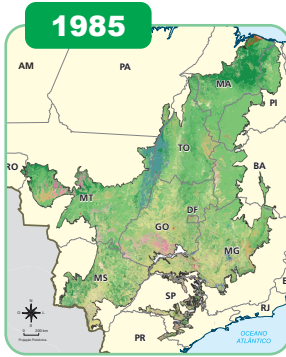
A Amazônia foi e continua sendo uma dessas fronteiras, o que causa grande impacto na região com desmatamento, erosão e poluição hídrica. Dentro da região amazônica, outras fronteiras vão sendo renomeadas, como é o caso da **Amacro**, que abrange parte dos territórios do **Acre, Amazonas e Rondônia**. Nessa fronteira, vem ocorrendo o avanço do desmatamento, além de conflitos fundiários e pressão sobre comunidades tradicionais.



PIVETTA/REVISTA PESQUISA FAPESP, 2024. PRODUIDO PELA SEDUC-SP

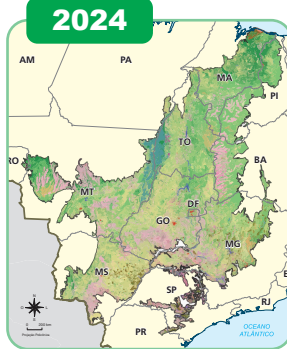
Outro exemplo de fronteira agrícola é o **Cerrado**, que há décadas também já vem sendo transformado pela atividade agrícola. Esse bioma só passou a ser usado pela atividade agrícola por conta dos avanços da modernização. De 1985 a 2024, mais de 40 milhões de hectares de vegetação nativa foram suprimidos, e quase metade de sua área atual é ocupada pela atividade humana.

Histórico da cobertura e uso da terra no Cerrado (1985-2024)



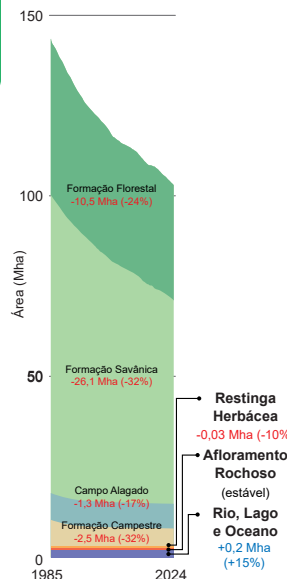
Agricultura foi o uso da terra que proporcionalmente mais expandiu no bioma desde 1985 (+22,1 Mha ou +533%)

A Formação Savânica foi o tipo de cobertura da terra que mais perdeu área em 40 anos (-26,1 Mha ou -32%)

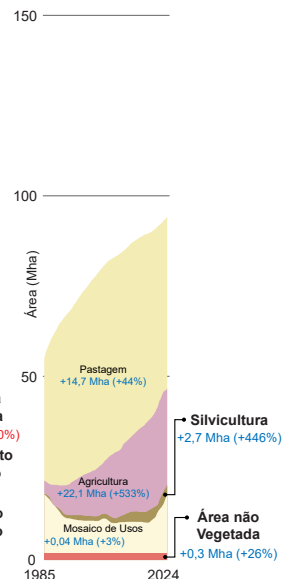


Foram perdidos 40,5 Mha (-28%) de vegetação nativa em 40 anos, o equivalente a 1,4 vez a área do estado da Bahia

Vegetação Nativa



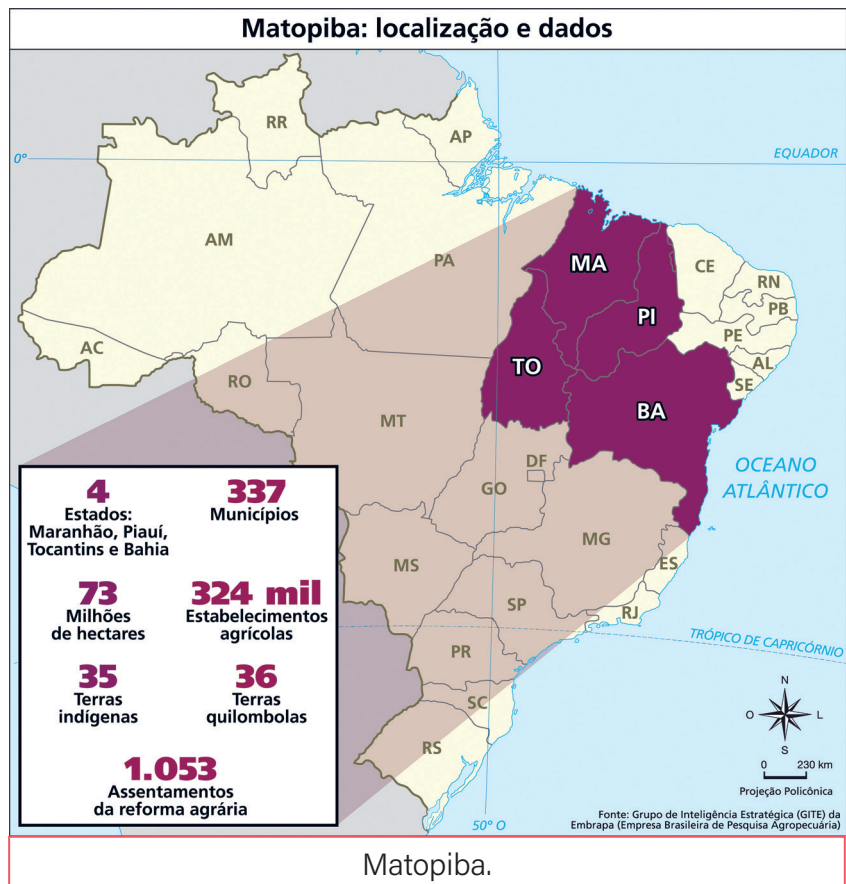
Uso Antrópico



Cobertura e uso da terra no Cerrado (1985-2024).

MAPBIOMAS, 2025. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Dentro desse bioma, há também uma área que é considerada a última fronteira agrícola, que ocupa parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, conhecida como **Matopiba**. Nos últimos anos, vem recebendo grandes investimentos, que impulsionaram a produção de fibras e grãos. Paralelamente a essas mudanças, as lavouras provocam profundas transformações socioambientais, que colocam em xeque o desenvolvimento sustentável no país.



Matopiba.

VEIRA FILHO/ÍPEA, 2016. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

De um lado, há crescimento econômico, geração de empregos e a posição estratégica do Brasil no mercado mundial; de outro, a degradação ambiental, os conflitos por terra e a pressão sobre comunidades tradicionais. A expansão agrícola nas regiões do **Matopiba e Amacro** enfrenta significativos desafios, principalmente os logísticos, como a precariedade das rodovias e a escassez de ferrovias e hidrovias eficientes. Por isso, são necessárias políticas públicas que promovam investimentos em infraestrutura multimodal, com destaque para a conclusão de corredores ferroviários, como a **Ferrogrão**, e a modernização de hidrovias estratégicas, associados a programas de apoio à agricultura familiar, sendo ainda fundamental fortalecer mecanismos de governança participativa, garantindo que o desenvolvimento econômico beneficie igualmente pequenos, médios e grandes produtores, sem acentuar as desigualdades regionais existentes.

O país precisa ainda investir em práticas sustentáveis e garantir que todos tenham acesso a elas, por meio da promoção da educação ambiental, do incentivo à preservação e da adoção de políticas públicas para conservação.

Ferrogrão: é um projeto de ferrovia para ligar Sinop (MT) a Miritituba (PA), com o objetivo de escoar a produção agropecuária do Centro-Oeste para o Arco Norte do país. O projeto enfrenta disputas judiciais, principalmente relacionadas a impactos ambientais e indígenas no traçado que corta o Parque Nacional do Jamanxim.

Na prática

Atividade 1

Você já sabe que o agronegócio é dependente de tecnologia, como a agricultura de precisão, o uso de irrigação eficiente e o monitoramento via satélite, e que essa tecnologia é fundamental na conciliação do aumento produtivo e da redução de impactos no meio ambiente.

A expansão agrícola no Matopiba e na Amacro depende de infraestrutura logística para escoamento da produção. Discuta os desafios e as políticas públicas necessárias para viabilizar essa integração sem agravar desigualdades regionais.

A expansão agrícola no Matopiba e Amacro enfrenta desafios logísticos críticos, como rodovias precárias, falta de ferrovias e armazenagem insuficiente, elevando custos e desigualdades. Políticas públicas devem priorizar infraestrutura multimodal (Ferrogrão, hidrovias) e inclusão produtiva, com apoio a pequenos agricultores e industrialização local, evitando concentração de benefícios. A governança participativa e o planejamento territorial sustentável são essenciais para equilibrar crescimento econômico e equidade regional.

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas



A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento agrícola, atuando como **motor de inovação, produtividade e sustentabilidade**. Ela impulsiona o agronegócio, criando tecnologias para enfrentar desafios como mudanças climáticas e segurança alimentar.

Principais contribuições

- **Produtividade:** desenvolve sementes e técnicas mais eficientes, usando menos recursos para maior produção.
- **Sustentabilidade:** reduz impactos ambientais com controle biológico e uso otimizado de água e solo.
- **Tecnologia:** agricultura de precisão, drones e IA melhoram o gerenciamento das lavouras.
- **Melhoramento genético:** cria plantas mais resistentes a pragas e variações climáticas.
- **Competitividade:** mantém o Brasil como líder em exportações agrícolas.

No Brasil, a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)** é essencial nesse processo, garantindo uma agricultura **moderna e sustentável**. A pesquisa contínua é a chave para alimentar o mundo sem esgotar nossos recursos.



Colheitadeira de algodão, Mato Grosso do Sul, 2008.

Na prática

Atividade 1

Nesta aula, vamos iniciar uma pesquisa sobre o mercado agrícola local, regional e mundial, com foco na produção de um **seminário**. Para isso, a turma será dividida em grupos.

Em seguida, o professor sorteará um dos temas a seguir para pesquisa:

- questão agrária e movimentos sociais no campo;
- modernização do campo (Revolução Verde);
- defensivos agrícolas no Brasil: uso, impactos e regulação;
- mercados globais e o papel do Brasil como potência agrícola;
- o êxodo rural e a urbanização do campo.

Instrumentos de pesquisa

Após determinar os grupos e sortear os temas, é importante mencionar as fontes estatísticas para a pesquisa. Pesquisem sempre em *sites* confiáveis, como órgãos oficiais e institutos de pesquisa.

- IBGE: Censo Agropecuário (2017), Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal;
- Embrapa: pesquisas, artigos, Atlas do Agrotóxico e outros estudos;
- ONU/FAO: dados globais, balanços do comércio, pesquisas e dados sobre produção e alimentos;
- IPEA: artigos e estudos técnico-científicos;
- Universidades: estudos e artigos técnico-científicos.

Organizando as informações por temas

Antes de iniciar uma pesquisa, é essencial definir o que se quer estudar sobre o tema. A seguir, há alguns pontos que podem guiar o seu caminho.

Estrutura agrária e movimentos sociais no campo

- Análise da distribuição de terras no Brasil, o acesso à terra, a importância da reforma agrária e os movimentos de luta por terra.

Modernização do campo (Revolução Verde)

- Explicar o aumento da produção agrícola por meio da modernização tecnológica, como sementes geneticamente modificadas e os impactos socioeconômicos dessa modernização.

Defensivos agrícolas no Brasil: uso, impactos e regulação

- Investigar o uso de agroquímicos e em quais produtos as regulamentações legais e políticas de fiscalização existem, além dos impactos socioambientais.

Mercados globais e o papel do Brasil como potência agrícola

- Analisar a inserção do Brasil no comércio mundial, observando sua participação na produção, na exportação e seus principais parceiros.

O êxodo rural e a urbanização do campo

- Explicar o aumento da migração campo-cidade, suas causas e impactos, além das transformações socioeconômicas nas regiões rurais.

Mãos na massa!

Agora que vocês já possuem o tema e uma ideia de roteiro, chegou a hora de pesquisar! Organizem os dados e produzam uma apresentação de 10 minutos.

Lembrem-se de incluir imagens, gráficos, mapas e suas referências.

Além disso, realizem uma pequena pesquisa sobre os demais temas e criem ao menos uma questão para cada tema, visando ampliar os conhecimentos após as apresentações dos colegas!

As respostas são pessoais. Os estudantes podem elaborar um rascunho com os pontos que consideram essenciais na pesquisa, estabelecendo os *sites* de pesquisa e fontes de informação.

O BRASIL NO CENÁRIO AGRÍCOLA

Resumo

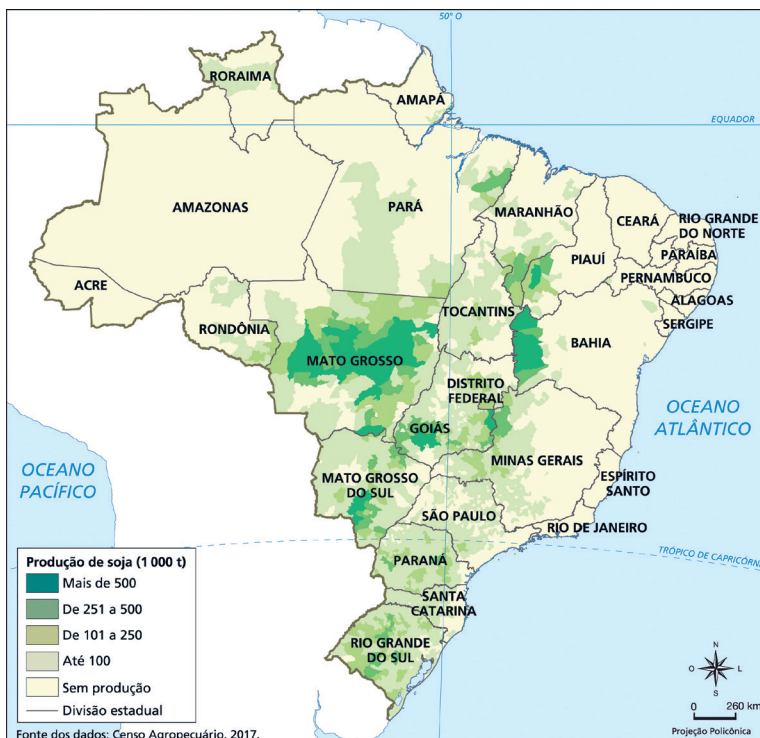
Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas



O Brasil consolida-se como um ator central no cenário agrícola, tanto no âmbito regional quanto internacional, destacando-se entre os principais exportadores de *commodities* como soja, milho, café e proteína animal. Essa posição é sustentada por vantagens comparativas, como biodiversidade, extensas fronteiras agrícolas e a adoção de tecnologias de ponta, que o transformaram em um dos pilares da segurança alimentar global. No plano interno, o agrogêncio responde por aproximadamente um quarto do produto interno bruto (PIB) nacional, funcionando como motor de desenvolvimento socioeconômico em diversas regiões.

No contexto internacional, o país assume papel estratégico no abastecimento de mercados-chave, incluindo potências como China, União Europeia e Estados Unidos, entre outros. Contudo, obstáculos estruturais – como deficiências logísticas, pressões ambientais e protecionismo comercial – demandam políticas públicas robustas e investimentos em inovação, a fim de garantir a sustentabilidade e a competitividade do setor. A superação desses desafios é crucial para manter a relevância do Brasil no complexo agroexportador global.

Brasil: produção de soja (2017)



Na prática

Atividade 1

Durante a apresentação dos seminários, os critérios a seguir serão avaliados:

- clareza e domínio do conteúdo;
- utilização de dados e fontes confiáveis;
- reflexão crítica e imparcialidade;
- trabalho em equipe e uso de recursos visuais.

Além disso, os demais grupos são convidados a realizar questionamentos durante a apresentação de cada seminário, trocando ideias e informações, o que enriquece o seminário.

Ao término das apresentações, cada grupo é convidado a entregar uma produção escrita sobre o que aprendeu em cada seminário, devendo destacar:

- um dado importante sobre cada tema apresentado;
- uma reflexão sobre os impactos socioambientais.

As respostas são de cunho pessoal e relacionando as apresentações com o conhecimento obtido durante as aulas.

Entre os destaques, considera-se alguns pontos que venham a aparecer nos seminários, como a posição do Brasil como maior produtor e exportador de *commodities* agrícolas, a grande concentração de terras e os diversos conflitos em território brasileiro por terras, a quantidade de agroquímicos utilizados no Brasil, com destaque para produtos proibidos em diversos países, os impactos da modernização agrícola na vida e na produção de pequenos agricultores. Já na reflexão sobre os impactos, podem-se considerar também os impactos ambientais relacionados à perda de biodiversidade, desmatamento, conflitos fundiários, como a ocupação de territórios indígenas ou de comunidades tradicionais, o uso excessivo de agroquímicos e a degradação do solo. E, ao final, pode-se estabelecer um viés ao futuro sustentável, como o incentivo à agroecologia, a criação de políticas que visem à conservação ambiental, e não só a produtividade.

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

Para os povos indígenas, o território é um espaço de identidade, vida e resistência. Além de uma base material, a terra é onde se reproduzem tradições, saberes, as formas de organização social e de convivência, além da produção de práticas sustentáveis com o meio ambiente. Desde que o território brasileiro foi colonizado, sabe-se da existência dos povos originários, e, a partir dos estudos históricos, tem-se conhecimento das ameaças e dos constantes deslocamentos pelos quais esses povos passaram.

A Constituição de 1988 é um marco histórico, pois a partir dela se passa a reconhecer o direito original dos povos às terras tradicionalmente ocupadas e o dever da União em demarcá-las e protegê-las, sendo esse papel a garantia de sobrevivência dos povos indígenas, que usufruem da terra para manter suas práticas sociais, culturais e produtivas. Segundo o Censo 2022, vivem no Brasil cerca de 1,7 milhão de indígenas, sendo mais de 300 etnias e mais de 180 línguas.

A **Convenção 169 da OIT** (2002) garante aos povos indígenas o direito à **consulta prévia e informada** sobre projetos que afetem seus territórios, reforçando a proteção das terras tradicionais no Brasil. Embora alinhada à Constituição de 1988, sua aplicação enfrenta desafios como **demora em demarcações** e invasões. É um **instrumento fundamental** para a garantia de que o Estado cumpra os direitos indígenas.

O procedimento de demarcação de terras é administrativo, sendo realizado pelo Governo Federal e coordenado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). O mapa a seguir evidencia as Terras Indígenas oficialmente delimitadas até 2020.



O objetivo da demarcação é justamente preservar os povos indígenas e a biodiversidade dessas áreas; segundo o Instituto Socioambiental (ISA), as Terras Indígenas (TI) são responsáveis pela preservação de mais de 100 milhões de hectares de florestas.

Porém, a demarcação passa por desafios, debates e embates, sendo o mais emblemático a tese jurídica do marco temporal. Essa tese defende que os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição Federal.

Apesar de ser reconhecida por diversos juristas e pela Funai como inconstitucional, o Senado Federal aprovou o projeto de lei em 2023, que foi publicada em outubro, Lei nº 14.701/2023, dificultando a regularização das terras e aumentando os conflitos fundiários.

Alguns exemplos são as Terras Indígenas Yanomami (RR e AM), Raposa Serra do Sol (RR) e do povo Guarani Kaiowá (MS), que, enquanto aguardam a demarcação, sofrem

com a exploração ilegal, a invasão de seus territórios, a contaminação ambiental, a insegurança alimentar, e a expansão da pecuária e da monocultura, que agravam a degradação ambiental e a violência.



A demarcação de terras é uma dívida histórica com os povos originários, além de garantir o futuro. É importante recordar que esses territórios são fundamentais no equilíbrio ecológico, na preservação da biodiversidade, na conservação da vida e na regulação climática.

Na prática

Atividade 1

Com a orientação do professor e em grupos, construam um mapa mental que destaque os eventos mais significativos da política indigenista brasileira, desde o período colonial até os dias atuais, analisando seus impactos nos povos originários.

Formato:

- digital (em ferramentas como Canva, PowerPoint) ou manual (cartolina, folha A3).

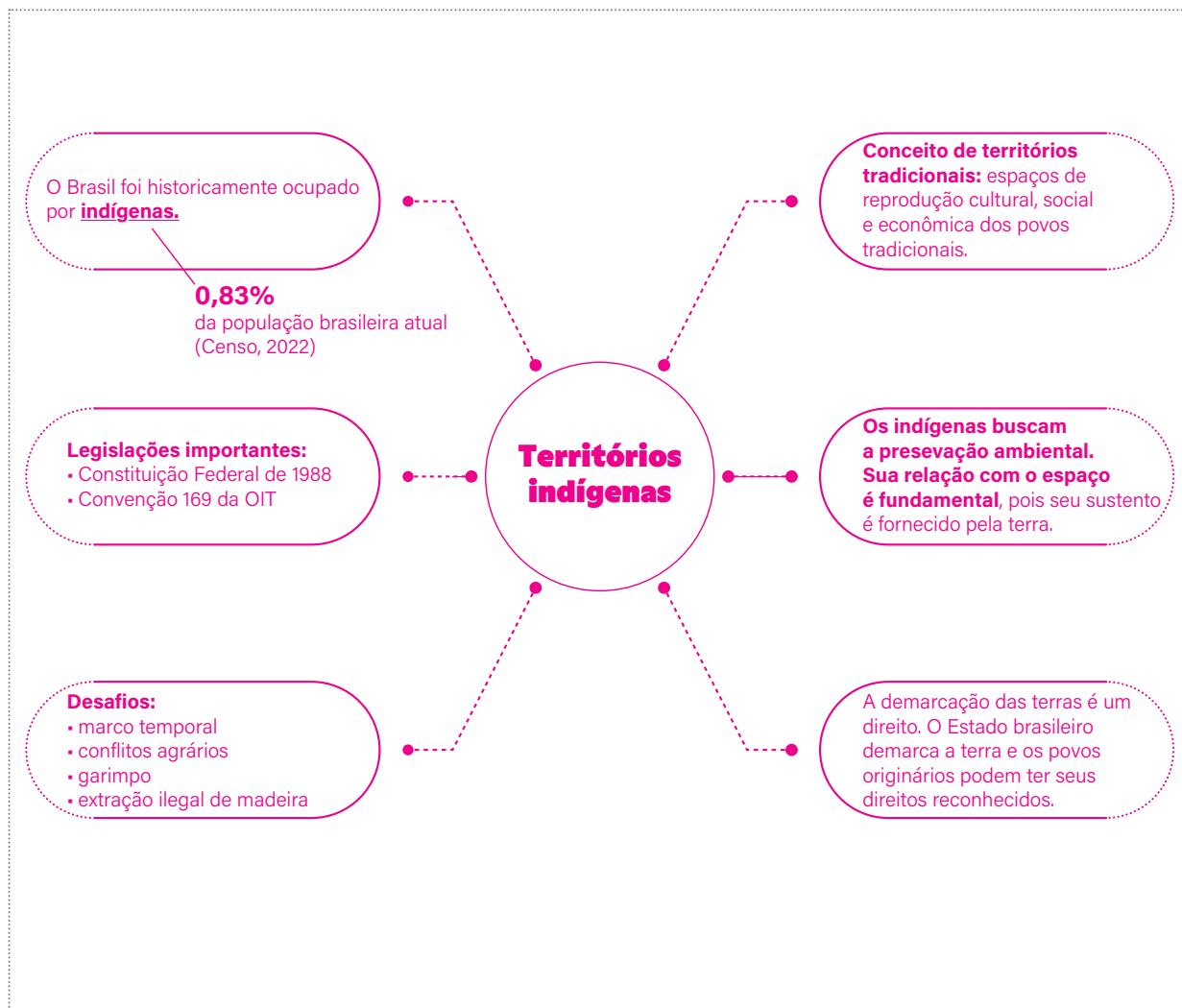
Elementos obrigatórios:

- datas precisas (ano);
- breve descrição do evento (1–2 linhas).

Preparam um breve relato oral (3 minutos) explicando por que selecionaram esses marcos e como eles refletem a relação do Estado com os povos indígenas.

Critérios de avaliação:

- rigor histórico (precisão das informações);
- organização visual e criatividade;
- capacidade de análise crítica (impactos dos marcos).

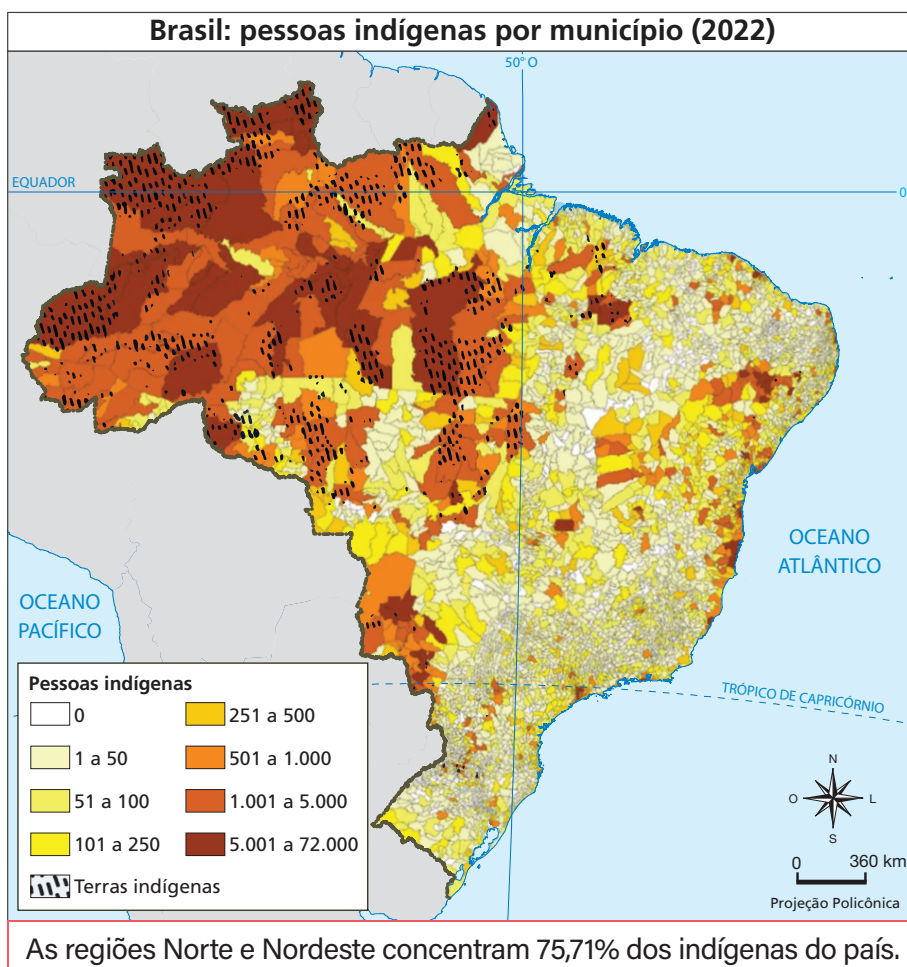


DEMARCAÇÕES DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Campo, produção e povos indígenas

A demarcação dos territórios indígenas é fundamental na garantia do direito à terra e à vida, tendo sido reconhecida na Constituição de 1988. Esse direito assegura a posse permanente e o usufruto das terras que tradicionalmente eles ocupam. Porém, a história dos povos indígenas é acompanhada da luta pela terra.



A demarcação passa por diversas etapas técnicas e jurídicas que visam comprovar a ocupação desses povos do território, seguindo os procedimentos dispostos no Decreto nº 1775/1996. São elas:

- **em estudo:** etapa de realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena;
- **delimitadas:** terras que tiveram os estudos aprovados pela presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória para posse tradicional indígena;
- **declaradas:** terras que obtiveram a expedição da **Portaria Declaratória** pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento;
- **homologadas:** terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto presidencial;
- **regularizadas:** terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.

A demarcação de uma terra pode levar anos e agora vem sendo alvo de disputas políticas e econômicas, decorrentes do marco temporal – tese jurídica que defende que os povos indígenas só teriam direito às terras que ocupavam ou disputavam em **5 de outubro de 1988**, data da promulgação da Constituição.

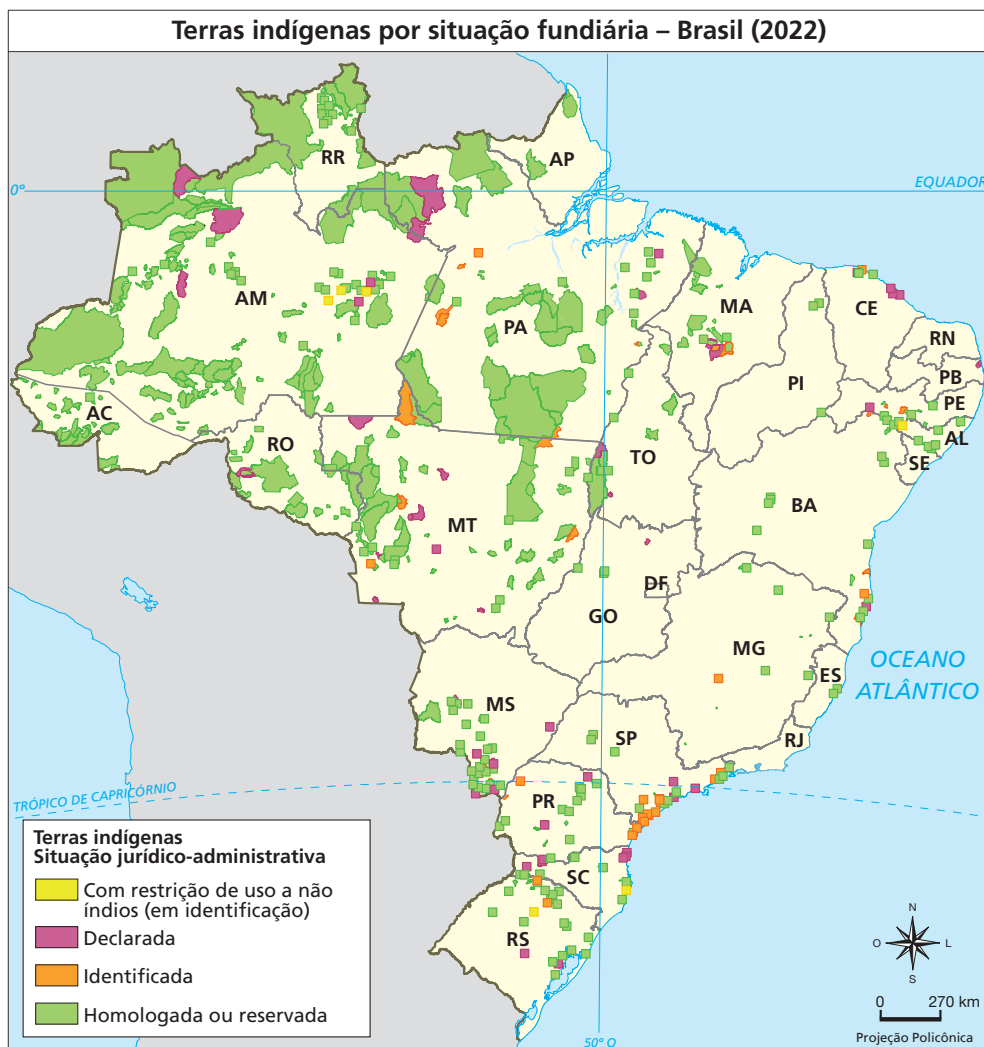
A tese, porém, desconsidera os deslocamentos forçados, as expulsões e as violências históricas que marcam a história dos povos originários. Aprovada em 2023, a Lei nº 14.701/2023 dificulta a regularização das terras e vem aumentando os conflitos fundiários.

A análise dessa lei exige uma reflexão muito mais crítica sobre o papel do Estado e da sociedade na reparação histórica sobre os territórios dos povos indígenas. Compreender as demarcações é também reconhecer que a terra tem múltiplos significados. Além disso, é importante destacar que o marco temporal e a demarcação de terras não se resumem apenas a questões jurídicas e legais, e sim expressam o desafio da conciliação entre direitos humanos e sustentabilidade.

Na prática

Atividade 1

Observe o mapa atentamente e responda às questões a seguir.



- 1 Com base no mapa, descreva a distribuição geográfica das Terras Indígenas no Brasil, destacando as regiões de maior concentração. Qual é a ligação da distribuição com os processos histórico-geográficos do Brasil?

A distribuição das Terras Indígenas no Brasil concentra-se na Amazônia Legal, com áreas mais esparsas nas demais regiões, refletindo os impactos históricos na ocupação territorial.

LÍNGUA INGLESA

SCIENCE REVOLUTION – PART 1

Summary

Para entender um texto em inglês, é importante observar os **pronomes** e descobrir a que palavra ou ideia eles se referem. Em geral, um pronome substitui um nome para evitar repetições.

Alguns pronomes comuns da Língua Inglesa, que frequentemente aparecem em diferentes tipos de textos, são:



Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution



- **He** (ele)
- **She** (ela)
- **It** (ele/ela - em geral para animais ou objetos)
- **We** (nós)
- **They** (eles/elas - dependendo do contexto)

Ex.: "Anna is smart. She loves math."

→ **She** = **Anna**

Além disso, temos pronomes objetos, que recebem a ação do verbo:



- **him** (refere-se a "ele")
- **her** (refere-se a "ela")
- **us** (refere-se a "nós")
- **them** (refere-se a "eles/elas" - dependendo do contexto)

Ex.: I have three dogs and I love **them** very much. → **Them** = **three dogs**

Time to practice

The following text will be used in **Activities 1, 2 and 3.**

What is science?

Science is the study of the world around us. It involves observing, listening, and recording what we discover. Science is driven by curiosity and helps us understand how things behave and why.

Anyone can come up with an idea about nature, but scientists go **further**, as they test these ideas, called hypotheses, to see if they are correct. When a hypothesis works well and predicts **behavior**, it becomes a theory.

For example, Copernicus observed the stars and suggested the Sun was at the center of the solar system. Einstein, **on the other hand**, used thought experiments before testing his ideas. Science is like solving exciting mysteries and finding new answers!

NATIONAL AERONAUTICS AND SPACE ADMINISTRATION (NASA). What is science?. **Space Place**, 10 maio 2021. Disponível em: <https://spaceplace.nasa.gov/science/en/>. Acesso em: 2 set. 2025.

Activity 1

Read the text briefly and answer the following activities.

- a) Locate and underline the information and the words that were part of your initial hypotheses about the text. Were your hypotheses correct? Write, in the lines below, the meaning in Portuguese of the keywords you do not know

Personal answers.

- b) The text mentions the names of two scientists. Who are they? According to the text, what did each of these scientists do?

Copernicus and Einstein. Copernicus suggested that the Sun is at the center of the solar system, and

Einstein conducted thought experiments before testing his ideas. (Copérnico e Einstein. Copérnico

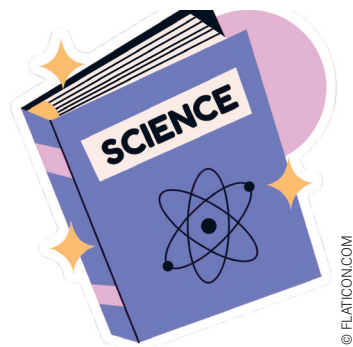
sugeriu que o Sol está no centro do Sistema Solar, e Einstein fez experimentos mentais antes de

testar suas ideias.)

Activity 2

In pairs, choose the correct translation for the words highlighted in the text: **further**, **behavior**, **on the other hand**.

- a) Mais próximo, movimento, do outro lado.
- b) Mais difícil, pensamento, pela outra mão.
- c) Mais adiante, comportamento, por outro lado.**
- d) Mais devagar, desempenho, em outra parte.



Activity 3

Read the sentences below, taken from the text, and find the reference of each of the highlighted pronouns.

- a) Science is the study of the world around us. **It** involves observing, listening, and recording what we discover.

It = Science

- b) Anyone can come up with an idea about nature, but scientists go further, as **they** test these ideas [...].

They = Scientists

- c) When a hypothesis works well and predicts behavior, **it** becomes a theory.

It = hypothesis

Summary

Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution

A compreensão geral de um texto depende das ideias principais, e não necessariamente de cada detalhe. Por isso, ao ler um texto em inglês, algumas estratégias que podem ajudar são:



Olhe primeiro para o título do texto, seu formato, quem o escreveu, onde foi publicado, e pense no que **você sabe sobre o tema principal**.



Procure palavras que você já conhece e aquelas que parecem com palavras em português. A partir delas, **levante hipóteses** sobre o tema central do texto.



Confie no seu **conhecimento de mundo** e na sua capacidade de deduzir o que não compreendeu.

Time to practice

Activity 1

Analyze the groups of keywords that were taken from the text and relate them to their respective inventions.

Inventions: Door locks / Mints / Concrete / Alarm clock

<p>1. Door locks</p> <hr/> <p>Wood (<i>madeira</i>) Bolts (<i>parafusos</i>) Pins (<i>pinos</i>) Patterns (<i>padrões</i>)</p>	<p>2. Mints</p> <hr/> <p>Breath (<i>hálito</i>) Boil (<i>ferver</i>) Mix (<i>misturar</i>) Herbs (<i>ervas</i>) Cinnamon (<i>canela</i>) Honey (<i>mel</i>)</p>
<p>3. Concrete</p> <hr/> <p>Mix (<i>misturar</i>) Lime (<i>cal</i>) Volcanic ash (<i>cinza vulcânica</i>) Rocks (<i>pedras</i>) Buildings (<i>edifícios/construções</i>)</p>	<p>4. Alarm clock</p> <hr/> <p>Roots (<i>raízes</i>) Ancient (<i>antigo</i>) Devices (<i>dispositivos</i>) Noise (<i>barulho</i>) Lectures (<i>palestras</i>) Signal (<i>sinalizar</i>)</p>



© FLATICON.COM

The following text will be used in **Activities 2, 3, 4, and 5.**

Ancient inventions we still use today

Mints: today, we eat mints to freshen our breath. The Ancient Egyptians did something similar. They boiled herbs and cinnamon, mixed them with honey, and made pellets to chew.

Alarm clocks: modern alarm clocks have their roots in ancient devices. The Greek philosopher Plato used a water clock that made noise, like a water organ, to signal the start of his lectures. By the 15th century, mechanical alarm clocks were invented with pins to set the time.

Door locks: the Ancient Egyptians created the first locks around 4,000 B.C. These wooden locks used large bolts and pins with unique patterns, much like modern locks.

Concrete: the Romans used concrete 2,100 years ago. They mixed lime, volcanic ash, and rocks to make a strong material for buildings, even underwater.

HISTORY. **Ancient inventions we still use today**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.history.co.uk/shows/ancient-impossible/articles/ancient-inventions-we-still-use-today>. Acesso em: 1 set. 2025.

Activity 2

Read the text and identify where each invention was created.

Invention	Origin
Mints	Egypt
Alarm clocks	Greece
Door locks	Egypt
Concrete	Rome (Italy)

Activity 3

Reread the text "Ancient inventions we still use today" and answer **true (T)** or **false (F)**.

- (F) Os antigos egípcios inventaram o concreto moderno.
- (F) Platão usava um relógio de água para acordar.
- (T) As balas eram feitas de ervas, mel e canela.
- (F) As primeiras fechaduras de porta eram feitas de metal.

Activity 4

Find in the text the sentence “**They** boiled herbs and cinnamon, mixed **them** with honey, and made pellets to chew”:

Then, reread the text and find the reference to **they** and **them**.

a) They: The Ancient Egyptians

b) Them: Herbs and cinnamon

Activity 5

De acordo com o texto “Ancient inventions we still use today”, é possível afirmar que:

a) as primeiras invenções de alarmes mecânicos surgiram no século XV, mas eram baseadas em tecnologias modernas como os celulares.

b) o concreto utilizado pelos romanos era forte o suficiente para ser usado na construção de edifícios e até de estruturas subaquáticas.

c) as invenções dos egípcios, como as fechaduras de portas, eram feitas com materiais modernos, como metais, que ainda usamos hoje.

d) os egípcios criaram balas em forma de pastilhas com uma mistura de plantas e açúcar, com ingredientes idênticos às balas de menta modernas.

Summary

Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution

Identificar o tempo verbal em um texto é essencial para entender o período em que as ações acontecem.

Para reconhecer se um texto está no passado, você pode concentrar sua atenção nos verbos. Em inglês, os verbos no passado podem ser regulares ou irregulares.



Os verbos regulares no passado sempre serão terminados por **-ed**
Ex.: play – played
start – started



Já os irregulares têm formas específicas no passado. Veja:
Ex.: go – went
have – had
be – was/were

Time to practice

Activity 1

In today's class, we'll read a text about the Scientific Revolution, which happened between the 15th and 17th centuries. In pairs, analyze the following two groups of words and try to identify the one that contains words taken from the text.

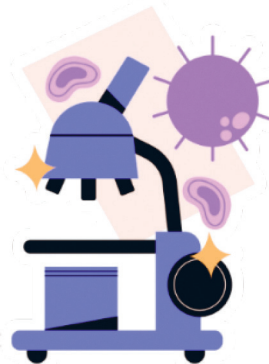
- () reaction – principles – crisis – struggle (lutar) – recession – finances – economy.
(x) evidence – thinkers (pensadores) – results – measure (medir) – barometers – beliefs (crenças) – thermometers.

Activity 2

The following excerpts are taken from the text we'll read, but some words are missing. Fill in the gaps with the words from the previous activity, find the ones that complete each sentence.

- a) "Scientists used the scientific method, including experiments and tools like telescopes, barometers, and microscopes, to test ideas and share results."
- b) "Famous thinkers like Aristotle and Galen were clouded by modern minds whose new ideas were based on evidence."
- c) "Instruments like thermometers and clocks helped measure the world better."

The following text will be used in **Activities 3 and 4**.



© FLATICON.COM

Scientific Revolution

The Scientific Revolution (1500-1700) began in Europe and changed how people learned about the world. Scientists used the scientific method, including experiments and tools like telescopes, barometers, and microscopes, to test ideas and share results. This led to new discoveries and more practical knowledge.

Non-objective knowledge, like magic and astrology, were sidelined in favor of more empirical and evidence-based experimentation. Famous thinkers like Aristotle and Galen were clouded by modern minds whose new ideas were based on evidence. Instruments like thermometers and clocks helped measure the world better and revealed surprising details. By the end, science became the main way to understand and improve life, complementing philosophy and ancient beliefs. It was truly a revolution in knowledge.

CARTWRIGHT, M. **Scientific revolution**. World History Encyclopedia.

Activity 3

Read the text “Scientific Revolution” and answer the questions.

a) Onde aconteceu a Revolução Científica?

In Europe. (Na Europa.)

b) Que instrumentos os cientistas usavam para testar ideias?

Tools, such as telescopes, barometers, and microscopes. (Instrumentos, como telescópios

e microscópios.)

c) O que foi marginalizado pelos experimentos mais empíricos e embasados em evidências?

Non-objective knowledge, like magic and astrology. (Conhecimentos não objetivos, como a magia e a astrologia.)

d) Quem são os dois pensadores famosos mencionados no texto?

Aristotle and Galen. (Aristóteles e Galeno.)

e) Que instrumentos apoiaram a observação de detalhes?

Instruments, such as thermometers and clocks. (Instrumentos, como termômetros e relógios.)

Activity 4

Reread the text and answer.

Qual é o principal impacto da Revolução Científica, de acordo com o texto?

a) A filosofia e as crenças antigas tornaram-se as principais formas de entender o mundo.

b) A ciência passou a ser a principal forma de entender e melhorar a vida, complementando outras formas de conhecimento.

c) A ciência substituiu a filosofia, tornando-se a única maneira de melhorar a vida humana.

d) A Revolução Científica causou um grande atraso no desenvolvimento do conhecimento humano.

Summary

Ao ler um texto em inglês, não busque apenas entender as palavras, mas também refletir e se posicionar sobre as ideias que ele apresenta. Todo texto expressa uma opinião entre muitas possíveis.

Para praticar a leitura crítica, faça perguntas como:



Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution

- **Quem escreveu** esse texto? Fica clara a **intenção autoral**?
- **Quais pontos de vista** ficaram de fora do texto?
- Qual "**voz**" não está sendo ouvida no texto?
- **Onde** esse texto foi publicado?
- Quem é o **público-alvo**?
- Quais significados/representações esse texto pode ter **para quem o lê**?

Time to practice

The following text will be used in Activities 1 and 2.

The Industrial Revolution

The Industrial Revolution was one of the most important revolutions in history. It started in the 18th century in Britain and brought new tools, machines, and ways of working. These changes improved farming, energy, transportation, and production.

Agriculture: farming improved with new equipment, better crops, and methods like crop rotation. This helped feed more people but forced many small farmers to move to cities for work.

Energy: Britain began using coal instead of wood. Steam engines powered factories and trains, helping industries grow.

Textiles: making cloth changed from small family work to large factories with machines.

Transportation: roads, canals, and railways helped move goods faster. Railroads expanded worldwide by the 19th century.

WILKINSON, F. Industrial Revolution and technology. **National Geographic**, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://education.nationalgeographic.org/resource/industrial-revolution-and-technology/>. Acesso em: 2 set. 2025.

Activity 1

Read the text The Industrial Revolution. Then, complete the chart with the changes in each sector, using your own words.

Agricultura:	o cultivo melhorou com os novos equipamentos e as formas de plantio.
Energia:	a madeira foi substituída pelo carvão, e as máquinas a vapor passaram a alimentar fábricas e trens.
Têxtil:	a produção, que era mais familiar, passou para grandes fábricas com maquinário.
Transporte:	a construção de rodovias, canais e ferrovias tornou o transporte de bens mais rápido.

Activity 2

Reread the text and answer.

- a) O que o autor afirma sobre a Revolução Industrial? Ele a apresenta como algo positivo ou negativo para a sociedade? Justifique sua resposta com trechos do texto.

Ele apresenta a Revolução Industrial como algo positivo, o que pode ser confirmado pela frase "The Industrial Revolution was one of the most important revolutions in history" e, também, pelo uso de palavras como "improved" (melhorou) e "helped" (ajudou).

- b) Onde o texto foi publicado e quem é o possível público-alvo?

O texto foi publicado na **National Geographic**, que tem como público-alvo pessoas que se interessam por ciência, natureza, culturas, história e meio ambiente.

- c) Você consegue pensar em grupos da sociedade que poderiam ter uma opinião diferente sobre a Revolução Industrial? Explique.

Pessoas pertencentes aos povos originários, por exemplo, podem ter uma opinião diferente dessa apresentada no texto.

- d) E você? Acredita que a Revolução Industrial trouxe mais mudanças positivas ou negativas para a sociedade? Por quê?

Resposta pessoal.

Summary

Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution

Usamos a voz passiva sempre que o foco da frase é a ação ou o resultado, e não o sujeito que a realiza.

Em manchetes jornalísticas, essa estrutura pode aparecer sem o verbo **to be**, que é frequentemente omitido para deixar a frase mais objetiva. Mesmo assim, ainda é possível reconhecer a voz passiva, pois o sujeito sofre a ação e o verbo principal está no particípio.



Ex.: *New film released this year.*

Em inglês, sua estrutura básica é **to be + particípio passado**. Lembre-se: o verbo **to be** pode aparecer no presente (**am, is** ou **are**), no passado (**was, were**) ou no futuro (**will be**). Veja alguns exemplos...

Embora, na voz passiva, o destaque seja a ação em si, também é possível indicar quem a realizou usando **by + agente**.



Ex.: *The cake was made by my father.*



Present: *English is spoken in Australia.*
Past: *The house was built in 1990.*
Future: *The new game will be released next year.*

Time to practice

Activity 1

Listen and practice the pronunciation of the following words. Then, write down their meaning in Portuguese.

Light bulb: lâmpada

To perfect: aperfeiçoar

Safer: mais seguro

Patent: patente

Telephone: telefone

Invented: inventou/inventado

Activity 2

Watch a part of the video (1:17-2:30) and write (T) for true and (F) for false for the following statements.

- a) Thomas Edison invented the light bulb in 1879. (T)
- b) Alexander Graham Bell was born in Scotland. (T)
- c) Alexander Fleming was the first to patent the telephone in 1876 in Scotland. (F)

Activity 3

Read the sentences and classify them as **Passive (P)** or **Active voice (A)**.

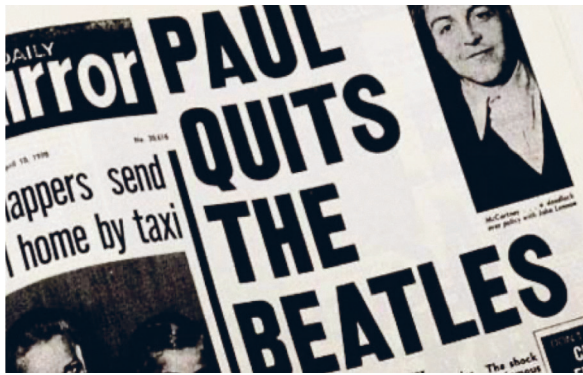
- a) The cake was baked by my grandmother. (P)
- b) They clean the classroom every day. (A)
- c) English is spoken in many countries. (P)
- d) The students wrote the test yesterday. (A)
- e) A new bridge was built in 2021. (P)
- f) She is reading a very interesting book. (A)
- g) The window was broken during the storm. (P)
- h) My mom cooks dinner every night. (A)
- i) The game will be played tomorrow. (P)
- j) The teacher helped the student. (A)



© ANNA HUNKO/UNSPASH

Activity 4

Read the sentences and classify them as **Passive (P)** or **Active voice (A)**.



REPRODUÇÃO/WATCHMOJO.(S.D.)

a) Paul quits the Beatles (A)



REPRODUÇÃO/TIMOTHY HUGHES RARE & EARLY NEWS PAPERS.(S.D.)

b) John Lennon shot dead (P)



REPRODUÇÃO/NYT ARCHIVE.(S.D.)

c) Men walk on moon (A)

Summary

Extra: Caderno de Exercícios – Science revolution

A **voz passiva** é usada para falar sobre uma ação que aconteceu, sem foco em quem a realizou. Essa escolha pode influenciar como olhamos para os fatos. Leia esta manchete em inglês: *"A man was attacked at a party"*, a pessoa responsável pelo crime está omitida e o foco está apenas na vítima. Logo, toda vez que encontrar uma frase na voz passiva, se pergunte:



Qual elemento está **sendo omitido** na frase?



Haverá alguma **motivação/intenção** por trás da omissão?



Essa omissão tem relação com algum **tipo de preconceito e/ou discriminação**?

Time to practice

Activity 1

Listen and practice the pronunciation of the following words. Then, write down their meaning in Portuguese.

Protesters: manifestantes

Demonstration: demonstração/ manifestação

Arrest: prender

City hall: prefeitura

Climate action: ação climática

Tear gas: gás lacrimogêneo

Activity 2

Listen to the dialogue and select the correct alternative.

1 What is the headline of the news article Alex is reading?

- a) Police arrests protesters during demonstration.
- b) Violent demonstrations and arrests.
- c) Protesters and violent demonstrations.
- d) Protesters were arrested during the demonstration.

2 What did the police use during the protest?

- a) Tear gas and dogs.
- b) Tear gas and guns.
- c) Guns and shields.
- d) Tasers and dogs.

3 When and where did the demonstration happen?

- a) October 27, New York City.
- b) October 27, Oklahoma City.



© LIAM EDWARDS/UNSPLASH

c) September 27, Oklahoma City.

d) September 27, New York City.

Activity 3

Now read the two sentences used in the conversation between Alex and Sam and answer the questions.

1 In which of them is the agent omitted?

(x) "Protesters were arrested during the demonstration."

() "The police arrested the protesters during the demonstration."

2 Why do you think this omission occurs in newspaper and magazine articles?

Personal answer.

Activity 4

1 Read the two headline options for different news stories and choose the one in **passive voice**.

Headline 1:

(x) "Woman was attacked in an elevator."

() "Ex-boyfriend attacked his ex-partner in an elevator."

Headline 2:

(x) "Black soccer player was discriminated during a game."

() "A white man in the bleachers discriminated a Black soccer player."

2 Compare the sentences. Who is omitted in each headline?

Headline 1: ex-boyfriend; Headline 2: A white man.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

História

Segundo Reinado e Primeira República

Aulas 1 a 8

1 (ENEM 2015 - Adaptada)

Estimativa do número de escravizados africanos desembarcados no Brasil entre 1846 e 1852.

Ano	Número de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	70 827
1850	37 672
1851	7 058
1852	1 234

SLAVEVOYAGES.ORG

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queirós que, em 1850:

- a) aboliu a escravidão no território brasileiro.
- b)** definiu o tráfico de escravizados como pirataria.
- c) elevou as taxas para importação de escravizados.
- d) libertou os escravizados com mais de 60 anos.

A Lei Eusébio de Queirós, que pôs fim ao tráfico de escravizados no território brasileiro, foi estabelecida por pressão dos ingleses; na prática, era uma incorporação da lei britânica "Bill Aberdeen" (1845). Apesar de não ser totalmente efetiva, observando-se os dados, é possível inferir que a lei inibiu o tráfico de escravizados no Brasil. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

2 (ENEM 2013 - Adaptada)

A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravizados eram extremamente baixos e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravidão existente e, ao mesmo tempo, pensar numa outra solução para o problema da mão de obra.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP; 2010.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico transatlântico de cativos e colocou em evidência o problema da falta de mão de obra para a lavoura. Para os cafeicultores paulistas, a medida que representou uma solução efetiva desse problema foi o(a):

- a) valorização dos trabalhadores nacionais livres.
- b) busca por novas fontes fornecedoras de cativos.
- c) desenvolvimento de uma economia urbano-industrial.
- d)** incentivo à imigração europeia.
- e) escravização das populações indígenas.

A aprovação da Lei Eusébio de Queirós em 1850, ao extinguir o tráfico transatlântico de escravizados, impôs uma crise de abastecimento de mão de obra à lavoura cafeeira, uma vez que os índices de natalidade eram baixos e os de mortalidade, elevados. Diante desse cenário, a solução estrutural e efetivamente adotada pelos cafeicultores paulistas foi o incentivo à imigra-

A resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, membro do Partido Conservador, evidencia uma disputa e a posição do Estado diante de reivindicações dos fazendeiros para subsidiar a substituição dos escravizados nas lavouras de café por imigrantes. No contexto, deixa claro ao senador Vergueiro que o governo imperial não desejava ter uma política de subsídio para o fomento da imigração, argumentando que os fazendeiros deveriam contratar imigrantes para trabalhar em suas fazendas com o seu próprio capital. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

3 (ENEM 2013 - Adaptada)

Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravizados, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

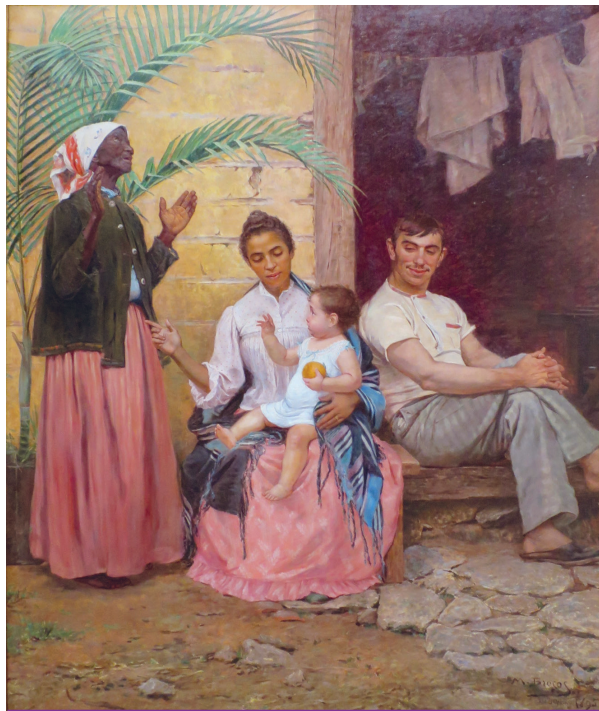
Resposta de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, diretor geral das Terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. Adaptado.

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontaram o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de:

- a) fomentar ações públicas para ocupação de terras do interior.
- b) adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- c) definir uma política de subsídio governamental para o fomento da imigração.
- d) regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.

- e) financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

4 (ENEM 2016)



BROCOS, M. **A redenção de Cam**. 1895.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de:

- a) defesa da democracia racial.
- b) idealização do universo rural.
- c) crise dos valores republicanos.
- d) constatação do atraso sertanejo.
- e) embranquecimento da população.

A ideia era que, por meio de sucessivos casamentos inter-raciais, o fenótipo negro seria progressivamente apagado e, ao longo de gerações, a população brasileira se tornaria inteiramente branca. A pintura faz alusão à passagem bíblica da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam, que condenou toda a descendência deste último à escravidão, por isso sua "redenção" com o branqueamento, a extinção da raça. A obra de Brocos é considerada uma representação das teorias racistas de sua época. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Na afirmação de Euclides da Cunha, no Texto I, nota-se uma conotação de bravura em relação aos sertanejos. Euclides, ainda que carregasse as ideias de determinismo científico, vivenciou, ao longo da campanha de Canudos, simpatia e admiração pela figura do sertanejo. Já no Texto II, de Henrique Macedo Soares, militar na última expedição contra Canudos, o grupo é descrito como um "bando em fúria", que não queria se render. O autor trata os eventos finais como uma "loucura" dos sertanejos, com ações de banditismo e fanatismo. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

5 (ENEM 2015)

Texto I

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Vencido palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

Texto II

Na trincheira, no centro do reduto, permaneciam quatro fanáticos sobreviventes do extermínio. Era um velho, coxo por ferimento e usando uniforme da Guarda Católica, um rapaz de 16 a 18 anos, um preto alto e magro, e um caboclo. Ao serem intimados para deporem as armas, investiram com enorme fúria. Assim estava terminada e de maneira tão trágica a sanguinosa guerra, que o banditismo e o fanatismo traziam acesa por longos meses, naquele recanto do território nacional.

SOARES, H. M. **A Guerra de Canudos**. Rio de Janeiro: Altina, 1902.

Os relatos do último ato da Guerra de Canudos fazem uso de representa-

ções que se perpetuaram na memória do conflito. Nesse sentido, cada autor caracterizou a atitude dos sertanejos, respectivamente, como fruto de:

- a) manipulação e incompetência.
- b) ignorância e solidariedade.
- c) hesitação e obstinação.
- d) esperança e valentia.
- e) bravura e loucura.**

6 (ENEM 2010)

A serraria construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam, para as composições de trem, as toras que jaziam abatidas por equipes de trabalhadores que anteriormente passavam pelo local. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição de trem, os ervais nativos que existiam em meio às matas eram destruídos por este deslocamento..

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. Adaptado.

No início do século XX, uma série de empreendimentos capitalistas chegou à região do meio-oeste de Santa Catarina — ferrovias, serrarias e projetos de colonização. Os impactos sociais gerados por esse processo estão na origem da chamada Guerra do Contestado. Entre tais impactos, encontrava-se:

A guerra do Contestado ocorreu entre trabalhadores da terra, sertanejos (posseiros de terras) e madeireiros no Sul do Brasil em virtude de o governo federal republicano, com seu projeto modernizador e civilizador, ter concedido a posse das terras para companhias de exploração de madeira, ignorando as comunidades de trabalhadores rurais, os posseiros, que usu-

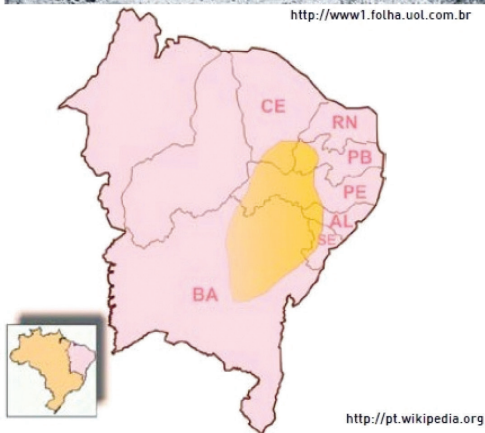
fruíam da área, sem contar a população indígena, que vivia na região. Isso alterou a dinâmica da economia tradicional sobre as terras de Santa Catarina até o Paraná. A Brazil Railway, empresa pertencente ao político e empresário estadunidense Percival Farquhar, foi responsável pela construção da estrada de ferro que atravessou a região da Mata da Araucária, entre o Paraná e Santa Catarina, e destruiu a erva-mate do território, da qual dependia a economia local. As companhias de extração madeireira e de colonização que vieram com a construção da ferrovia intensificaram a exploração da região, expulsando seus moradores, que se organizaram e formaram um movimento social de caráter rural e messiânico. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- a) a absorção dos trabalhadores rurais como trabalhadores da serraria, resultando em um processo de êxodo rural.
- b) o desemprego gerado pela introdução de novas máquinas, que diminuía a necessidade de mão de obra.
- c) a desorganização da economia tradicional, que sustentava os posseiros e os trabalhadores rurais da região.
- d) a diminuição do poder dos grandes coronéis da região, que passavam a disputar o poder político com os novos agentes.
- e) o crescimento dos conflitos entre os operários empregados nesses empreendimentos e os seus proprietários, ligados ao capital internacional.

7 (UERJ 2012)



<http://www1.folha.uol.com.br>



<http://pt.wikipedia.org>

A concentração fundiária no Nordeste nas mãos dos coronéis foi um dos fatores que explicam a emergência do cangaço, uma vez que impossibilitava o acesso aos meios de vida pela população, ao mesmo tempo que pretendia ampliar suas propriedades. Para fugir das péssimas condições de vida, os trabalhadores rurais recorriam ao banditismo e à entrada em grupos de cangaceiros, os quais também serviam aos interesses dos coronéis, que lhes pagavam para atuar como braço armado, a fim de manter o controle social sobre seus espaços de domínio. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Observe a foto do grupo de Lampião e Maria Bonita e o mapa que destaca a área do Nordeste brasileiro onde o cangaço se disseminou nas décadas de 1920 e 1930.

O cangaço representou uma manifestação popular favorecida, basicamente, pela seguinte característica da conjuntura social e política da época:

- a) cidadania restringida pelo voto censitário.
- b) analfabetismo predominante nas áreas rurais.
- c) criminalidade oriunda das taxas de desemprego.
- d) hierarquização derivada da concentração fundiária.

8 (ENEM 2014)

Na primeira década do século XX, reformar a cidade do Rio de Janeiro passou a ser o sinal mais evidente da modernização que se desejava promover no Brasil. O ponto culminante do esforço de modernização se deu na gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906. “O Rio civilizava-se” era frase célebre à época e condensava o esforço para iluminar as vielas escuras e esburacadas, controlar as epidemias, destruir os cortiços e remover as camadas populares do centro da cidade.

OLIVEIRA, L. L. Sinais de modernidade na Era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

A readequação urbana do Rio de Janeiro visava apresentar a capital do Brasil nos moldes de Paris, que era a referência mundial de status e desenvolvimento. Porém, a forma de conduzir as operações por parte do Estado no processo de modernização culminou na expulsão de diversas pessoas de suas casas, que partiram para os morros. Essa segregação socioespacial agravou diversos problemas, como a desigualdade social e a consequente marginalização de grande parte da população. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

O processo de modernização mencionado no texto trazia um paradoxo que se expressava no(a):

- a) substituição das vielas por avenidas.
- b) impossibilidade de se combaterem as doenças tropicais.
- c) ideal de civilização acompanhado de marginalização.**
- d) sobreposição de padrões arquitetônicos incompatíveis.
- e) projeto de cidade incompatível com a rugosidade do relevo.

Ilusão da ordem no Brasil “moderno”

Aula 9 a 14

1 (ENEM 2011)

A questão aborda os conflitos ocorridos em novembro de 1904 entre a população do Rio de Janeiro e o Estado republicano, a Revolta da Vacina. No contexto, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país, passou por um processo de modernização, com reformas higienistas e sanitárias. Assim, o prefeito Pereira Passos ordenou a destruição das moradias populares do

centro da cidade, conhecidas como cortiços, afastando essa população da região (origem das favelas). Outra medida sanitária republicana foi a aprovação da vacina obrigatória contra a varíola, criando o estopim da Revolta da Vacina, movimento em que a população foi às ruas para protestar contra as medidas autoritárias do governo. Na charge da revista *O Malho*, é possível reconhecer o médico sanitarista Oswaldo Cruz e os “batalhões” sanitários, que invadiam os espaços privados para vacinar a população.

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.



Charge, capa da revista *O Malho* (1904).

A imagem representa as manifestações nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, que integraram a Revolta da Vacina. Considerando o contexto político-social da época, essa revolta revela:

- a) a insatisfação da população com os benefícios de uma modernização urbana autoritária.**
- b) a consciência da população pobre sobre a necessidade de vacinação para a erradicação das epidemias.
- c) a garantia do processo democrático instaurado com a República por meio da defesa da liberdade de expressão da população.

O Artigo 231 reconhece direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas e os vínculos de organização social, línguas, crenças e tradições. Logo, a pauta histórica é a relação entre território (espaço) e continuidade dos modos de vida (sobrevivência cultural) dos povos indígenas. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- d) o planejamento do governo republicano na área de saúde, que abrangia a população em geral.
- e) o apoio ao governo republicano pela atitude de vacinar toda a população em vez de privilegiar a elite.

2 (ENEM 2019)

A Revolta da Vacina (1904) mostrou claramente o aspecto defensivo, desorganizado, fragmentado da ação popular. Não se negava o Estado, não se reivindicava participação nas decisões políticas; defendiam-se valores e direitos considerados acima da intervenção do Estado.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Adaptado.

A mobilização analisada representou um alerta, na medida em que a ação popular questionava:

- a) a alta de preços.
- b) a política clientelista.
- c) as reformas urbanas.
- d) o arbítrio governamental.
- e) as práticas eleitorais.

3 (ENEM 2017)

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre:

- a) etnia e miscigenação racial.
- b) sociedade e igualdade jurídica.
- c) espaço e sobrevivência cultural.
- d) progresso e educação ambiental.
- e) bem-estar e modernização econômica.

4 (ENEM 2015)

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e frequentemente procurou fazê-lo por rotas originais, como o esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol; música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o Carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente. A libertação dos escravizados não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogâncias de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Adaptado.

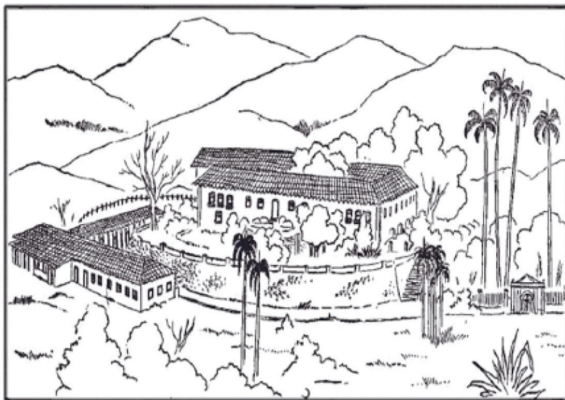
Em relação ao argumento de que no Brasil existe uma democracia racial, o autor demonstra que:

- a) essa ideologia equipara a nação a outros países modernos.

4. O texto de José Murilo de Carvalho apresenta a realidade das desigualdades e exclusões enfrentadas pela população negra, mesmo após a abolição da escravidão, mostrando que a igualdade formalmente estabelecida nas leis não se refletiu na prática, argumento que refuta a ideia de democracia racial, revelando que essa noção de uma sociedade em suposta harmonia racial camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes e que carrega permanências na sociedade contemporânea (racismo). Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- b) esse modelo de democracia foi possibilitado pela miscigenação.
- c) essa peculiaridade nacional garantiu mobilidade social aos negros.
- d) esse mito camuflou formas de exclusão em relação aos afrodescendentes.
- e) essa dinâmica política depende da participação ativa de todas as etnias.

5 (ENEM 2012 - Adaptada)



O desenho retrata a fazenda de São Joaquim da Grama com a casa-grande, a senzala e outros edifícios representativos de uma estrutura arquitetônica característica do período escravocrata no Brasil. Esta organização do espaço representa uma:

- a) estratégia econômica e espacial para manter os escravizados próximos do plantio.
- b) tática preventiva para evitar roubos e agressões por escravizados fugidos.
- c) forma de organização social que fomentou o patriarcalismo e a miscigenação.

5. A organização espacial das grandes propriedades, descrita por Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, ainda que com exceções no Nordeste brasileiro açucareiro, foi pautada em uma estrutura social patriarcal, escravista e que teve no mundo doméstico, na vida privada, a formação identitária de nosso país, por isso observamos a casa-grande no centro do espaço, sendo o senhor de engenho mais pai-protetor do que patrão-explorador das populações negras escravizadas. A miscibilidade era outro traço fundamental do discurso freyreano. Segundo o autor, os valores ocidentais teriam sido aclimatados na América, criando uma sociedade patriarcal embebida nos princípios da transigência racial e social. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- d) maneira de evitar o contato direto entre os escravizados e seus senhores.
- e) particularidade das fazendas de café das regiões Sul e Sudeste do país.

6. Para Sérgio Buarque de Holanda, a organização pública brasileira deve ser compreendida com base em nossas raízes históricas e culturais, levando-se em conta as formas específicas da colonização ibérica que, segundo ele, primou pela "cultura da personalidade", pelo

6 (ENEM 2015)

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Um traço formador da vida pública brasileira expressa-se, segundo a análise do historiador, na:

- a) rigidez das normas jurídicas.
- b) prevalência dos interesses privados.
- c) solidez da organização institucional.
- d) legitimidade das ações burocráticas.
- e) estabilidade das estruturas políticas.

patrimonialismo, que dá à esfera privada a primazia em relação à pública, impossibilitando uma sociedade de fato democrática. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

Geografia

1. Conurbação é o processo de crescimento de duas ou mais cidades vizinhas, formando um único aglomerado urbano. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Cidades, urbanização e cidadania

Aula 1

1 (UEG 2024) A urbanização brasileira, iniciada no século XIX, desde os anos 1950 tem sido acompanhada por intenso processo de metropolização. A metropolização é caracterizada pela concentração demográfica nas metrópoles, pela formação de regiões metropolitanas e de áreas conurbadas. Define-se conurbação como:

- a) conjunto de municípios integrados socioeconomicamente a uma cidade central, com serviços públicos comuns.
- b) relação de hierarquia entre as áreas urbanas brasileiras, a exemplo das metrópoles e capitais regionais.
- c) concentração industrial em áreas urbanas, especialmente das regiões Sudeste, Sul e Nordeste.
- d) aglomeração da população em áreas urbanas decorrente, inicialmente, da redução da população rural.
- e)** processo de crescimento de duas ou mais cidades vizinhas, que formam um único aglomerado urbano.

2 (ENEM 2020)

A expansão das cidades e a formação das aglomerações urbanas no Brasil foram marcadas pela produção industrial e pela

consolidação das metrópoles como locais de seu desenvolvimento. Na segunda metade do século XX, as metrópoles brasileiras estenderam-se por áreas de ocupação contínua, configurando densas regiões urbanizadas.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil:** especificidades e reprodução de padrões. Disponível em: www.ub.edu. Acesso em: 11 fev. 2015.

O resultado do processo geográfico descrito foi o(a):

- a) valorização da escala local.
- b)** crescimento das áreas periféricas.
- c) densificação do transporte ferroviário.
- d) predomínio do planejamento estadual.
- e) inibição de consórcios intermunicipais.

2. A expansão das cidades e a formação das aglomerações urbanas levaram ao crescimento das áreas periféricas das cidades, decorrentes da densidade populacional e um reflexo do processo de metropolização. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 2

3 (ENEM 2023)

O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. A água do manguê, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O manguê tinha ocasião que fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de

3. O enunciado fala da ocupação desordenada em área urbana, modificando o ambiente natural e a interferência do espaço geográfico, acarretando problemas socioambientais. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

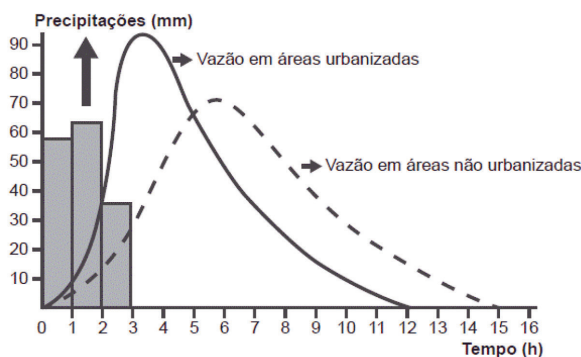
um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama, passeando banzeiros pelas biqueiras dos mocambos no Recife.

RÊGO, J. L. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. Adaptada.

A aglomeração urbana representada no texto resulta em:

- a) conservação do meio rural.
- b) crescimento da vegetação ciliar.
- c) interferência do espaço geográfico.**
- d) equilíbrio do ambiente das cidades.
- e) controle da proliferação dos animais.

4 (ENEM 2018)



Disponível em: www.biologiasur.org. Acesso em: 4 jul. 2015.

A dinâmica hidrológica expressa no gráfico demonstra que o processo de urbanização promove a:

- a) redução do volume dos rios.
- b) expansão do lençol freático.
- c) diminuição do índice de chuvas.
- d) retração do nível dos reservatórios.
- e) ampliação do escoamento superficial.**

4. Com o processo de urbanização, as cidades passam a impermeabilizar o solo, o que dificulta ou impede a infiltração da água, provocando um aumento do escoamento superficial. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 3

5 (UECE 2023) De acordo com pesquisas da ONU-Habitat, há uma estimativa de que a população urbana global passe de 56%, conforme registrado em 2021, para 68% sobre o total global em 2050. Embora as populações urbanas foram as que mais sofreram o impacto da pandemia da covid-19, as áreas urbanas já abrigavam aproximadamente 55% da população mundial no início da pandemia, e esse número deve continuar crescendo nas próximas décadas. Com base nessa informação, assinale a afirmação verdadeira no tocante às perspectivas e tendências da urbanização da população global.

- a) A população urbana global tenderá a uma situação estacionária nas próximas décadas, pois, apesar da importância econômica, política e cultural das grandes metrópoles, os países mais populosos do mundo, como Índia e China, continuam apresentando elevada população rural.
- b) A urbanização da sociedade global é incontestável, pois os indicadores nacionais dão conta de que, na maioria dos países, a população habita áreas urbanas e essa tendência pode ser generalizada, pois esta evolução natural não poderá ser re-freada, será, isto sim, universalizada.
- c) A urbanização da sociedade global é uma tendência natural e incontestável

5. A alternativa descreve de forma acertada as projeções citadas no enunciado. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

dos indicadores nacionais, posto que o crescimento demográfico está concentrado em áreas urbanas, e os países mais populosos do mundo, como Índia e China, apresentam maior população urbana do que rural.

- d)** Em aproximadamente 30 anos a população urbana mundial deverá ultrapassar, segundo as projeções da ONU, as 6 bilhões de pessoas. Atualmente, 56% da população mundial vive em áreas urbanas, o que corresponde a pouco mais de 4 bilhões de seres humanos. Embora os países apresentem percentuais de urbanização desiguais entre si, há uma tendência global ao crescimento da população urbana que não mostra uma situação estacionária e tampouco de declínio nas próximas décadas.

6 (ENEM 2018)

Foi-se o tempo em que era possível mostrar um mundo econômico organizado em camadas bem definidas, onde grandes centros urbanos se ligavam por si próprios a economias adjacentes "lentas", com o ritmo muito mais rápido do comércio e das finanças de longo alcance. Hoje tudo ocorre como se essas camadas sobrepostas estivessem mescladas e interpermeadas. Interdependências de curto e longo alcance não podem mais ser separadas umas das outras.

BRENNER, N. A globalização como reterritorialização. **Cadernos Metrópole**, n. 24, jul.-dez. 2010. Adaptada.

6. O texto descreve a mistura entre as diferentes escalas, como local, regional e global, as quais se encontram interligadas. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

A maior complexidade dos espaços urbanos contemporâneos ressaltada no texto explica-se pela:

- a) expansão de áreas metropolitanas.
- b) emancipação de novos municípios.
- c) consolidação de domínios jurídicos.
- d)** articulação de redes multiescalares.
- e) redefinição de regiões administrativas.

Aula 4

7 (UEMG 2019) O conceito de qualidade de vida relaciona-se à satisfação das necessidades de uma população em nível econômico, social e ambiental. O crescimento urbano foi acompanhado de um agravamento das condições de vida urbana conduzindo ao aparecimento de problemas que contribuíram para a diminuição da qualidade de vida dos seus habitantes. Para minimizarem-se esses efeitos, devem ser aplicadas políticas públicas que visem a:

- a) aumentar a oferta de qualificação da mão de obra elevando a empregabilidade.
- b)** criar legislação e regulação urbanística para o planejamento da ocupação.
- c) proibir a imigração, evitando-se novos moradores nas cidades já inchadas.
- d)** sanear as cidades com a substituição dos espaços verdes por novas moradias.

7. A criação de legislação e regulação urbanística para o planejamento da ocupação é fundamental para melhorar a qualidade de vida, pois resolve problemas como o déficit habitacional, a mobilidade urbana precária, entre outros.

8. A alternativa descreve corretamente o processo histórico de desenvolvimento industrial e da urbanização em países de industrialização tardia. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

8 (UNICENTRO 2022) Nas primeiras décadas do século XX, a expansão da atividade industrial para outros continentes acabou desencadeando um intenso processo de urbanização em determinadas nações subdesenvolvidas. Sobre o processo de urbanização em países de industrialização tardia, assinale a alternativa correta.

- a) As indústrias têm promovido uma ação reversa e, segundo dados da ONU, até 2030, mais da metade da população irá retornar para as áreas rurais na busca de melhor qualidade de vida e produção do próprio alimento.
- b)** O desenvolvimento da indústria, nesses países, foi impulsionado por investimentos do Estado e pela implantação de empresas estrangeiras, provocando profundas transformações socioeconômicas.
- c) O processo de urbanização em nações subdesenvolvidas levou séculos para se constituir, durante o desenvolvimento industrial; enquanto, na Europa e Estados Unidos, levou apenas algumas décadas.
- d) O processo de modernização das atividades agrícolas foi lento e gerou atrasos com o processo de expansão das policulturas, precisando de maior demanda de mão de obra humana e a contratação em massa de trabalhadores.
- e) O setor industrial absorveu a demanda de trabalhadores provenientes

do campo; essa mão de obra foi absorvida pelo setor secundário da economia e, em sua maior parte, trabalhando com carteira assinada.

Aula 5

9 (UFGD 2024)

A tragédia no Rio Grande do Sul com as enchentes e os alagamentos atingiu 2,3 milhões de pessoas. [...] Milhares tiveram suas casas, móveis, eletrodomésticos, livros e memórias destruídos. Morreram 157 pessoas e 88 ainda estão desaparecidas. As cidades atingidas chegaram a 463 (93% do total).

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/23/tragedia-no-rio-grande-do-sul-e-preciso-apontar-as-causas-eresponsaveis>. Acesso em: 28 jun. 2024. Adaptado.

Sobre a tragédia vivenciada pela população do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2024, qual alternativa indica o conjunto de processos que, somados, provocaram a tragédia?

- a)** Volume de precipitações acima das médias históricas; mudança climática global; descaso com manutenção de equipamentos de controle de enchentes; especulação imobiliária com ocupação de áreas inadequadas para edificações, o que provocou problemas na maioria das cidades do Rio Grande do Sul.

9. A tragédia no Rio Grande do Sul foi o resultado de vários fatores: chuvas muito acima da média histórica, que foram intensificadas pelas mudanças climáticas; falhas na manutenção dos sistemas de contenção e ocupações em áreas inadequadas, que ocorrem muitas vezes em decorrência da especulação imobiliária e da ausência ou precariedade do planejamento urbano. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- b)** Precipitações seguiram as médias históricas para o sul do Brasil; descaso com manutenção de equipamentos de controle de enchentes; erro humano na estratégia de abertura de comportas de barragens, provocando enchentes em algumas cidades do Rio Grande do Sul.
- c)** Volume de precipitações acima das médias históricas; vendavais provocaram bloqueios no escoamento das águas; especulação imobiliária; em função do planejamento, poucas cidades foram atingidas.
- d)** Mudança climática global; especulação imobiliária com ocupação de áreas inadequadas para edificações; em função do relevo, poucas áreas urbanas foram atingidas, concentrando as inundações nas cidades do norte do estado.
- e)** Falta de manutenção nas comportas de barragens; planejamento inadequado das redes de proteção contra inundações; mesmo com o volume de precipitação abaixo do normal, as medidas contra enchentes não foram suficientes e poucas cidades do Rio Grande do Sul foram atingidas pelas inundações.

10 (UNICAMP 2024)

Moradores em situação de rua em São Paulo/SP



(RONALDO SILVA/PHOTOPRESS/ESTADÃO CONTEÚDO. [HTTPS://WWW.CNNBRASIL.COM.BR/NACIONAL/ PREFEITURA-FAZ-MORADORES-DE-RUA-DESMONTAREM-BARRACAS-DURANTE-O-DIA/](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/prefeitura-faz-moradores-de-rua-desmontarem-barracas-durante-o-dia/) - ACESSO EM: 18 JUN. 2023.)

Nas grandes cidades de todo o planeta, com maior ou menor intensidade, cresce o número de pessoas em situação de rua. No caso brasileiro, todavia, essa é uma realidade urbana perene, agravada em momentos de crise. Segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2022, existiam 281 472 pessoas em situação de rua no Brasil.

MONTFERRE, H. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. IPEA, 08/12/2022.

O fenômeno descrito no excerto, e reportado na imagem, se constituiu historicamente nas cidades brasileiras em função:

10. O processo de modernização-urbanização no país é excludente e estrutural. Muitas vezes, a gestão urbana acaba por promover práticas de “higienização” do espaço, com o apoio de setores da sociedade, o que leva à expulsão da população mais vulnerável. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

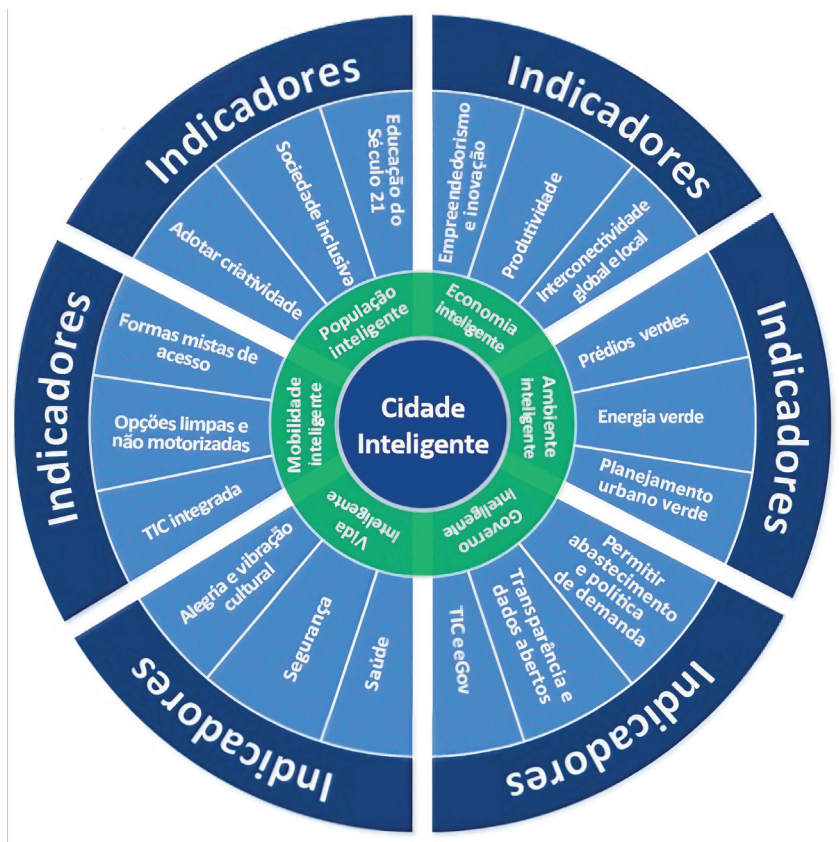
- a) da crise conjuntural da última década, agravada com a pandemia de covid-19; muitas vezes, a gestão urbana impõe a essa população a precariedade da circulação sem fim pela cidade e mesmo pela rede urbana.
- b) do processo de modernização-urbanização excludente; as ações de política urbana implementam programas de habitação popular nas áreas centrais para viabilizar a gentrificação e o direito à cidade a essa população.
- c) da crise conjuntural da última década, agravada pela pandemia de covid-19; a gestão urbana busca formas de integrar essa população aos espaços urbanos por meio das casas de acolhimento e de programas de emprego e renda.
- d) do processo de modernização-urbanização excludente; a gestão urbana promove, muitas vezes, práticas de “higienização” do espaço, isto é, de expulsão, com o apoio de setores da sociedade.

Aula 6

11 (ENADE 2022)

O termo cidades inteligentes surgiu na literatura referindo-se a aglomerações urbanas que fazem o uso integrado de Tecnologias da Informação e Comunicação, aliadas a uma gestão pública eficiente e dinâmica, com vistas a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Apesar de ser um conceito ainda em construção, para caracterizar um município como uma cidade inteligente, há consenso entre pesquisadores de que é necessária a criação de políticas voltadas para o acesso público e gratuito aos dados, e também para a inovação e sustentabilidade. A figura a seguir apresenta a Roda da Cidade Inteligente (*Smart City Wheel*), proposta por Cohen.

Disponível em: <https://commons.wikimedia.org>. Acesso em: 20 jun. 2022. Adaptado.



DISPONÍVEL EM: [HTTPS://COMMONS.WIKIMEDIA.ORG](https://commons.wikimedia.org). ACESSO EM: 20 JUN. 2022 (ADAPTADO).

Considerando as informações apresentadas no texto e na figura, avalie as afirmações a seguir.

- I Uma política de dados abertos restringe a interconectividade global e local em cidades inteligentes.
- II Nas cidades inteligentes, a dimensão econômica costuma ter enfoque não apenas na produção industrial, mas também na diversificação de sua matriz econômica.
- III A inovação, nas cidades inteligentes, incorpora opções limpas e não motorizadas de mobilidade.
- IV O planejamento urbano verde centrado no cidadão constitui característica importante de uma cidade inteligente.

É correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.**

11. O item I está incorreto, pois uma política de dados abertos amplia a interconectividade, a transparência e a participação social. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

12 (UPE 2021) O tema “Problemas Ambientais Urbanos” vem sendo objeto de pesquisa em inúmeros trabalhos de natureza geográfica, particularmente na Geografia Urbana. Com relação a esse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A política do sequestro de carbono é uma iniciativa para combater a poluição das florestas e jardins públicos.
- b) A água é um bem público, e seu uso urbano é regulamentado pela ANA – Agência Nacional de Águas.
- c) Os Planos Diretores Municipais definem princípios e normas ambientais nas cidades com mais de 20 mil habitantes.
- d)** O transporte rodoviário nas cidades brasileiras é um dos setores que mais geram problemas socioambientais.
- e) O déficit de saneamento e a verticalização nos espaços urbanos representam grandes problemas ambientais.

12. O transporte rodoviário contribui com a poluição ambiental, como poluição sonora e atmosférica, além de emitir gases de efeito estufa e produzir problemas de mobilidade, por transportes precários e congestionamentos. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Campo, produção e povos indígenas

Aula 7

1 (FUVEST 2023)

Lavouras que mais utilizam fertilizantes no Brasil (%)



O ESTADO DE SÃO PAULO, MARÇO DE 2022.

A partir do gráfico e de seus conhecimentos sobre a dinâmica do espaço agrário brasileiro, é correto afirmar que o uso de fertilizantes no Brasil ocorre, majoritariamente:

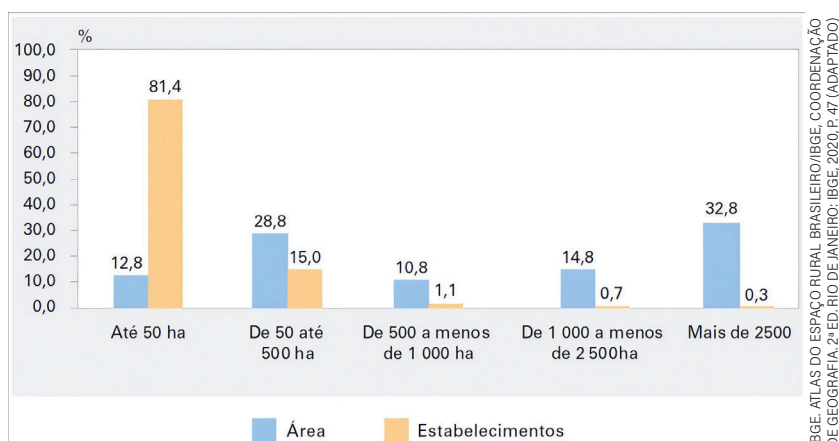
- a) em lavouras intensivas, em pequenas propriedades, com baixa produtividade e pouco emprego de tecnologia, direcionadas ao mercado internacional de commodities, principalmente no Centro-Sul do país.

1. As lavouras mais mecanizadas do país estão localizadas no Centro-Sul, e a produção tem como destino o mercado externo. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- b) em lavouras extensivas, com elevado emprego de mão de obra, altíssima mecanização, com predomínio de adoção de práticas conservacionistas e baixo impacto ambiental, principalmente na região Norte do país.
- c) em lavouras destinadas ao abastecimento do mercado interno, intensamente mecanizadas, com predomínio de grandes propriedades e com baixo impacto ambiental, principalmente na região Nordeste do país.
- d) em lavouras mecanizadas, destinadas ao mercado internacional, com predomínio do emprego de mão de obra especializada, principalmente no Centro-Sul do país.
- e) em lavouras extensivas, destinadas ao mercado externo, com alta mecanização e emprego de mão de obra especializada, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

2 (UFGD 2024)

Distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais, segundo os grupos de área – Brasil – 2017



Esse gráfico, publicado no **Atlas do espaço rural brasileiro (2020)**, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta elementos importantes para que se compreenda a formação territorial brasileira. Nele, a partir dos números apresentados, comprova-se que:

- a) a distribuição de áreas obedece a uma ordem natural devido ser o Brasil um país continental e com vocação agrícola.
- b) a porcentagem de estabelecimentos rurais entre propriedades com até 500 hectares evidencia o êxito da política de desconcentração fundiária.
- c) existe um quadro elevado de concentração de terras, em que 1% dos estabelecimentos correspondem a 47,6% de áreas no Brasil.

- d) os estabelecimentos rurais com até 500 hectares, apesar de possuir 41,6% de áreas, pouco contribuem para a produção de alimentos no Brasil.
- e) a formação territorial brasileira privilegiou a pequena e a média propriedade rural, contudo, nos séculos XX e XXI, ocorreu um redimensionamento agrícola capitaneado pelo agronegócio.

Aula 8

3 (IF SUL MG 2016)

O modelo de desenvolvimento agrícola adotado atualmente em boa parte dos países do mundo tem levado à ocupação de áreas territoriais cada vez maiores com lavouras monocultoras e pastagens para a criação de gado.

A intensa utilização de produtos químicos como fertilizantes, adubos, defensivos agrícolas (inseticidas e herbicidas) têm degradado os ambientes de cultivo em várias partes do mundo.

BOLIGIAN, Levon. **Geografia:** espaço e vivência: volume único: ensino médio. São Paulo: Atual, 2004, p. 191.

Um dos fatores da degradação é a monocultura, que:

- a) o uso de produtos químicos favorece o desenvolvimento de espécies mais resistentes de seres vivos, como insetos, bactérias e fungos que atacam as plantações de monocultura.

- b) mantém diversas culturas em uma pequena área, aumentando ainda mais o uso de agrotóxicos.
- c) obriga o agricultor a fazer alternância de culturas, sendo assim, é necessário inserir maior adubação nos solos.
- d) são atividades tradicionais de subsistência que devido à falta de orientação e análise química dos solos acabam inserindo mais fertilizantes que o necessário.

4 (UFT 2020) Analise as afirmativas sobre os sistemas de produção rural.

- I A agricultura de autoconsumo é praticada, atualmente, por famílias rurais brasileiras e se baseia na produção de alimentos para o mercado consumidor com subsídios governamentais e uso de avançadas tecnologias.
- II A agricultura de jardinagem desenvolve-se, sobretudo, em solos inundáveis e é muito comum nas margens de rios. Sendo a rizicultura o principal cultivo, no sudeste asiático, desse sistema de produção.
- III Praticada nas encostas férteis de morros e montanhas, a agricultura de terraceamento baseia-se no uso de terraços que reduzem a erosão e favorecem maior absorção da água pelo solo.

4. A agricultura comercial moderna emprega alta tecnologia (mecanização, insumos, agricultura de precisão), elevando produtividade e lucro, e difere das plantations tradicionais; ela atrai capital empresarial, inclusive estrangeiro, interessado também no mercado consumidor. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

IV A agricultura comercial moderna se diferencia das tradicionais *plantations* por empregar tecnologia avançada que gera maior produtividade e lucro. Esse sistema tem atraído grupos empresariais estrangeiros interessados não apenas na produção agrária, mas também em conquistar o mercado consumidor.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d)** Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

Aula 9

5 (IFNMG 2020)

A FAO (organização da ONU para agricultura e alimentação) publicou, em fevereiro, o relatório O Estado da Biodiversidade do Mundo para Agricultura e Alimentação com o alerta de que 'a biodiversidade é fundamental para proteger a segurança alimentar global'. Complementa que a diversificação de genes e espécies nas lavouras e nos ecossistemas nativos é um dos pilares que sustentam os sistemas de produção agrícola e os tornam mais resilientes às situações extremas, como os efeitos das mudanças climáticas. É, portanto, fundamental para a estabilidade e o aumento da produção de alimentos

e para alcançarmos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Todavia o relatório conclui que um conjunto de fatores vem diminuindo a biodiversidade em importantes países produtores de alimentos, como o Brasil [...]"

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/03>. Acesso em: 16 out. 2019.

São práticas presentes na agricultura brasileira que contribuem para a perda da biodiversidade:

- a) agroecologia e rotação de culturas.
- b) policultura e agricultura familiar.
- c)** monocultura e uso de agrotóxicos.
- d) agricultura orgânica e controle biológico.

6 (FACERES 2022)

A Agenda 2030 da ONU é um conjunto de metas para a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um compromisso que a comunidade global firmou para pôr em prática o desenvolvimento sustentável, visando acabar com a pobreza, lutar contra as desigualdades sociais e combater as mudanças climáticas. No entanto, a projeção é que 670 milhões de pessoas (aproximadamente 8% da população mundial) ainda enfrentarão fome em 2030, considerando o aumento da fome nos últimos dois anos (ONU). Fome, segundo a ONU, é "privação alimentar" ou "má alimentação crônica", que leva a "uma sensação desconfortável ou dolorosa causada pela energia insuficiente da dieta".

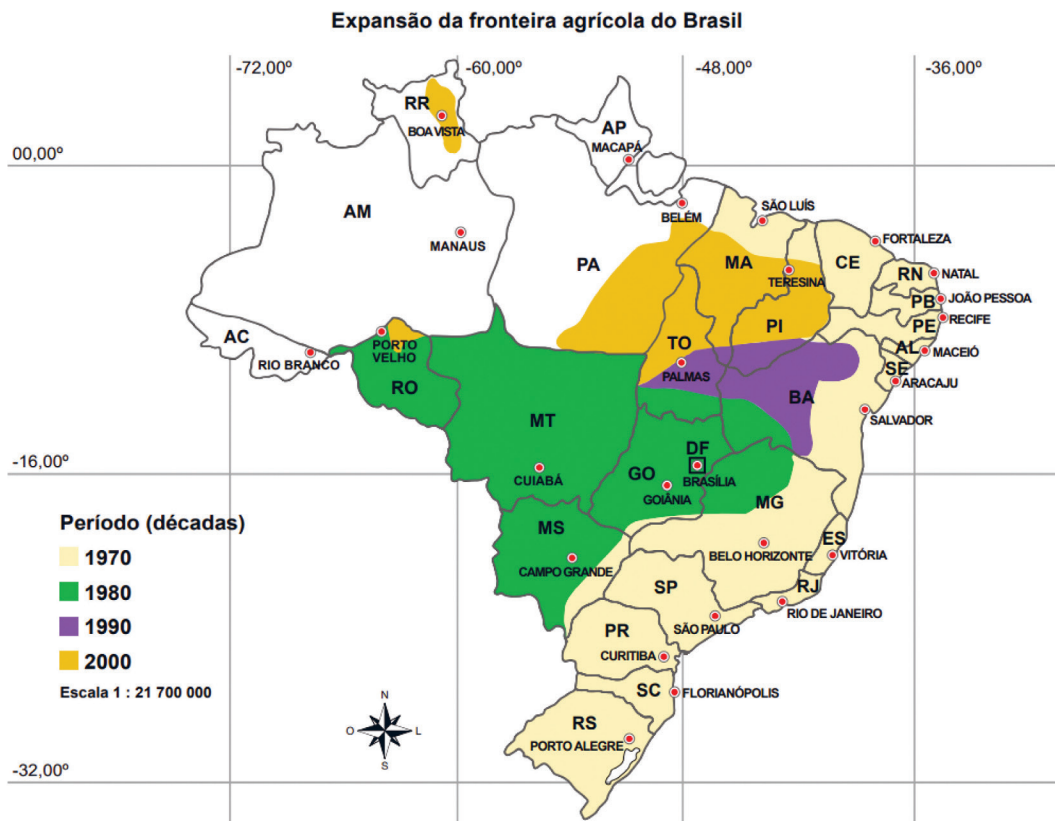
6. As vitaminas e os minerais são essenciais para o funcionamento adequado e sua deficiência pode causar má nutrição. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- a) o desenvolvimento sustentável tem por objetivo garantir, às presentes e futuras gerações, recursos para a sobrevivência, sendo a fome um tema paralelo, não intrínseco ao desenvolvimento sustentável.
- b) mudanças climáticas e fome são temas distintos, cujas propostas de soluções não se correlacionam em nenhum momento.
- c) os sistemas agroflorestais são associações entre cultivo de culturas de interesse comercial e floresta local, e têm como único benefício a conservação ambiental, não sendo uma estratégia viável no combate à fome.
- d) a energia insuficiente da dieta tem relação com a ausência de alimentos energéticos, como carboidratos e lipídios, exclusivamente.
- e) vitaminas e sais minerais são cofatores de enzimas e, portanto, devem compor a dieta para garantir o suprimento de energia necessária para a vida.

Aula 10

7 (ENEM 2023)



VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. AGRICULTURA E INDÚSTRIA NO BRASIL: INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE. BRASÍLIA: IPEA, 2017 (ADAPTADO).

7. A expansão da fronteira agrícola é decorrente do avanço tecnológico e da mecanização da agricultura, os quais possibilitaram a ocupação de novas áreas antes consideradas improdutivas. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

A dinâmica espacial expressa no mapa foi viabilizada pela:

- a) fragmentação da rede urbana.
- b)** mecanização do setor primário.
- c) criação de reservas ecológicas.
- d) estagnação do mercado interno.
- e) concentração da produção fabril.

8 (UNESPAR 2017/2018) A fronteira agrícola é um termo criado para definir a região do país que “sofre” com o avanço das práticas agrícolas devido às devastações das florestas. A fronteira agrícola representa uma área que é “mais ou menos” definida pela expansão das atividades agropecuárias sobre o meio natural. Desta forma, nos últimos anos vem se destacando uma região brasileira que recebeu o acrônimo de “Matopiba”. Sobre essa nova fronteira agrícola, podemos afirmar corretamente que:

- a) a região do “Matopiba” é constituída por 73 milhões de hectares distribuídos pelas cidades de Macapá (AP), Toledo (PR), Piri-piri (PI) e Barreiras (BA), que têm produzido milhões de toneladas de grãos.
- b)** é uma região ao norte de Rondônia com grandes espaços ociosos e com graves conflitos pela terra. Sem terem onde trabalhar, muitos agricultores ocupam estas terras abandonadas, onde constroem suas modestas casas e passam a cultivar o solo, ou seja, tornam-se posseiros. Os conflitos ocorrem com grande violência, pois os donos resolvem expulsar à força os

ocupantes de suas terras e encontram resistência por parte dos posseiros.

- c)** “Matopiba” é formada pela totalidade do estado do Tocantins e parcialmente pelos estados Maranhão, Piauí e Bahia e tem sido responsável pela produção de milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho.
- d)** trata-se de uma região ocupada por trabalhadores volantes que estão ajudando a povoar o interior do Brasil. Apesar de ser uma fronteira agrícola, são incluídos na população urbana, pois geralmente estabelecem residência em pequenas cidades.
- e)** corresponde à região da fronteira agrícola com manchas que restaram da antiga vegetação de Mata, comuns no interior da Paraíba, mas que vem sofrendo desmatamento devido à agricultura comercial para exportação.

Aula 11

9 (ENEM 2020)

Vive-se a Revolução Verde. Trata-se da disseminação de novas práticas, permitindo um vasto aumento na produção. O modelo baseia-se na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente das híbridas), assim como no uso sistemático de insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), no recurso à irrigação e na mecanização do trabalho.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Adaptada.

9. A Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, porém impactou os pequenos agricultores, devido à concentração de terras e ao elevado custo dos plantios. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

No Brasil, uma desvantagem para o pequeno produtor provocada pela expansão do modelo agrícola descrito é a:

- a) estagnação da atividade agroindustrial.
- b) diminuição da lavoura monocultora.
- c) restrição do controle de pragas.
- d) elevação do custo de cultivo.**
- e) redução do emprego formal.

10 (ENEM 2015)

Diante de ameaças surgidas com a engenharia genética de alimentos, vários grupos da sociedade civil conceberam o chamado “princípio da precaução”. O fundamento desse princípio é: quando uma tecnologia ou produto comporta alguma ameaça à saúde ou ao ambiente, ainda que não se possa avaliar a natureza precisa ou a magnitude do dano que venha a ser causado por eles, deve-se evitá-los ou deixá-los de quarentena para maiores estudos e avaliações antes de sua liberação.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI:** no loop da montanha-russa. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. Adaptada.

O texto expõe uma tendência representativa do pensamento social contemporâneo, na qual o desenvolvimento de mecanismos de acatamento ou administração de riscos tem como objetivo:

10. O texto aborda a possibilidade de diálogo público, com foco na informação e no auxílio à compreensão da influência e das consequências que as modificações genéticas podem ter na saúde. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- a) priorizar os interesses econômicos em relação aos seres humanos e à natureza.
- b) negar a perspectiva científica e suas conquistas por causa de riscos ecológicos.
- c) instituir o diálogo público sobre mudanças tecnológicas e suas consequências.**
- d) combater a introdução de tecnologias para travar o curso das mudanças sociais.
- e) romper o equilíbrio entre benefícios e riscos do avanço tecnológico e científico.

11 (UFRGS 2019) Considere as afirmações a respeito da estrutura agrária brasileira.

- I A modernização do campo tornou-o autossuficiente em relação à cidade, destino da produção agrícola brasileira.
- II A modernização da agricultura tornou as paisagens agrícolas homogêneas, em virtude da especialização produtiva para atender ao mercado cada vez mais exigente.
- III As modificações na estrutura fundiária provocaram desemprego no campo e êxodo rural, além do aumento do número de trabalhadores sem direito à terra, com conseqüente exclusão social.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.**
- e) I, II e III.

11. O processo de industrialização brasileira levou a modernização ao campo e acabou associado à concentração fundiária, tendo como consequência um aumento no fluxo do êxodo rural e no desemprego. Além disso, a produção monocultora em várias regiões promoveu a homogeneização das paisagens.

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 12

12 (ENEM 2013)

Texto I

A nossa luta é pela democratização da propriedade da terra, cada vez mais concentrada em nosso país. Cerca de 1% de todos os proprietários controla 46% das terras. Fazemos pressão por meio da ocupação de latifúndios improdutivos e grandes propriedades, que não cumprem a função social, como determina a Constituição de 1988. Também ocupamos as fazendas que têm origem na grilagem de terras públicas.

Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011. Adaptada.

Texto II

O pequeno proprietário rural é igual a um pequeno proprietário de loja: quanto menor o negócio, mais difícil de manter, pois tem de ser produtivo e os encargos são difíceis de arcar. Sou a favor de propriedades produtivas e sustentáveis e que gerem empregos. Apoiar uma empresa produtiva que gere emprego é muito

mais barato e gera muito mais do que apoiar a reforma agrária.

LESSA, C. Disponível em: www.observadorpolitico.org.br. Acesso em: 25 ago. 2011. Adaptada.

Nos fragmentos dos textos, os posicionamentos em relação à reforma agrária se opõem. Isso acontece porque os autores associam a reforma agrária, respectivamente, à:

- a) redução do inchaço urbano e à crítica ao minifúndio camponês.
- b) ampliação da renda nacional e à prioridade ao mercado externo.
- c) contenção da mecanização agrícola e ao combate ao êxodo rural.
- d) privatização de empresas estatais e ao estímulo ao crescimento econômico.
- e) correção de distorções históricas e ao prejuízo ao agronegócio.**

Aula 13

13 (UFGD 2022)

[...] Em 2020, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou 17 casos de ameaças de morte contra os povos indígenas, nos estados do Amazonas (4), Bahia (1), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (7), Paraná (1),

Pernambuco (2) e Rondônia (1). [...] as ameaças praticadas contra os povos indígenas foram de extrema violência. [...] Dados oficiais obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e secretarias estaduais de saúde informam a ocorrência de 182 assassinatos de indígenas em 2020. [...] Roraima (66), Amazonas (41) e Mato Grosso do Sul (34) são os estados com maior número de casos. Os registros oficiais mostram um aumento no número de assassinatos, em relação a 2019, de 61,06%. [...].

Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. Conselho Indigenista Missionário (CIMI), p. 145 e p. 156, 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wpcontent/uploads/2021/10/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021. Adaptada.

O aumento relatado de assassinatos e os casos de ameaças são realidades incontestáveis, inclusive no Mato Grosso do Sul. Assinale a alternativa que destaca corretamente a principal motivação desses acontecimentos nesse ente federado.

- a) Fome e desemprego.
- b) Aspectos socioeconômicos.
- c) Aspectos religiosos.
- d) Disputa pela posse dos territórios indígenas.
- e) Acesso à bebida alcoólica com facilidade.

14 (UECE 2022)

Não há como usar meias-palavras: o Marco Temporal é tese etnocidária, talvez até mesmo genocida. Ela refuta que grupos indígenas tenham direito de posse e usufruto permanente, exclusivo, inalienável, indisponível e imprescritível das Terras Indígenas que eles não ocupassem efetivamente em 05 de outubro de 1988, data de vigência da Constituição Federal. [...] O genocídio e o etnocídio fazem parte da história do Brasil, e o Marco Temporal confirma essa regra. Aparentemente, já não há derramamento de sangue, mas, como dizem os indígenas: 'Antes nos matavam com epidemias, depois com armas de fogo, hoje os brancos estão nos matando com canetas.'

SOUSA, J. O. C.; GUARDIOLA, C. L. T. Marco Temporal e paisagens indígenas destruídas. **Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/marco-temporal-e-paisagens-indigenas-destruidas/>. Acesso em: 18 out. 2021.

Conforme os autores desse artigo citado, a proposta do Marco Temporal:

- a) reafirma a tese jusnaturalista da inviolabilidade do direito de propriedade e de seu usufruto pelos povos indígenas.
- b) reconhece que a colonização estabeleceu dispositivos de controle e genocídio dos povos indígenas.
- c) mantém a histórica violência contra as nações indígenas e nega-lhes os direitos humanos à história e à cultura.
- d) manifesta uma alternativa não violenta de retirada dos povos indígenas de suas terras, sem derramar sangue.

15. Os intensos conflitos que ocorrem na região Centro-Oeste, entre povos indígenas e ruralistas, são decorrentes da disputa por terras destinadas à agricultura e à expansão do agronegócio. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 14

15 (UFRGS 2016) Sobre os conflitos de terra que envolvem os povos indígenas brasileiros, é correto afirmar que:

- a) a expansão das grandes empresas rurais esbarra no processo de demarcação de terras indígenas, o que tem motivado violentos confrontos armados no Centro-Oeste do país.
- b) as áreas destinadas aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, estado que possui a segunda maior população indígena do país, representam mais da metade do território do estado.
- c) os conflitos do Centro-Oeste são recentes, frutos da expansão da agroindústria nos anos 2000.
- d) os conflitos na região norte praticamente não existem mais, uma vez que as empresas rurais estão concentradas nos estados do Centro-Oeste.
- e) menos da metade dos índios brasileiros vive em terras indígenas reconhecidas pelo governo.

16 (UFSCAR/UNICAMP 2024)



Davi Kopenawa (Foto de Adriana Duarte ISA/Divulgação).

[O STF] tem que votar contra. Estão desrespeitando o que está escrito na Constituição Federal. Não é hora do marco temporal sair como cobra grande para acabar com a gente. Os garimpeiros estão doidos para o Congresso Nacional aprovar essa lei do marco temporal, para eles continuarem a garimpar e botar máquina em terra indígena. [...] [O] marco temporal significa continuar a roubar a terra.

(Trecho de entrevista dada pelo xamã Davi Kopenawa à Folha de S. Paulo em 06/06/2023.)

O Recurso Extraordinário (RE) 1017365, julgado no Supremo Tribunal Federal em 27/09/2023, discute a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Considerando seus conhecimentos e as informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- a) O marco temporal é uma tese jurídica pela qual os povos indígenas têm direito à demarcação das terras que ocupam desde 22 de abril de 1500.
- b) O marco temporal é, nas palavras de Davi Kopenawa, uma cobra grande, porque vai permitir que os povos indígenas sejam donos de suas terras tradicionais.
- c) Segundo a tese jurídica do marco temporal, a demarcação de terras indígenas não está vinculada ao tempo de ocupação da terra pelo povo que a está reivindicando.
- d) O marco temporal é uma tese jurídica pela qual os povos indígenas têm direito apenas às terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

Língua Inglesa

Science revolution

Aula 1

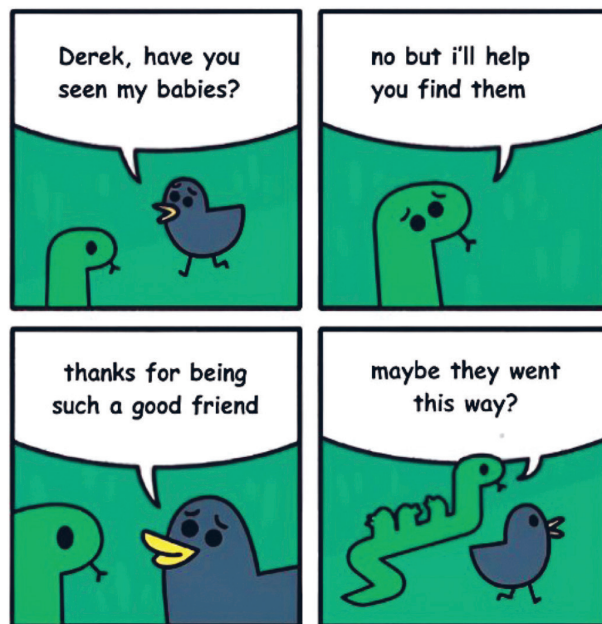
- 1 Read the sentences below, taken from the text, and circle the reference of each of the highlighted pronouns.
- Galileo made a new telescope. He used it to observe the stars.
 - The telescope was very powerful. People admired it.
 - Isaac Newton wrote important books. Students still read them today.
 - The scientists had many questions. Nobody could answer them easily.
 - Copernicus studied the planets. They changed how he understood the universe.
 - The discoveries were amazing. Everybody talked about them.
 - The Science Revolution brought new ideas. They changed society.
 - Newton discovered gravity. Many students learn about it in school.
 - The church disagreed with Galileo. It said his ideas were wrong.
 - The inventions were very important. People used them for many years.

Para identificar os termos, é importante analisar a frase anterior aos pronomes destacados, identificando o sujeito de cada uma delas.

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 3

- 2 (FAE 2024) Examine a tirinha publicada pelo perfil "Safely Endangered Comics" no Instagram em 07-07-2023.



A tirinha permite caracterizar Derek como:

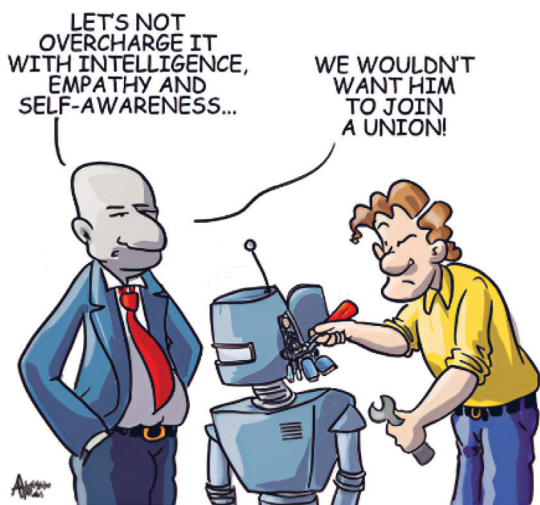
- a) confuso.
- b) dissimulado.
- c) subserviente.
- d) distraído.
- e) compassivo.

Em questões com imagens (tirinha, charge, info-gráfico), é necessário analisar a linguagem textual e a visual. No 2º quadrinho, Derek afirma que não viu os filhotes do pássaro e até se prontifica a ajudar a procurá-los, mas, no último quadrinho, vemos a silhueta dos filhotes no corpo da cobra, ou seja, ela comeu os filhotes e ainda finge que não sabe onde eles estão. Com isso, Derek pode ser caracterizado como "dissimulado", "fingido".

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 5

3 (SARESP 2023) Leia o cartum.



(<<https://cartoonmovement.com/cartoon/limits-artificial-intelligence>>. Acesso em 21/09/2023).

As falas da personagem da tirinha permitem inferir que:

- a) há interesse da indústria na humanização de robôs para certas tarefas.
- b) as inteligências artificiais imitam habilidades como empatia e autoconsciência.
- c) robôs devem ser dotados de inteligência, empatia e autoconsciência.
- d) é crescente o desgaste nas relações profissionais mediadas por máquinas.
- e) o robô deve ser incapaz de questionar suas condições de trabalho.

A charge sugere, de forma irônica/humorística, que o grande interesse do “patrão” na automação do robô não é apenas a eficiência, mas também a criação de uma “mão de obra” totalmente controlável e limitada, desprovida da capacidade de sentimentos humanos (inteligência e autoconsciência) e pensamento crítico, emoções e ações que levam os trabalhadores humanos a buscarem melhores condições de trabalho, muitas vezes por meio de organizações sindicais. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Aula 7

4 Read and match the sentences, considering a coherent meaning.

- 1 Many small farmers moved to cities during the Industrial Revolution.
 - 2 Britain started using coal instead of wood.
 - 3 Factories made production faster and changed work life.
 - 4 Transportation improved with roads, canals, and railways.
 - 5 The Industrial Revolution brought both progress and challenges.
- (4) This allowed people to travel and move goods more quickly between cities and countries.
- (1) Some families found work, but many faced difficult living conditions in cities.
- (5) Technology can bring benefits, but it also creates new problems for society.
- (3) Workers had long hours, dangerous jobs, and less time with family.
- (2) Burning coal polluted the air and water, affecting the environment.

Para relacionar as afirmações com os seus respectivos motivos, é necessário atentar-se aos meios tecnológicos e períodos históricos citados, de modo que seja possível relacionar os contextos por meio do vocabulário utilizado e dos sujeitos das ações.

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Os dinossauros estão comendo pessoas. Nesse contexto, um fala para o outro: "É claro que você se sente ótimo. Estas coisas (as pessoas) estão cheias ('loaded') de antidepressivos". Dessa forma, o texto afirma que a maioria das pessoas sofre de depressão ou de outros distúrbios, uma vez que estão todas sob efeito de remédios. Ou seja, há uma questão de saúde pública, mais especificamente de saúde mental. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

- 5 (UNESP 2023)** Examine o cartum de Paul Noth, publicado pela revista **The New Yorker** em 18-02-2021.



REPRODUÇÃO/ESTUDA.COM

"Of course you feel great. These things are loaded with antidepressants."

O cartum ironiza, sobretudo, um problema de:

- a) êxodo rural.
- b) degradação das áreas urbanas.
- c) saúde pública.**
- d) desigualdade social.
- e) desequilíbrio ambiental.

Aula 9

- 6** Read the text.

A new shopping center was opened in the city last week. It was built near the train station. Many people visited it on the first day. The stores were decorated for the opening. Food and drinks were offered to the visitors. Everyone had a great time

A. Há um total de quatro frases na voz passiva no texto. B. Os trabalhadores envolvidos na construção e na inauguração do shopping.

Ao identificar o uso da voz passiva em um texto, atente aos usos de "was" e "were" e ao verbo que os acompanha. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

a) Grife as frases que estão na voz passiva. Quantas você encontrou?

b) O uso da voz passiva no texto omite os envolvidos nas ações. Quem são eles?

- 7** Read the sentences and check (X) if they are in passive or active voice.

a) Mistakes were made during the investigation.

() Active voice (X) Passive voice

b) The police arrested a young activist during the protest.

(X) Active voice () Passive voice

c) The rules were changed without any explanation.

() Active voice (X) Passive voice

d) Several workers were fired last week.

() Active voice (X) Passive voice

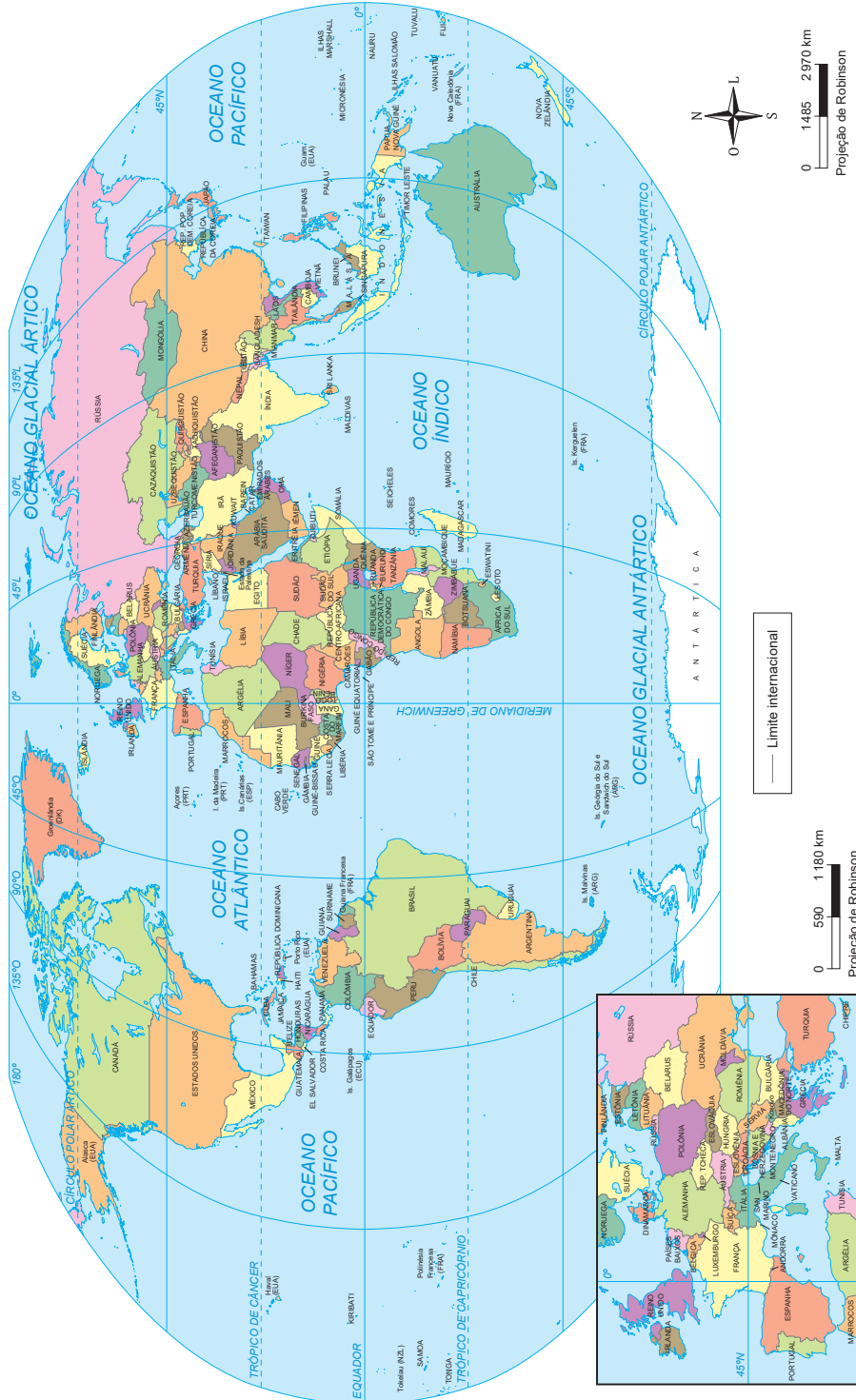
For the sentences in the passive voice, suggest why the agent (who did the action) was omitted.

Na voz passiva, o sujeito é quem recebe ou sofre a ação; na voz ativa, o agente pratica a ação.

Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

ANEXOS

Mundo: político



IBGE, 2023. PRODUTIVO PELA SEDUC-SP

Brasil: político



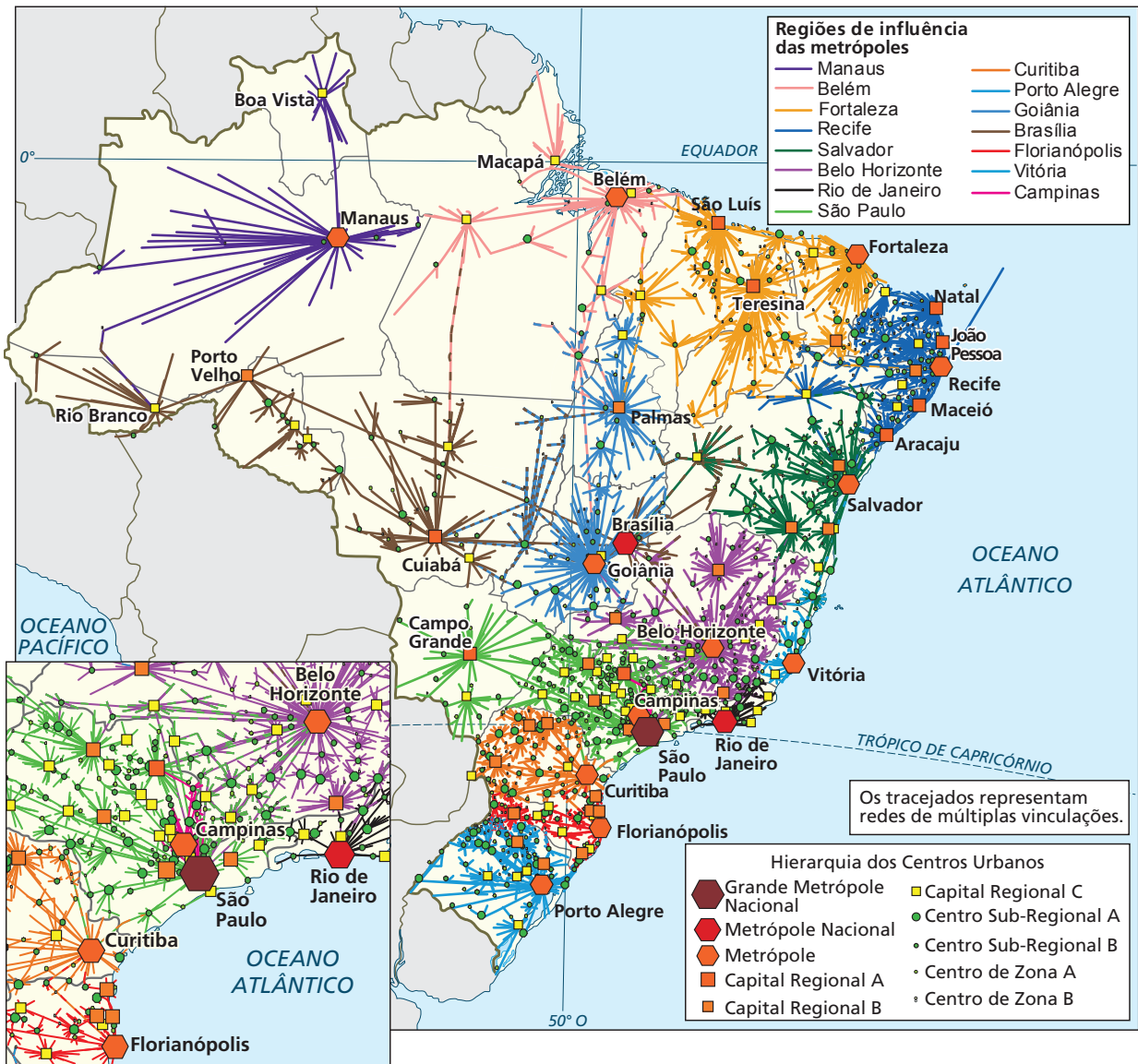
IBGE, 2023. PRODUIZIDO PELA SEDUC-SP

Brasil: provável ocupação do território – 1500

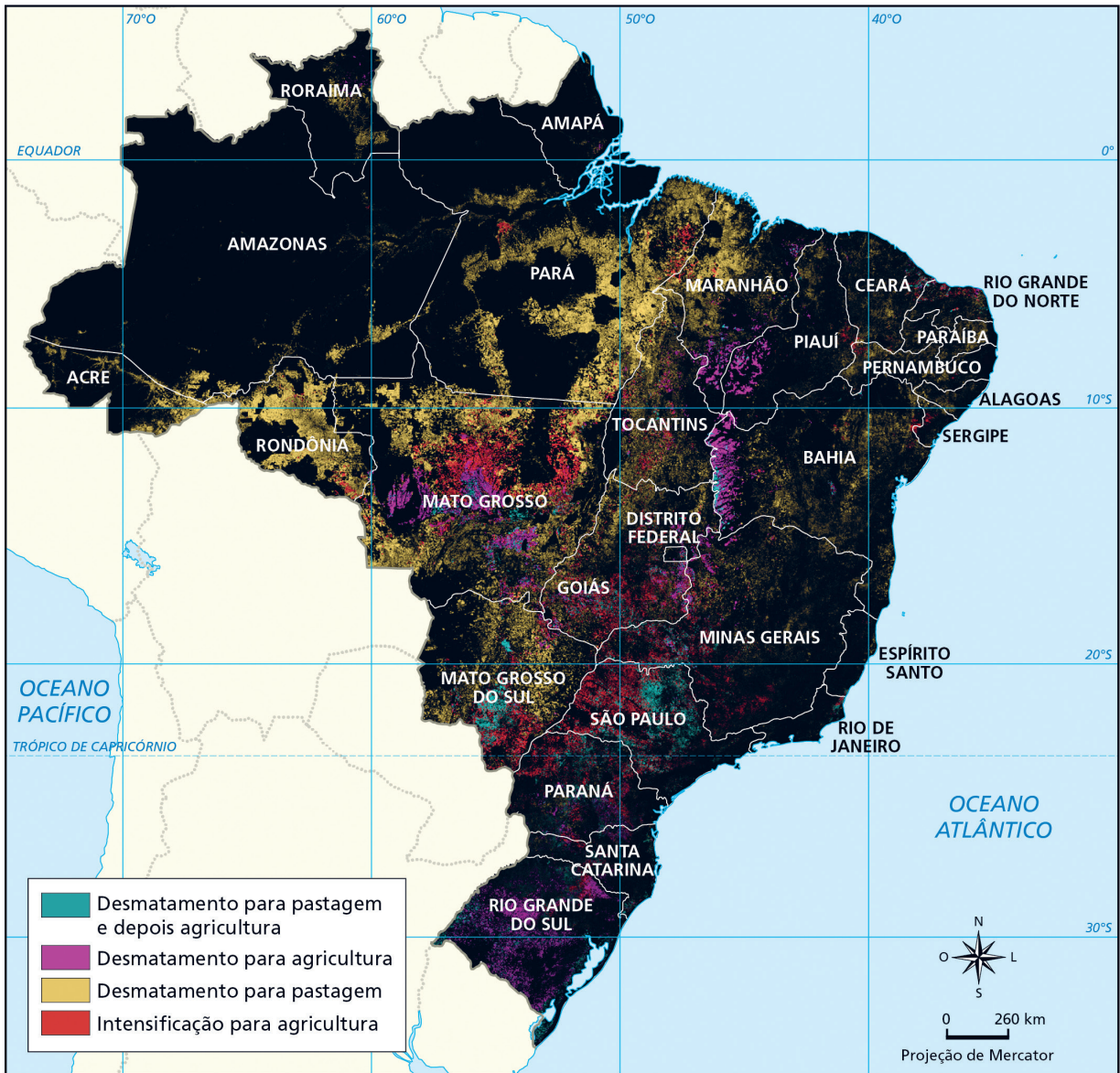


IBGE, 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

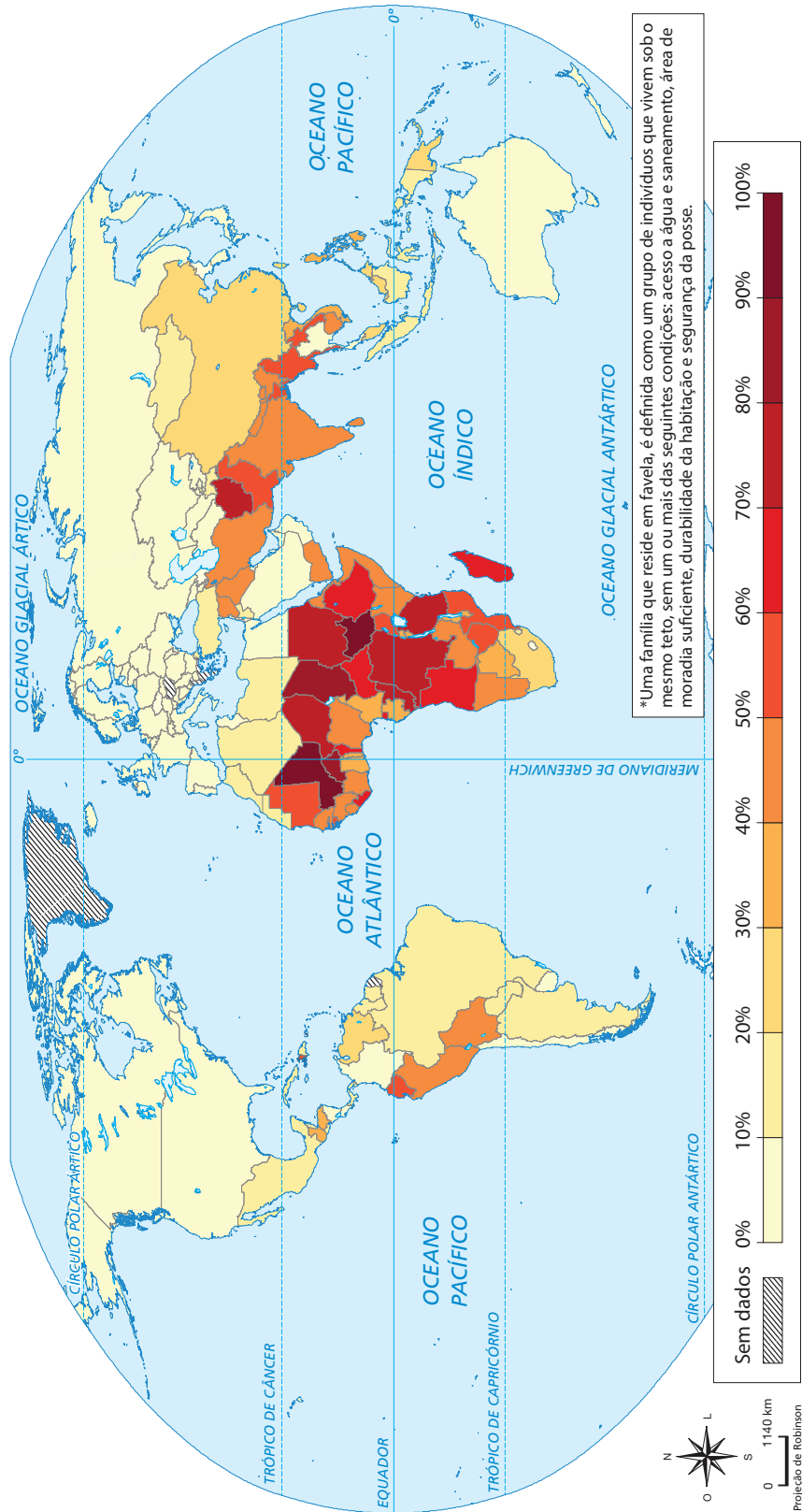
Brasil: dinâmica da urbanização e redes urbanas



Brasil: dinâmica da expansão da agropecuária (1985-2022)



Mundo: proporção da população urbana que vive em favelas, 2022



HISTÓRIA – GEOGRAFIA – LÍNGUA INGLESA
LIVRO DO ESTUDANTE
ENSINO MÉDIO – 2º BIMESTRE

SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA (SUPED)

Subsecretário: Daniel Barros

DIRETORIA DE MATERIAIS DIDÁTICOS (DIMAD)

Diretora: Camila De Pieri Fernandes

Assessor: Vitor Ferreira

**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO EDITORIAL
(COPLANE)**

Coordenadora: Jaqueline Rocha dos Anjos

Equipe: Ana Gomes de Almeida

**COORDENADORIA DE ANOS FINAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL (COAFIN)**

Coordenadora: Carla Fernanda Nascimento

**COORDENADORIA DE ENSINO MÉDIO – FORMAÇÃO
GERAL BÁSICA (COEM-FGB)**

Coordenador: Wellington Santos

Equipe pedagógica História: Clarissa Bazzanelli

Barradas, Mariana Marques De Maria, Priscila

Lourenço Soares Santos, Rodrigo Costa Silva

Equipe pedagógica Geografia: Giselle Teles, João
Paulo Fernandes dos Santos, Milene Soares Barbosa,
Rebeca Maiumi Deguti, Sergio Luiz Damiati

Equipe pedagógica Língua Inglesa: Edmundo Gomes
Júnior, Emerson Thiago Kaishi Ono, Pamella de Paula da
Silva Santos

CONCEPÇÃO DO MATERIAL

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Caixa de Design

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Diogo Ladeira



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**